



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA**

**LUANA MARQUES CARLOS**

**A COMPOSIÇÃO DE UMA TEIA: ANÁLISE DA REDE DE RELAÇÕES DE EDUARDO  
CUNHA ENQUANTO PRESIDENTE DA CÂMARA (2015-2016)**

**FORTALEZA- CE**

**2020**

**LUANA MARQUES CARLOS**

**A COMPOSIÇÃO DE UMA TEIA: UMA ANÁLISE DA REDE DE RELAÇÕES DE  
EDUARDO CUNHA ENQUANTO PRESIDENTE DA CÂMARA (2015-2016)**

Trabalho de defesa apresentado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Prof.º Dr. David Oliveira

FORTALEZA – CEARÁ  
2020

## **LUANA MARQUES CARLOS**

A COMPOSIÇÃO DE UMA TEIA: UMA ANÁLISE DA REDE DE RELAÇÕES DE  
EDUARDO CUNHA ENQUANTO PRESIDENTE DA CÂMARA (2015-2016)

Trabalho de defesa apresentado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. David Oliveira

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. David Barbosa Oliveira (Orientador)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho (Examinador)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Victor Ximenes Marques (Examinador)  
Universidade Federal do ABC (UFABC)

## AGRADECIMENTOS

Aproveito o momento para agradecer a cumplicidade das pessoas que atravessaram minha vida ao longo dos últimos dois anos. Devo congratular o encontro de profissionais comprometidos com a pesquisa acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, entre eles o especial agradecimento ao David Oliveira, que ao longo da orientação dedicou uma honesta parceria e respeito ao direcionamento da pesquisa. Agradeço aos professores: Alexandre Barbalho que contribuiu ativamente para pesquisa como professor da disciplina de Elites Parlamentares e membro da banca de defesa; ao Victor Marques que, além de membro da banca, dá uma significativa contribuição ao intelectualismo orgânico; ao Tadeu de Andrade e Socorro Osterne que defendem a objetividade e rigor metodológico com nortes das disciplinas de metodologia. Meu reconhecimento ao compromisso do trabalho administrativo exercido pela secretaria do PPGS, nos nomes da Cristina, Princesa e José Leite. Agradeço também o apoio fornecido pela CAPES a mim e ao demais docentes dos Programas de Pós-Graduação do país.

Concebo que nenhum empreendimento humano seja feito apenas por duas mãos. Há, desta forma, a contribuição dos meus amigos e familiares que cooperaram na construção das ideias apresentadas na pesquisa e o fizeram suavemente ao longo de conversas, debates e encontros. Agradeço aos meus amigos: Marcelo Castro que foi decisivo para meu ingresso no mestrado; ao Ian Andrade, amigo que dividiu as alegrias e angústias no cotidiano da vida acadêmica; ao Cleilson Queiroz, um constante instigador de novas percepções; por fim, um especial agradecimento ao Vinícius Madureira que contribuiu sensivelmente na produção de ideias apresentadas na pesquisa e o fez através longos debates, bem como na revisão do texto.

Meus infindáveis agradecimentos aos meus familiares, sobretudo a minha mãe, pelo zelo que dedicaram as minhas escolhas e renúncias. Faltam adjetivos para qualificar o conjunto de contribuições dadas por Maria Socorro Marques no decorrer da minha vida acadêmica, tão quanto ao auxílio dado por Luciana Marques, Marcílio Carlos, Raquel Rodrigues, Cairo Sales e os demais membros da minha família. Sem eles não existiria fôlego.

Dedico às Marias que vieram antes de mim  
Minha mãe Maria, avós Marias e bisavós igualmente Marias

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo a análise de parte do exercício do ex-deputado federal Eduardo Cunha na condição de Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil (2015-2016), bem como o seu papel como agente político decisivo para o atual panorama da política brasileira. A atuação de Eduardo Cunha se configurou como um dos principais vetores para consolidação e pautas relevantes debatidas no Congresso no biênio 2015-2016, inclusive o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Desta forma, tem como objetivos específicos: explorar questões elementares da vida política no biênio estudo, aliado ao entendimento acerca da crise entre o PMDB e o governo Dilma e da trajetória do Eduardo Cunha; criar e analisar sociogramas que figurem a construção da identidade do Eduardo Cunha, de seu circuito de relações; identificar os impactos dessa crise no sistema do presidencialismo de coalização e as implicações do fenômeno de tal remodelagem, que produziu uma democracia de baixa intensidade. A criação do sociogramas se deu a partir de quatro quotas, sendo: pautas conservadoras, pautas-bombas, pautas do lobby e pauta do impeachment. Para então compreender a tessitura da rede de relações políticas envolvidas, o método de Análise da Rede de relações se fez imprescindível aliados a Teoria da Ação Racional (TAR). Como desenvolvimento metodológico foram usados dois procedimentos em especial: primeiro, a pesquisa documental múltipla, compreendendo diversas fontes de pesquisas, entre elas o “Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados” (CEDI), assim como o material de imprensa obtidos junto aos sítios virtuais dos principais jornais de circulação nacional do país; o segundo procedimento, afinal, consiste no uso de técnicas da sociometria para a consolidação do caráter quantitativo da pesquisa através do programa GEPHI. Conclui-se que Cunha se tornou um canal epicentral, realocando um grande número de forças ao seu entorno, que une elementos de práticas do presidencialismo de coalizão e do presidencialismo de delegação, por seu canal estreito com algumas Frentes Parlamentares, bancadas setoriais e partidos políticos.

**Palavras-chaves:** Democracia; Rede de Relações; Eduardo Cunha, Conservadorismo.

## ABSTRACT

This research aims to analyze part of the political actions of the ex-federal representative Eduardo Cunha, specially as President of the Chamber of Deputies of Brazil (2015-2016), as well as his role as decisive political agent for the current panorama of Brazilian politics. Eduardo Cunha's performance was one of the main factors for the consolidation of relevant (and controversial) agendas discussed at the Chamber of Deputies in 2015-2016 biennium, including the impeachment request of then President Dilma Rousseff. Thus, its specific objectives are the following ones: to explore elementary issues of Brazilian political life in the mentioned biennium, associated with the understanding about the crisis between the PMDB and Dilma's government; to create and analyze sociograms in which figures the political identity of Eduardo Cunha, his trajectory and his circuit of relationships; to identify both the impacts of that crisis on the system of presidentialist coalition and the implications of such phenomenon, which has produced a low-intensity democracy. The creation of sociograms was based on four quotas, namely: conservative agendas, "pautas-bombas", lobby agendas e impeachment agenda. The method of Analysis of Relationships' Network, allied to the Theory of Reasoned Action (TRA), proved to be essential to understand the political relations involved. As a methodological development, two procedures were used in particular: firstly, multiple documentary research, comprising several sources, including o "Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados" (CEDI), as well as the press material obtained from the websites of the main Brazilian newspapers; the second procedure, after all, consists of using sociometry techniques in order to consolidate the quantitative feature through the Gephi program. It is concluded that Eduardo Cunha has become at that time an epicentral channel by allocating a large number of political forces around him, which unites both the elements of the presidentialist coalition and presidentialist delegation, through its channel with "Frentes Parlamentares", "bancadas setoriais" and parties.

**Key-words:** Democracy; Analysis of Relationships' Network; Eduardo Cunha; Conservatism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU	Advogacia-Geral da União
ARS	Análise de redes sociais
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDHM	Comissão dos Direitos Humanos e Minorias
CEDI	Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação
CGU	Controladoria-Geral da União
CF	Constituição Federal
CNB	Central Brasileira de Notícias
Concepab	Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil
CPI	Comissão parlamentar de inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCR	Denúncia por Crime de Responsabilidade
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DRC	Denúncia de Crime de Responsabilidade
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fenasp	Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política
FPA	Frente Parlamentar Mista da Agropecuária
FPE	Frente Parlamentar da Educação
FPSP	Frente Parlamentar de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública
LABHARCKER	Laboratório Brasileiro de Cultura Digital
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MP	Medida Provisória
MPF	Ministério Público Federal
OGM	Organismos geneticamente modificados
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PATRIOTA	Nova nomenclatura do Partido Ecológico Nacional
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional (Extinto)
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal (Extinto)
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei de Iniciativa da Câmara
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPP's	Parcerias público-privadas
PPR	Partido Progressista Reformador (Extinto)
PPS	Partido Popular Socialista (Cidadania)
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade

SD	Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
Telecoms	Empresas de Telecomunicações
TELERG	Telecomunicações do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCAM	Universidade Candido Mendes

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação em primeiro turno da PEC 171/1993 na Câmara dos deputados.....p. 63
- Figura 2** – Grafo da posição dos estados em relação a votação em primeiro turno da PEC 171/1993 na Câmara dos deputados.....p. 57
- Figura 3** – Grafo da posição dos deputados em relação a votação em primeiro turno da PEC 171/1993 na Câmara dos deputados.....p. 70
- Figura 4** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação na comissão da CCJC na Câmara dos deputados da PL intitulada: “Estatuto da família”.....p. 69
- Figura 5** – Grafo da posição dos Estados em relação a votação na comissão da CCJ na Câmara dos deputados da PL intitulada: “Estatuto da família”.....p.81
- Figura 6** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação na comissão da CCJ na Câmara dos deputados do PL intitulado: “Estatuto da família”.....p.83
- Figura 7** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação do PL intitulado: “PEC da bengala”.....p.90
- Figura 8** – Grafo da posição dos Estados em relação a votação do PL intitulado: “PEC da bengala”.....p.93
- Figura 9** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação do PL intitulado: “PEC da bengala”.....p.95
- Figura 10** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação da chamada “PEC da AGU”.....p.100
- Figura 11** – Grafo da posição dos Estados em relação a votação da chamada PEC da AGU”.....p.103
- Figura 12** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação da chamada “PEC da AGU”.....p. 105
- Figura 13** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação do PEC intitulada: “PEC dos transgênicos”.....p.111
- Figura 14** – Grafo da posição dos Estados em relação a votação do PEC intitulada: “PEC dos transgênicos”.....p.113
- Figura 15** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação do PEC

intitulada: “PEC dos transgênicos”.....	p.116
<b>Figura 16</b> – Grafo da posição dos partidos em relação a votação do MP intitulada: “MP da Liquidez”.....	p.120
<b>Figura 17</b> – Grafo da posição dos Estados em relação a votação do MP intitulada: “MP da Liquidez”.....	p.122
<b>Figura 18</b> – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação do MP intitulada: “MP da Liquidez”.....	p.124
<b>Figura 19</b> – Grafo da posição dos partidos em relação a votação do Impeachment ocorrido em 2016.....	p.131
<b>Figura 20</b> – Grafo da posição dos Estados em relação a votação do Impeachment ocorrido em 2016.....	p.133
<b>Figura 21</b> – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação do Impeachment ocorrido em 2016.....	p.136

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	Delimitação do objeto.....	14
1.2	As motivações da pesquisa.....	16
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
2.1	Questões de método.....	22
2.2	As ferramentas e fontes.....	23
2.3	Categorias centrais.....	28
<b>3</b>	<b>A ROTA DAS RELAÇÕES.....</b>	<b>31</b>
3.1	A trajetória de Eduardo Cunha.....	31
3.2	A crise entre o legislativo e o executivo.....	38
3.3	A onda conservadora.....	43
<b>4</b>	<b>ENTRE RELAÇÕES SOCIAIS E SEUS CAPITAIS.....</b>	<b>52</b>
4.1	Conceitos da análise de redes sociais.....	52
4.2	Pautas Conservadoras.....	56
4.2.1	PEC da redução da maioria penal.....	60
4.2.2	Grafo da votação por partido.....	63
4.2.3	Grafo da votação por Estado.....	67
4.2.4	Grafo da votação por parlamentar.....	70
4.2.5	PL do “Estatuto da Família”.....	76
4.2.6	Grafo da votação por partido.....	79
4.2.7	Grafo da votação por Estado.....	81
4.2.8	Grafo da votação por parlamentar.....	83
4.2.9	Aspectos centrais da rede relacionada a pautas conservadoras.....	87
4.3	PAUTAS-BOMBAS.....	89
4.3.1	PEC da bengala.....	89
4.3.2	Grafo da votação por partido.....	90
4.3.3	Grafo da votação por Estado.....	93
4.3.4	Grafo da votação por parlamentar.....	95
4.3.5	PEC da AGU.....	98
4.3.6	Grafo da votação por partido.....	100
4.3.7	Grafo da votação por Estado.....	103
4.3.8	Grafo da votação por parlamentar.....	105
4.3.9	Aspectos centrais da rede relacionada a pautas-bombas.....	107
<b>5</b>	<b>ENTRE RELAÇÕES SOCIAIS E SEUS CAPITAIS II.....</b>	<b>109</b>
5.1	Pautas do Lobby.....	109
5.1.1	PL dos transgênicos.....	109
5.1.2	Grafo da votação por partido.....	111
5.1.3	Grafo da votação por Estado.....	115
5.1.4	Grafo da votação por parlamentar.....	116
5.1.5	MP da Liquidez.....	118
5.1.6	Grafo da votação por partido.....	120
5.1.7	Grafo da votação por Estado.....	122
5.1.8	Grafo da votação por parlamentar.....	124
5.1.9	Aspectos centrais da rede relacionada a pautas do lobby.....	126
5.2	Pauta do Impeachment.....	128
5.2.1	Grafo da votação por partido.....	131
5.2.2	Grafo da votação por Estado.....	133
5.2.3	Grafo da votação por parlamentar.....	136
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
	ANEXOS.....	167

## 1. INTRODUÇÃO

A liga que une os parlamentares, os partidos, coligações e suas frentes têm tessitura fragmentária ao ponto de parecer imperceptível que exista. Aparentemente, a Câmara se divide em dezenas de grupos, em bancadas formais e informais, mas que durante as votações o sim ou o não arregimentam essas dezenas de grupos para si. Quais os elementos que nutrem essa liga? E em que momento acontece a costura para criar o grande tecido que são as votações no Congresso brasileiro?

O ritual de convencimento da proposta ou da sua negativa deve acontecer dentro do plenário durante as sessões deliberativas, tanto ordinárias, quanto extraordinárias. Há o fator de expor as ideias dentro do plenário, que é por excelência o lugar de deliberação, onde os representantes em sua totalidade externam suas proposições.

Há, desta forma, organizações para além da fronteira institucional que porventura não descumprem as obrigações legais da institucionalidade, mas cria novos hábitos de contatos e novos circuitos.

Durante o ano de 2015 os movimentos dentro desses circuitos se intensificaram, hora pelas chamadas pautas-bombas que cresceram consideravelmente nos anos anteriores ao golpe, como também pela profunda mobilização social que ocorreu durante esse período. Também durante essa época, tinha-se como Presidente da Câmara o ex-deputado Eduardo Cunha, coordenando os ritos da casa, contrariando as posições do executivo.

Desta forma, a pesquisa intitulada “A COMPOSIÇÃO DE UMA TEIA: UMA ANÁLISE DA REDE DE RELAÇÕES DE EDUARDO CUNHA ENQUANTO PRESIDENTE DA CÂMARA (2015-2016)” tem seu objeto voltado ao realismo político e o objetivo de compreender os elementos que envolveram a atividade parlamentar do ex-deputado federal Eduardo Cunha e a tessitura de suas relações políticas, que revelam nuances fundamentais dos fenômenos vividos na política brasileira da Nova República.

Há três nortes que podem ser gerados mediante a análise da atividade parlamentar de Eduardo Cunha e que espelham a vida política do país: (a) um mapeamento das práticas dentro do Congresso; (b) como o legislativo opera dentro do presidencialismo de coalizão; (c) quais elementos produziram a crise política na

qual vivemos.

O último norte citado acima reflete um importante aspecto do problema de pesquisa, tendo em vista que a análise da atuação do Eduardo Cunha na política tem por função uma metáfora da profusão de crises vividas entre o Executivo e Legislativo, por ele protagonizadas, como as diversas pautas empenhadas por ele que visavam desestabilizar o contingenciamento de gastos, proposto no início do segundo mandato da Dilma. O trabalho de compreender e descrever as ações do então presidente da Câmara dos Deputados aponta à hipótese, a ser averiguada, de que tais conflitos tiveram importantes desdobramentos durante o biênio subsequente.

Para formular as questões suscitadas, levantamos alguns questionamentos para mobilizar a pesquisa acerca da rede de relações de Eduardo Cunha. Elas transitam tanto dentro dos aspectos individuais de sua forma de fazer política, quanto na reverberação dessa prática no cenário coletivo, influenciando a cultura política dentro do Legislativo.

As motivações que mobilizaram esta pesquisa estão condicionadas a questionamentos acerca da política brasileira. Com isso, a estrutura da pesquisa se voltou para entender o seguinte problema: quais elementos geraram a crise entre o Executivo e o Legislativo durante o exercício de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados, em especial a sua conturbada relação com a então presidente Dilma Rousseff?

Para compreender melhor o imbróglio, o questionamento principal traz de forma adjunta outras duas indagações, a saber: como se deu a vida parlamentar de Eduardo Cunha como presidente da Câmara e as redes de relações que ele teceu no Congresso? Quais elementos – entre eles: partidos, frentes e lideranças – contribuiriam para construção do quadro político que o Eduardo Cunha representou no Congresso no ano em que fora presidente?

Esta pesquisa se voltou, enfim, para observações acerca da rede de relações que Eduardo Cunha estabeleceu na política, sob quais critérios se edificaram tais relações e como estas se inserem no campo mais denso da política, quais as motivações determinam as relações, sendo elas publicizadas ou não.

As observações se dão através de objetivos específicos que versam entre: explorar questões elementares da vida política no biênio estudo, aliado ao

entendimento acerca da crise entre o PMDB e o governo Dilma e da trajetória do Eduardo Cunha; criar e analisar sociogramas que figurem a construção da identidade do Eduardo Cunha e de seu circuito de relações; identificar os impactos dessa crise no sistema do presidencialismo de coalização e as implicações do fenômeno de tal remodelagem, que produziu uma democracia de baixa intensidade.

Esta observação, que busca tocar em pontos menos superficiais, compreende as etapas de construção dos sociogramas e análises do conteúdo das redes formadas nas votações das PEC's, MP e PL's e do mapeamento dos laços importantes da aludida rede de relações no âmbito da Câmara dos Deputados.

O objeto escolhido para análise decorre da minha pesquisa de monografia, na qual investiguei a trajetória de influência parlamentar que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) conquistou nos anos de aliança com os governos petistas (2004 a 2016).

Apontei nas considerações, como resultado da pesquisa, que a relevância do PMDB para o governo de então se sustentava no fato de que aquele partido mantinha relações pulverizadas e perenes dentro dos espaços decisórios dos governos, desde a redemocratização, por meio de uma atuação traduzida no arranjo e acomodação de diversas e importantes lideranças do PMDB na prática da política local. Este fato gerava, na época, uma quantidade significativa de prefeitos, deputados e governadores, os quais criaram uma base sólida dentro da política local.

Uma simples observação da agenda oficial de Eduardo Cunha, quando presidente da Câmara (2015-2016), possibilita perceber sua potência no estabelecimento de acordos com partidos de diversos matizes. Este fato gera indagações sociológicas, no palco e nos bastidores, da grande teia de relações que o PMDB e seus principais quadros possuíam na eleição de 2014.

Há na figura política de Eduardo Cunha, máxime na sua rede de relações, elementos significativos que merecem ser estudados pela ciência política e pela sociologia, por sua caracterização particular e multifacetada. Esse objeto reflete uma gama de fenômenos que transcorrem pelo *capital social*<sup>1</sup> da política brasileira,

---

<sup>1</sup> O capital social é, basicamente, o tipo de valor que é constituído pelos atores durante as interações. Trata-se de um conceito metafórico, que foca as vantagens para determinados atores de sua posição na estrutura social. (Raquel Recuero; Marco Bastos; Gabriela Zago, 2015, pag. 57)  
Para fins de pesquisa o conceito de capital social usado foi o elaborado James Coleman na teoria da ação racional.

mantendo através do presidencialismo de coalizão<sup>2</sup> a perduração de costumes há muito estudados na sociologia, caso do patrimonialismo e do corporativismo.

A rede de relações de Eduardo Cunha se revela como objeto *potente* porque aborda nuances da política brasileira e também lança luz sobre os desdobramentos ocorridos na mesma entre os anos de 2015 e 2016. Partimos da hipótese de que esses circuitos contribuiu tanto na reconfiguração as estruturas do presidencialismo de coalizão e suas variáveis periféricas, como também movimentou o arsenal de pesquisas na sociologia e ciência política que, anteriormente à crise já ensaiada em 2013, analisavam os aspectos de conciliações em um governo com modelo de populismo econômico.

Durante o jogo político vivido entre os mencionados anos de 2015 e 2016, o tecido das relações entre partidos e quadros políticos se reconfigurou entre a sólida, ampla e fidelizada base parlamentar dos governos Lula (2003-2010) para configurar um cenário de conflitos e instabilidades da frágil base dilmista.

Desta forma, a defenestração da ex-presidente Dilma Rousseff foi fruto de diferenças e conflitos preexistentes ao processo de impeachment de 2016 e tem profunda relação com a cultura política no Congresso Nacional, bem como com os acordos e barganhas possíveis dentro do processo do presidencialismo de coalizão vividos no interior da política brasileira.

A mudança na ordem dos vínculos dos políticos e dos partidos, junto à gestão Dilma, gestou personalidades que entraram para o centro da cena política nacional, entre eles o ex-deputado Eduardo Cunha, que fora figura decisiva para consolidação desta nova ordem de relações. Segundo André Singer (2017), o posicionamento do Congresso em relação ao Executivo ensaia, em união com os discursos e propostas, não somente a mudança de um governo, mas também a mudança de um regime.

A conjuntura de instabilidade vivida no poder público reflete aspectos fundamentais da cultura política e de sua tessitura. O conflito entre os interesses indicados pela opinião pública e a permanência de uma agenda política dissonante corroborou, aparentemente, nos últimos anos, para o distanciamento do projeto aprovado pela maioria dos votos nas eleições de 2014.

Para concretização do cenário que a política brasileira viveu, foi necessário o agenciamento de algumas personalidades, entre elas o ex-deputado em questão. Há

---

<sup>2</sup>Este conceito será discutido amplamente no primeiro capítulo.

a perspectiva de que a política se realiza pelos indivíduos na atuação da vida coletiva. Por tal razão, reflito a respeito da prática política do Eduardo Cunha e seu mandato na Presidência da Câmara, como também da tessitura das suas relações parlamentares como personalidade política.

Eduardo Cunha já fora manchete por suas pautas e projetos contrários aos interesses dos movimentos sociais, durante acirrada eleição para presidência da Câmara, assim como por sua forte influência nos meandros do Congresso<sup>3</sup>. Durante todos esses passos dados, ele incorpora, supostamente, a posição epicentral da política e gera, consigo, as fronteiras da coalizão.

Desta forma, ao compreender que setores importantes do PMDB se assentaram sob os territórios do modelo de coalizão e tencionou seus limites, ele operou igualmente, de forma não intencional, as rupturas desse modelo, na medida em que radicalizou o seu uso e transpassou as suas regras.

Setores da majoritária do PMDB alargaram e criaram tensões nos campos da coalizão e das composições. Este foi também um dos principais motores da radicalização das práticas de coalizão da chamada “Nova República”, ao ponto em que o modelo de coalizão vigente alcançou seus próprios limites e entra em questionamento como prática dentro do presidencialismo.

A referência acima é desdobramento da minha pesquisa de monografia. Nela inferi que essa profusão de mudanças na forma de relação entre o Executivo e o Legislativo foi gestada em meio aos tensionamentos criados no próprio Congresso, encontrando na figura de Eduardo Cunha um papel decisivo para realizar essa radicalização dos hábitos. Tudo isso foi possível dentro das regras da própria institucionalidade.

Durante os tensionamentos que os movimentos sociais realizavam para assentar a democracia e a voz de setores historicamente excluídos dos processos políticos brasileiros, o ex-deputado em questão lançou em 2010 o projeto de lei nº 7.382, que pretendia “criminalizar a heterofobia”. Esse debate gerou atrito em meio à base ideológica progressista, mas, por outro lado, abriu portas para a construção de um ponto de aglutinação do discurso conservador a que frações da população brasileira tendem a aderir.

Com isso, o objeto a ser estudado busca compreender os elementos centrais

---

<sup>3</sup> Bruno Lupion aponta que Cunha é uma das figuras de desta que no Congresso e descreve os passos dados por ele para conquistar este espaço.

que corroboraram para a construção de Eduardo Cunha como quadro fundamental no campo da política brasileira e, sobretudo, na relação do deputado em questão com os congressistas que, com ele, compuseram politicamente nos anos de exercício como da Câmara, entre 2015 e 2016.

A ciência política por meio da análise de conjuntura, entre outros significativos aportes teóricos, possibilita uma arregimentação de estratégias para compreensão dos fenômenos da vida pública. Dessa forma, a pesquisa em questão recorre a ferramentas pertencentes às análises conjunturais, bem como a ferramentas de análise com recursos da ciência da informação, como é o caso dos sociogramas produzidos através do software GEPHI<sup>4</sup>.

A pesquisa exploratória acerca do capital social de Eduardo Cunha subsidiará a investigação das relações que ele construiu durante os seus mandatos. Os elementos centrais da pesquisa exploratória se deram a partir da investigação acerca das votações na Câmara dos Deputados, analisando por meio de *trends* elencados pelo *rankpage* da empresa Google, bem como de materiais jornalísticos que apontaram as votações que foram pautas centrais para Cunha, votações por ele realizadas durante o ano como presidente da Câmara.

Em concomitância ao levantamento dos projetos de leis fomentados por Eduardo Cunha, será igualmente explorado o campo de influência que ele exerceu, usando como critério a composição programática e contínua dos parlamentares que estão na mesma base na Câmara dos Deputados no que se refere às votações dos projetos que Cunha articulava em seu entorno.

Há de se ter em vista, nesta pesquisa, o estudo a respeito da teoria de redes sociais, as quais compreendem que as pessoas assumem características dos circuitos das quais participam, ou por afinidade ou pelo simples contato de informações e visão de mundo.

Parte-se do pressuposto de que há interdependência nas relações e nos laços ao compreender que as redes sociais contribuem na constituição do sujeito. Para tal, Norbert Elias construiu a teoria de interdependência que é um expoente na crítica a concepção de *Homus Clusus*<sup>5</sup>. O tecido das interdependências entre homens é

---

4 “O Gephi se trata de um software utilizado para estruturação e visualização de redes complexas, tendo em sua base uma infinidade de plug-ins e métricas para a análise de redes, podendo ser utilizado para análise de redes sociais, biológicas entre outras.” (LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATIVAS)

5 Para Elias Homus Clusus refere-se ao sujeito fechado em si mesmo.

aquilo que os liga uns aos outros. São elas que constituem o núcleo daquilo que se designa aqui como figuração – uma figuração de homens orientados uns para os outros”. (ELIAS, 1989, p. 45)

A concepção que sustenta a teoria das redes rompe com o paradigma de homem versus natureza e se orienta para um pensamento reflexivo, que entende a dupla face entre a contribuição do todo na constituição do sujeito e de como este também interfere no todo.

As pautas que serão observadas para a construção dos sociogramas e sua posterior análise foram selecionadas sob o critério de repercussão na opinião pública. Os jornais que repetidas vezes fizeram menção as PLs e PECs e a forte recepção por parte dos movimentos tornaram essas pautas um fenômeno muito comentado nos veículos de informação impresso e virtual.

Ao longo do tempo, essas propostas e projetos, denominados “pautas-bombas”, consolidaram-se tanto no discurso jornalístico como no imaginário popular. Tratavam-se de pautas que visavam desestabilizar o Governo por diversos meios: o principal era o aumento dos gastos públicos. Com isso, a compreensão acerca das pautas-bombas se afigura relevante para a construção da pesquisa.

Muitas pautas em questão foram elaboradas, como se sabe, nos anos anteriores à presidência de Eduardo Cunha na Câmara. Experimentaram, no entanto, votações e repercussões no ano de seu mandato como presidente. Em geral, elas versam sobre assuntos morais e religiosos, além de *lobbys* e enquadramento do governo.

A partir das noções levantadas realizo o questionamento mais relevante: como se deu, a partir de suas práticas, acordos, barganhas e táticas, a trajetória e influência política de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados no ano anterior ao processo de *impeachment* da presidente Dilma?

A pesquisa aqui desenvolvida tem como base, na construção dos sociogramas e da análise sociométrica, a compreensão de que é fundamental apresentar o equilíbrio de laços frágeis e fortes<sup>6</sup> e como eles se configuraram criando densidade para a produção do corpo político envolto na figura política de Eduardo Cunha.

---

<sup>6</sup> Como elemento para compreensão dos laços há três dimensões: atores, conteúdo e força de ligação e que atuam em parceria. Para inferir a força de ligação há como categorias de análise o tempo, a intensidade, intimidade, reciprocidade e forma de contato, com base nos apontamentos realizados Wasserman e Faust (1994).

A pesquisa justifica-se no fato de que os eventos que compreendem o mandato do Cunha como presidente da Câmara surtiram efeitos objetivos na política, como o impeachment da Dilma e desdobramentos colaterais, como a ascensão do conservadorismo e conflitos dentro das instituições que geram crises pertinentes nas regras do jogo democrático.

Para além do meu interesse e curiosidade acadêmica, há elementos na minha trajetória de vida que me aproximam dos assuntos relacionados a sociologia política – o pesquisador, como Max Weber bem esclarece, não se descola de sua realidade e cultura, por isso é necessário ter nítido o local e tempo histórico no qual estou situada para assegurar a seriedade e honestidade com o objeto.

Sou filha de militantes de esquerda, tive no curso de minha vida aproximação com o movimento social. Sou, desta forma, situada politicamente desde muito cedo e é a partir desta compreensão e clareza que me disponho a me investigar durante todo o processo de pesquisa, para que em vigília não rompa, tomada por paixões, o compromisso e rigor que a ciência requer.

O meu objeto relaciona-se diretamente comigo, somos espectrais um do outro no nosso tempo histórico e este fato me inquieta na problematização da minha pesquisa. A política influencia todo o curso da história, transforma e ressignifica o seu tempo.

Ter em vista a objetividade metodológica das ciências sociais é fundamental para compreender estes momentos, tendo como norte, inclusive, que as teorias e interpretações sociais estão em constante disputa, e por este motivo é de fundamental relevância haver pesquisas anacrônicas e diacrônicas em concomitância para refletir sobre fenômenos sociais que mobilizam um universo de elementos, porque estes transmutam o presente, os registros e memória e influenciam o futuro.

## 2. METODOLOGIA

O sociólogo Wright Mills (2009) discorre sobre trabalho do sociólogo como a atividade do artesão que tem domínio direto sobre seu objeto. É fundamental que ele, que dispõe de olhos e mãos, empodere-se no seu próprio método de abordagem do seu objeto, visto que a ação primeira do cientista em seu laboratório é a de observar.

Há validade em dialogar com correntes metodológicas diferentes, com procedimentos e ferramentas igualmente diversos, pois o trabalho do cientista tem a qualidade de um artesão com o esforço do labor e um rigor minucioso com o próprio objeto. Este fazer sociológico livre gera no seu interior as condições de criar formulações em busca de métodos e estratégias próprios.

O conceito de interdisciplinaridade perpassará o curso de investigação do objeto. Há questões sociológicas importantes para a compreensão do fenômeno abordado na pesquisa em questão; a antropologia e a ciência política darão igual norte, dado o pertencimento consistente do objeto ao campo das ciências sociais.

A sociologia política e a ciência política têm sido apontadas como “profundamente interdependentes” em sua relação e muito similares em “metateoria e método” (Hicks, 1995, p. 1219). Hicks (1995) chega a escrever que “os sociólogos políticos vivem dos reprocessamentos, feitos por cientistas políticos, de materiais sociológicos politicamente brutos. (DUBROW; KOŁCZYŃSKA, 2015, p.95)

Por este motivo, observo que a pesquisa segue a abordagem, do ponto de vista mais abstrato, do método indutivo, em virtude do movimento ascendente de análise; e tangencia a observação de um átomo da política, com sua influência em todo sistema. Assim, soltam-se os nós das hipóteses e das grandes formulações dedutivas.

Na qualidade de método de procedimento, encontram-se no seio da pesquisa o método monográfico e o método tipológico, o qual incorpora, no segundo momento da pesquisa, as informações relacionadas às redes de relações de Eduardo Cunha às conexões desse objeto com assuntos mais abrangentes, tais como cultura política e democracia.

Foram usados dois procedimentos em especial: a pesquisa documental múltipla, considerando diversas fontes de pesquisas, entre elas Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI) e o material de

imprensa obtidos através dos sítios virtuais dos principais jornais de circulação nacional do país. Tem-se a sociometria que segue como técnica de pesquisa na segunda etapa do roteiro.

Ainda como desdobramento do procedimento metodológico, foi usada uma abordagem de natureza quantitativa colhidos nos portais da Justiça Eleitoral e da Câmara dos Deputados. Fora igualmente observada a agenda oficial de Eduardo Cunha no ano de exercício como presidente da Câmara, assim como matérias de jornais e revistas de veiculação nacional a respeito dos projetos de sua autoria ou por ele desengavetados.

Também se fez necessária uma pesquisa de natureza qualitativa acerca dos projetos de lei e do conteúdo das notas taquigráficas. Para a apresentação do conteúdo, é necessário realizar uma ampla investigação documental, amplamente utilizada nas ciências sociais.

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PADUA *apud* MARIA PIANA; 2009, p.122)

A pesquisa documental por meio de dados oficiais e das matérias de jornais disponibilizados nos sites dos veículos de informação foi um importante exercício exploratório para descrever, como aponta Padua (2009), as características das pautas e criar as tipologias, bem como construir o banco de dados que subsidiou a construção dos sociogramas.

Para a análise das redes de relações, foi necessário recorrer aos dados quantitativos, gerar os sociogramas e reproduzir, por meio das imagens decorrentes, os laços estabelecidos por Eduardo Cunha entre os membros com que ele se relacionou. Recorre-se a elementos básicos da estatística, tais como criação de critérios, estipulação da amostra não probabilística por quota e seleção das variáveis para geração dos sociogramas e posterior análise sociométrica dos dados trabalhados.

Muito embora a pesquisa recorra tanto a documentos de natureza qualitativa, como também faça uso da estatística e dados quantitativos, ela é, em seu conjunto, um esforço voltado à análise qualitativa do objeto. Mesmo recorrendo a conceitos de amostra, elemento da abordagem de natureza quantitativa, a pesquisa mantém seus

traços de natureza qualitativa no primeiro e no último capítulo. A estatística é, portanto, apenas ferramenta.

O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. (apud MOREIRA, 2002, p. 50-1), a tarefa de “dupla hermenêutica” justifica-se pelo fato de os investigadores lidarem com a interpretação de entidades que, por sua vez, interpretam o mundo que as rodeiam. O autor ainda nos elucida que os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades, considerando-os “não apenas agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas” (OLIVEIRA; 2011, p. 9)

Como explanado acima, a “dupla hermenêutica” se dá na tarefa compreender os elementos que circunscrevem o sujeito e saber que este mesmo sujeito estabelece interpretações do mundo social em que vive das suas próprias relações. Para tanto, colocamos a terceira tarefa hermenêutica: o nosso próprio lugar como sujeitos pesquisadores. Nos deparamos, ao longo da pesquisa, com alguns desafios práticos. Traremos abaixo alguns dos desafios encontrados, para exercer a interpretação de nós mesmos na condição de pesquisadores.

Elencamos os três principais aspectos que rodeavam a construção do papel político de Eduardo Cunha. Buscamos através de fonte de jornais, *trends* do Google e as pautas por ele retomadas depois de eleito presidente da Câmara. Destacamos um número significativo de pautas que envolviam um dos três aspectos imputados. Em pesquisas já realizadas por jornais descobrimos que, do ano de 2015 para o ano de 2016, dezenove pautas-bombas foram lançadas por Cunha. Destas, um número razoavelmente reduzido se mostrava viável à pesquisa por meio de sociogramas.

Nas pautas elencadas na primeira pesquisa exploratória foram encontradas várias propostas ou projetos com os chamados “jabutis”<sup>7</sup>, além de outras manobras de atraso de algumas votações; ou ainda uma agenda robusta de pautas para serem votadas. As manobras de Eduardo Cunha não criaram inviabilidades apenas para a atuação política no Congresso e na relação Executivo-Legislativo. Surtiu efeito até mesmo para a compreensão e descrição dos eventos.

Para a organização das etapas deste trabalho, foi necessário recortar a ação

---

<sup>7</sup> Jabuti é uma nomenclatura abordada no jornalismo e na política para artigos e emendas anexadas ao processo de votação e que podem deixar a PEC ou PL completamente diferente da proposta original. Este conceito será trabalhado melhor nos capítulos seguintes.

da pesquisa. Uma delas compreende o levantamento de dados e análise documental, sendo uma pesquisa exploratória e explicativa. A segunda ação é gerada a partir da organização dos dados quantitativos, por meio da metodologia de ARS, que produzirá conteúdo para a análise sociométrica; assim como da apresentação dos conteúdos dos documentos.

Compreende-se como primeira ação a revisão literária dos assuntos e categorias abordados: explorar a vivência política de Eduardo Cunha no período anterior aos seus mandatos e também durante seu exercício parlamentar até o ano de 2015. Busca-se, então, compreender a história da sua construção como quadro político.

Como fase seguinte, a pesquisa explicativa foi realizada já com os dados levantados e organizados pela análise sociométrica e análise documental das informações colhidas. Por fim, o trabalho consistiu na articulação da compreensão dos dados levantados em junção com as categorias suscitadas na revisão literária.

Os elementos imprescindíveis para a pesquisa foram abordados das seguintes formas: análise da trajetória política de Eduardo Cunha antes de seu período como quadro importante da política, por meio de uma pesquisa exploratória acerca dos percursos que o mesmo construiu antes de assumir a Presidência da Câmara, identificando os espaços que ele ocupara durante a sua construção como quadro importante da política.

[...] Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (OLIVEIRA, 2011, p.20)

Para tanto, a pesquisa exploratória, como já citado, compôs uma das etapas da pesquisa, sobretudo para a construção do banco de dados concernente às votações. A exploração do exercício parlamentar de Eduardo Cunha no período que corresponde à sua eleição à presidência da Câmara (2015-2016) também foi fundamental para analisar a sua produção legislativa e os espaços em que atuou no parlamento.

As notas taquigráficas, arquivadas no *site* da Câmara dos Deputados, foram

usadas como fonte de pesquisa, e os projetos articulados por Eduardo Cunha foram mapeados para dar subsídio à compreensão de suas pautas e acordos estabelecidos no interior do exercício legislativo.

A segunda fase pós-levantamento de dados ocorreu mediante o cruzamento dessas informações colhidas, recorrendo às estruturas construídas pelas ferramentas da sociometria, que possibilitam interpretar informações soltas e compreendê-las em redes. Como podemos notar na citação abaixo, a técnica sociométrica já alcança quase um século de seu uso e ela compõe o último tecido desta pesquisa.

Foi com a invenção das técnicas sociométricas de Moreno, que se lançaram, nos anos 30, as bases para a análise de redes sociais. A partir deste período e até aos anos 50, alguns psicólogos sociais como Fritz Heider, Kurt Lewin, Alex Bavelas, Leo Festinger e George Homans trabalharam sobre a análise das estruturas dos grupos, com influência extensiva até algumas investigações dos nossos dias.[...][Varanda, 2001; Silva & Fialho, 2006; Fialho, 2008]. (SILVA; SARAGONÇA, 2013, pag. 106)

A etapa de consolidação da pesquisa exploratória se deu pela investigação acerca da candidatura de Eduardo Cunha à presidência da Câmara e as atividades do seu mandato na condição de presidente, interpretando os documentos das PEC's, PL' e PM e mapeando a composição de relações criadas por ele. Desta forma, foi possível montar um banco de dados sobre o centro e a periferia de sua rede de contatos na Câmara.

Foram criados grafos com dados segmentados de projetos e pautas. Estes são fundamentais para elaborar aportes explicativos sobre os percursos criados por Eduardo Cunha até o fim de seu mandato como Presidente da Câmara dos Deputados. Os grafos têm a função de traçar a teia de relações com parlamentares em consonância com as suas principais pautas através de análise sociométrica.

Para selecionar os objetos analisados na sociometria, a técnica de amostragem usada fora a amostragem não probabilística, com foco em amostra por quotas. Essa é uma técnica de amostragem que recorre à segmentação e categorização das informações.

Os critérios de seleção da amostra estão envolvidos em três variáveis, selecionadas arbitrariamente durante a produção da pesquisa. Quando se encontra restrição em nível operacional é possível recorrer a amostras não probabilísticas,

como aponta Gonçalves (2009).

Pode-se inferir que normalmente amostras não probabilísticas são utilizadas em pesquisa quando há uma restrição de cunho operacional ao uso da amostragem probabilística, como, por exemplo, o fato de a população ser infinita ou de não se ter acesso a todos os elementos da mesma (GONÇALVES, 2009).

Com isso, a pesquisa se voltou para responder questões pertinentes as pautas selecionadas de acordo com as quotas. O objeto da pesquisa é orientado para responder as sete pautas elencadas, não cabendo dar um sentido geral das relações do Eduardo Cunha. Assim, por motivos já abordados, como exemplo os jabutis, não é possível inferir se a análise feita se aplica a totalidade da prática política do Cunha e seus aliados. É por esse motivo que optamos pela amostra não probabilística.

Compreendo que ao universo de relações estabelecidas entre Eduardo Cunha e demais membros desse circuito corresponde um número significativo de políticos, interagindo através de aprovação de projetos articulados, desengavetados ou fomentados pelo próprio Eduardo Cunha.

As variáveis do trabalho estão contidas nos projetos articulados e propostos por Eduardo Cunha no ano de exercício como Presidente da Câmara. Sendo quatro quotas: pautas-bombas; pautas conservadoras e civis; pautas do *lobby* ou financiadores; pauta do *impeachment*. Cada uma dessas quotas dão as pistas para análise das notas taquigráficas e análise da agenda oficial, sendo determinante a análise da agenda e das notas taquigráficas nos dez dias anteriores à votação.

A escolha da técnica de amostragem é uma etapa importante do método científico de pesquisa. Quando a amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo (GIL, 2010, p. 109).

As votações observadas foram tanto referentes às comissões, nos casos em que não houve votação no plenário, como as votações de primeiro e segundo turno dos projetos levados ao plenário da Câmara.

Em cada quota selecionada há um total de dois projetos para análise de deputados que votaram de acordo com Eduardo Cunha, exceto em relação à votação do *impeachment* da presidente Dilma, observada através de uma única votação: a de cassação de seu mandato.

Cada quota foi analisada por categoria, durante a produção dos sociogramas. As categorias de análise serão: Estados, partidos, nominais. Desta forma, foi possível observar como cada uma dessas categorias se comportou em cada projeto votado. Da mesma maneira, organizados por categoria, os eventos detectados nas agendas estão segmentados.

O banco de dados serviu como material de acervo e foi o principal resultado da pesquisa exploratória. Esta pesquisa exploratória tocou elementos que capturam os dados de como os parlamentares e partidos votaram, também compreende as defesas nos documentos da Casa Legislativa, entre eles as relatorias. A pesquisa proporcionou a criação de um banco de dados acerca das sete votações e está posta nos anexos desse texto para pesquisas futuras.

Os acontecimentos da política brasileira vividos na metade da década de 2010 estão profundamente ligados a questões tais como: o presidencialismo de coalizão, partidos políticos e os elementos da nossa jovem democracia. Estas duas questões também foram debatidas ao longo da introdução e desenvolvidas no segundo e terceiro capítulo.

Durante o curso da pesquisa, os objetivos giraram em torno de fazer análise teórica do modelo por meio da avaliação de documentos e, posteriormente, da apresentação de seus conteúdos; observar as configurações e encontrar argumentos; mapear os agentes e perseguir, sobretudo, as contradições postas dentro dos circuitos de relações. Isto por compreender que a política acolhe muitas nuances dentro de uma única expressão. Quase não há possibilidade de existência de preto no branco na ciência.

Em suma, a pesquisa foi realizada em três grandes blocos: a primeira parte sendo a construção do banco de dados, com caráter exploratório; a segunda corresponde ao momento de criação dos sociogramas por meio da ferramenta GEPHI; e a análise explicativa dos fenômenos no entorno do objeto, contemplando, assim, os três capítulos da pesquisa.

A análise de redes sociais parte do pressuposto que as relações sociais são a célula base da sociedade, pois ajudam a identificar a interdependência de indicadores de vários tipos. Considerando que o “social” é um campo complexo por natureza em que atuam várias áreas do conhecimento, um dos desafios que se coloca à análise de redes sociais e aos seus usuários é, justamente, identificar o posicionamento e as estratégias de ação num quadro de complexidade de atuação em que cada investigador procurará uma utilização particular dentro da polissemia de análise. (SILVA; FIALHO; SARAGONÇA; 2013, pag. 93)

As teorias acerca das relações sociais se confundem com o que conhecemos nos sites virtuais por rede de relação. Essa relação não abarca o todo da teoria. No entanto, a criação das redes sociais virtuais foi fruto da compreensão exposta na citação acima, de como as relações sociais são basilares para uma vida em sociedade, por isso elas se tornam uma alegoria da vida social. Entender a rede social do Eduardo Cunha de um ponto de vista “virtual” é interessante porque é nesse movimento que se torna mais visíveis quais são seus laços fortes e laços frágeis na construção das suas relações.

Durante a construção do texto foi realizado um passeio por diversos temas que se circunscrevem ao circuito de relações de Eduardo Cunha, tais como: pentecostalismo, *lobby*, partidos, conservadorismo, entre outros. Por esse motivo, o primeiro capítulo propõe uma incursão nos aspectos gerais da vida política de Eduardo Cunha, tocando esses diversos temas.

No segundo e terceiro capítulo é proposta uma leitura de elementos dos grafos produzidos para com isso, mapear a rede de relações de Eduardo Cunha de acordo com os espectros da sua relação com os respectivos financiadores de campanha, os movimentos que o apoiaram, os parlamentares que votavam alinhados com ele, organizados por diversos matizes.

Foram feitas algumas análises relativas ao grafos no decorrer dos capítulos. Entretanto, cabe acrescentar que os grafos produzidos têm também o intuito de possibilitar uma interpretação de forma autônoma por parte do leitor. Cada grafo gera uma grande quantidade de dados e que podem levar a uma variedade de inferências.

Tanto no primeiro como no segundo capítulo há observações sobre o conteúdo com a análise sociométrica organizada no segundo capítulo, a fim de discutir temas como cultura política, fim da “Nova República” ou o conflito do

Legislativo com o presidencialismo de coalizão.

Desta forma, a exposição da pesquisa trará reflexões a respeito de aspectos da rede de relações de Eduardo Cunha na política, como também de questões concernentes ao fazer político no Brasil no período estudado. Com isso, a excursão do tema poderá produzir muitos questionamentos acerca das redes relações na política e em instituições em geral, fazendo com que este empreendimento acadêmico contribua para mais pesquisas sobre assuntos relacionados.

Como notarão, no curso da leitura, o uso da teoria da ação racional e a análise de redes sociais permite que o pesquisador tenha liberdade para definir seus critérios. Com isso, os grafos foram organizados com base em modularidades e cada modularidade é orientada para manifestar uma adequação a pauta ou a crítica.

Este recurso permite encontrar as interações dos deputados, partidos e Estados de acordo com cada pauta, mas não possibilita inferências acerca das interações entre sujeitos dentro da modularidade. Isto é, notaremos a postura dos sujeitos de acordo com os assuntos pautados e de como eles construíram a rede, mas não priorizará a leitura da interação entre membros da rede.

Nos apoiamos nas reflexões levantadas pela teoria da ação racional, na qual há uma busca consciente em “reter o menor número possível de variáveis e representar do modo mais rudimentar suas interdependências a fim de deduzir conclusões fortes sobre a realidade” (LAFAY, 1997, p. 233). Com esse pressuposto metodológico, a pesquisa centra-se na busca de identificar três variáveis na votação das sete pautas.

### **3. A ROTA DAS RELAÇÕES**

#### **3.1. A TRAJETÓRIA DE EDUARDO CUNHA**

A trajetória política de Eduardo Cunha se inicia muito antes dos episódios por ele protagonizados no ano como presidente da Câmara. Sua atividade política começa em 1982 quando contribui durante a campanha na candidatura de Eliseu Resende ao governo de Minas Gerais e, em seguida, à candidatura de Moreira Franco ao governo do Rio de Janeiro em 1986.

Eduardo Cunha corrobora politicamente de forma incisiva já em 1989, durante a campanha do Fernando Collor, através de sua aproximação com Paulo Cesar Farias que fora responsável por indicar o Cunha para a presidência da TELERJ durante o Governo do Collor, segundo o jornal O Globo.

Durante os anos 1980 e 1990 Eduardo Cunha contribui mais incisivamente nos bastidores da política, isto é, sua atuação não estava voltada para cargos públicos eletivos. Mesmo atuando nos bastidores, houve manifestações contra sua postura enquanto presidente da TELERJ nos anos 1990: faixas de “Fora Cunha” já eram postuladas em espaços públicos no Rio de Janeiro, de acordo com Ricardo Calazans (2016).

Luis Nassif (2015) publicou um artigo no jornal GGN intitulado por: “Dossiê Eduardo Cunha: Escândalo da Telerj na Folha dos anos 90”, no qual narra a cobertura da Folha de S. Paulo a respeito da época que Cunha foi presidente da TELERJ e os escândalos que daí sucederam. Os escândalos não se encerram quando esteve à frente dessa empresa operadora de telefonia; estenderam-se em sua passagem pela CEHAB e em virtude de sua reaproximação com PC Farias e Jorge La Salvia.

Os escândalos e denúncias envolvendo Eduardo Cunha não foram suficientes para lhe barrar a carreira pública. Cunha ganha espaço no Congresso Nacional, sendo eleito deputado federal em 2002 pelo Rio de Janeiro, com pautas abertamente conservadoras, remetendo-se ao discurso religioso que mais tarde se tornou um dos elementos que o alçou à elite política do país.

De acordo com Marcos Nobre (2016), Eduardo Cunha conquistou sua influência dentro do PMDB galgando espaços externos e o construindo por fora do partido. Ele aponta ainda que o PMDB tinha um núcleo duro muito rígido e difícil de acessar.

Cunha entendeu as impossibilidades de acesso ao núcleo de políticos tradicionais nas disputas internas, buscando alcançar a elite parlamentar por meio da criação de grupos com membros de partidos e estados, o feito citado se deu em primeira instância e já na década de 10 pode galgar outra esfera, contando com o aval do presidente do partido na época, Michel Temer, de acordo com Bruno Lupion (2016).

Para situar a pesquisa desde o início de sua carreira parlamentar há um fato marcante: Cunha no seu primeiro mandato estadual houve se distanciou do Anthony Garotinho, seu tradicional aliado, obrigando-se a migrar do PP para o PMDB em 2003, o que oportunizou progressivamente a imersão, durante seus três mandatos, no núcleo duro do PMDB e a criação de uma vasta rede de contatos na política.

O citado fato já anuncia uma postura de conflito dentro da política. Que para Fernando Limongi (2015), Cunha tem uma habilidade destaque: ele manobra o conflito ao seu favor de forma tal que o conflito se torna a sua forma de fazer política.

Em catorze anos de mandato parlamentar, Eduardo Cunha passou a ganhar notoriedade pública por suas posições polêmicas no que tange aos debates sobre minorias, posições essas abertamente conservadoras em relação ao desenvolvimento de tais políticas. Não à toa a sua reconhecida rejeição dentro dos movimentos sociais.

Eduardo Cunha alcançou sua marca durante a presidência da Câmara com medidas que geravam desconforto ao Executivo, sendo a “pauta-bomba” uma palavra de ordem nesse período, como aponta Safatle, Borges e Oliveira:

Pauta bomba foi como ficaram conhecidas as iniciativas de Eduardo Cunha de submeter a votação na Câmara pautas que complicassem a vida econômica e política do governo. O presidente da Câmara colocava ou ameaçava colocar em votação medidas que ampliavam gastos, aprovava pedidos de CPI's e acusava o governo de estar por trás das denúncias contra ele no âmbito da operação Lava Jato. (SAFATLE; BORGES; OLIVEIRA, 2016)

Entre desconfortos e pautas polêmicas, Cunha ganhava visibilidade pública, além de fortalecer, com isso, sua rede de relações políticas no Congresso Nacional. Fez-se presidente da Câmara dos Deputados em 2015, a contragosto da então Presidente da República Dilma Rousseff.

Teve mandato na Câmara como deputado federal nos anos de 2003 à 2007

pelo PP e PMDB; segundo mandato de 2007 à 2011 já pelo PMDB; terceiro mandato de 2011 à 2015, quando ganha notoriedade por meio de suas pautas e também conquista a liderança da bancada do PMDB; e quarto mandato de 2015 à 2019, cumprido até setembro de 2016 apenas, mas no qual alcançou o ápice de sua carreira, com o exercício da Presidência da Câmara dos Deputados.

Como consta nos anais da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha teve seu mandato suspenso: “Suspensão do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019, e, por consequência, da função de Presidente da Câmara dos Deputados, a partir de 05 de maio de 2016, segundo Ato da Mesa nº 88 de 2016, publicado no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados, nº 75, de 14 de maio de 2016”.

Entre as atividades partidárias desenvolvidas por Eduardo Cunha como deputado federal estão a tarefa de vice-líder do PMDB entre março de 2005 até agosto do mesmo ano, sendo vice-líder também no ano de 2011 à 2013; fora vice-líder do bloco PMDB/PTC no final de outubro de 2008 até o início de 2009, ocupando também o mesmo cargo em um intervalo em 2009; por fim, fora líder da bancada do PMDB de fevereiro de 2013 até fevereiro de 2015, quando assume a presidência da Câmara.

Como podemos observar com os dados expostos acima, Cunha alcança papel de destaque nos anos 2010, ocupando espaço de centralidade pública para o PMDB apenas três anos antes da perda do seu mandato, embora não participasse, *a priori*, do núcleo central do PMDB, composto por Michel Temer, Geddel Vieira Lima e Wellington Moreira Franco, como aponta o jornalista Luis Nassif (2015) na Coluna Econômica do portal do jornal GGN.

É apontado ainda por Nassif que existiam outros quatro políticos como expoentes, mais ligados ao PT: Eliseu Padilha, Renan Calheiros, José Sarney, Jáder Barbalho e outros. O jornalista afirma que Cunha só alcançou destaque quando se ocupou da tarefa de substituir o deputado Fernando Diniz nas operações com empresas e estatais, como, por exemplo, a Petrobrás.

O papel de Eduardo Cunha durante a campanha de 2010 ganhou aderência ao levar o PSC para base de apoio à candidatura, desmobilizando o então feito do pastor Everaldo Dias, que sinalizava apoio à candidatura de José Serra. Esse feito trouxe três novidades para a sua vida política. Uma delas foi a aproximação com o

Bispo Manuel Ferreira e, em virtude disso, entrou para Assembleia de Deus, conquistou o comando político do PSC e diminuiu sua rejeição dentro do PMDB, abrindo portas para entrar na cúpula do partido.

Nassif (2015) destaca certa postura de Cunha na condição de presidente da Câmara:

Quando um jornalista indagou-lhe o que faria com o Projeto de Lei que permitia casamento entre homossexuais, sua resposta foi a de que um verdadeiro presidente da Câmara. “Se quiser saber minha opinião pessoal vá até o meu gabinete de deputado. Como presidente da Câmara não faço diferença entre projetos”. E promete uma gestão dinâmica. (NASSIF, 2015)

Para isso, Cunha montou o programa Câmara Itinerante, o qual tinha o objetivo de aproximar os parlamentares aos civis de todo o país. Como registrado no *site* da Câmara, os deputados debatem com lideranças locais de cidades a respeito de pautas nacionais do Congresso. Com isto, durante a aproximação que Cunha realizou com a política local, ele também montou suas bases com lideranças evangélicas.

A configuração da *persona* política de Eduardo Cunha fora moldada com base em uma postura pública de servidor público com virtudes do espírito público, como aponta Nassif (2015) no portal já citado. Ele também ocupou diversas comissões permanentes e especiais durante seus mandatos, sendo proponente de diversas leis aprovadas.

O apontamento citado acima contrasta com a prática de um político condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com suspeita de ter recebido cinco milhões em contratos de construção de navios-sondas da Petrobrás — não sem considerar aqui, ainda que indiretamente, a discussão ulterior acerca das contradições do processo de construção das investigações da operação conhecida como “Lava-Jato”.

Para além de algumas atitudes, perante a opinião pública, no sentido de desrespeito ao espírito público, apontadas pela mencionada operação, Eduardo Cunha nos traz, na sua figura, outros elementos que ainda contrastam com a construção da imagem de um servidor eficiente.

Cunha, no ano de exercício como presidente da Câmara, agiu publicamente no sentido de obstruir a execução do mandato de Dilma Rousseff. Além de sua postura como agente de conflitos dentro do Governo, ele optou diversas vezes por

manobrar as votações realizadas no Congresso, como foi o caso, a título de ilustração, da votação da PEC 171/93, a qual propõe a redução da maioria penal. O que punha por terra a sua própria declaração relatada por Maurício Morais (2015) de que: “[...] minha argumentação sempre foi de natureza técnica” e outras nas quais fala: “Como presidente da Câmara não” fazia “diferença entre projetos.”

Contudo, é inegável sua habilidade legislativa em criar, encaminhar e aprovar projetos. São muitos os projetos relacionados a pautas conservadoras, civis e outras, voltados a interesses e benefícios dos financiadores de sua própria campanha. Cunha empenhou muitas ações ao longo dos anos de exercício parlamentar, propunha e colocava projetos na agenda da Câmara em um ritmo impressionante, o que impactou também a opinião pública, como apresentado em matéria no site do Senado Federal.

Essa forma de agir gerava a impressão de que a Casa Legislativa estava dedicada ao fazer legislativo e isto agradou, em alguma medida, a opinião pública, acostumada com a morosidade aventada à prática de setores do poder público. É importante notar que a forma de agir de Cunha, que aparenta eficiência da máquina estatal, não gera um efeito necessariamente positivo, tendo em vista que Emendas à Constituição têm tendências à complexificação da Constituição e, às vezes, acaba por torná-la distante do objetivo da Constituinte.

Outro exemplo que levanta questões acerca da prática política de Cunha foi pauta relacionada ao *lobby*, sendo a PEC 451/2014, criada por Cunha, que inclui como garantia fundamental a oferta de planos de assistência à saúde pelo empregador. Desta forma, ele contribuía para o aumento de demanda de planos de saúde, cujas empresas figuravam entre as principais financiadoras de sua campanha.

Eduardo Cunha teve forte exercício nas comissões permanentes durante seus mandatos, sendo, na 54<sup>a</sup> Legislatura, membro de comissões permanentes como: Comissão de Finanças e Tributação – CFT: Suplente, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC: Suplente, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC: Titular, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015.

Ainda na 54<sup>a</sup> Legislatura, Cunha participou de diversas comissões especiais,

tais como: “Reforma Política”; PEC 010/95 - “Sistema distrital misto”; PEC 037/11 - “Competência da investigação criminal”; PL 6826/10 – Atos contra a administração pública; PL 3355/04 – Normais gerais, contrato, seguro privado; PL 8035/10 – Plano nacional de Educação; PL 6025/05 – Código de processo civil; PEC 061/11 DRU (Desvinculação de receitas da União); PL 1572/11 – Institui o código comercial; PEC 196/12 – Voto aberto para perda de mandato; PL 7108/14 – Arbitragem; Comissão Parlamentar de Inquérito: CPI – Tráfico de pessoas no Brasil.

Nas Legislaturas anteriores à 54<sup>a</sup>, Eduardo Cunha participou de cinco comissões permanentes: Ciência e Tecnologia, Comunicação e informática, tanto titular como suplente nos anos de 2005/2006/2007/2008; Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo presidente no ano de 2009, titular no ano anterior e posterior, como também suplente nos anos de 2006/2008; compôs a comissão de Direitos Humanos como suplente; foi 1<sup>o</sup> Vice-Presidente da comissão de Fianças e Tributação nos de 2005/2006 e 2008, compondo como também como titular e suplente; tendo passando também pela comissão de Fiscalização Financeira e Controle no ano de 2010.

As comissões especiais que Eduardo Cunha participou como titular, anteriores à 54<sup>a</sup> Legislatura, são estas: PEC nº 31/07, Reforma Tributária; PEC nº 41/03, Reforma Tributária; PEC nº 228/04, Reforma Tributária; PEC nº 351/09, Regime de Pagamento de Precatórios; PEC nº 443/09; PEC nº 533/06, Competência do STF (Perda de Mandato); PEC nº 536/97, Desenvolvimento do Ensino Fundamental; PEC nº 558/06, CPMF; PL nº 1.144/03, Saneamento Básico; PL nº 2.316/03, Código Brasileiro de Combustíveis; PL nº 2.502/07, Pré-Sal/ Exploração e Produção.

Ademais, a vida profissional de Eduardo Cunha antes de sua atuação na vida pública foi marcada por sua formação no curso de graduação em economia pela UCAM no Rio de Janeiro, no ano de 1980, bem como pelas experiências como auditor na empresa Arthur Andersen durante dois anos; e economista também durante dois anos empresa Xerox do Brasil. Assumiu a presidência da TELERJ no ano de 1991-1993, mas sua militância orgânica no PPR só acontece em 1994, como é apresentado no portal O Globo (2016).

Ainda segundo informações colhidas no portal O Globo (2016), Eduardo Cunha, já na condição de líder público, foi subsecretário de habitação do Rio de Janeiro no ano de 1999 na gestão de Luiz Paulo Conde, com a coligação PFL/PPB/

PTB/PSC; presidente CEHAB no ano de 1999-2000. Teve o cargo de deputado estadual pelo PPB nos anos de 2001/2003, sendo sua última função antes de assumir o cargo de Deputado Federal.

Eduardo Cunha arregimentou grupos de religiões evangélicas ao seu fazer político, que através do *slogan*: “irmão vota em irmão” conferiu-lhe adesão desses setores religiosos. Cunha, como aponta Nassif (2015), foi membro de uma igreja neopentecostal antes de sua adesão à tradicional Assembleia de Deus. Nassif ainda anuncia o elemento de virada para mudança de igreja: a diferença de capital social e político de ambas as igrejas, sendo a primeira 12 (doze) vezes menor que a segunda em número de fiéis. Contudo, essa mudança não foi suficiente para que Cunha perdesse o capital político que conquistou na igreja neopentecostal.

Uma reportagem da revista Forbes cumpre a tarefa de desvelar o fenômeno do empreendedorismo evangélico, resvalando na prática política. Anderson Antunes (2013) escreve o seguinte: “O sucesso econômico do país não apenas tirou milhões de brasileiros da pobreza, mas também elevou as expectativas de uma nova classe baixa, conhecida como classe C”. Para Antunes, essa classe C encontrou nas religiões evangélicas seu ponto de ligação com a ética da prosperidade.

O fenômeno de identificação com as igrejas evangélicas se deu pela ética, é certo, mas também por práticas políticas como o financiamento público de centros de reabilitação para dependentes químicos administrados por igrejas evangélicas, concessão de passaportes diplomáticos, entre outros, como aponta Antunes (2013). Esse congregado de eventos possibilitou o ingresso de quadros como Eduardo Cunha no centro da política nacional. O espólio político citado e que foi mobilizado por Cunha deixou herdeiros na política: essa afirmação resta evidente nos dois próximos capítulos.

Dito anteriormente, Eduardo Cunha viu sua vida política cessada em setembro de 2016, ante a perda do mandato de deputado federal, na Legislatura de 2015-2019, em virtude da quebra de decoro parlamentar, nos termos da Resolução de nº 18/2016. Foi acusado de mentir no âmbito da CPI da Petrobras, porque havia negado possuir contas no exterior.

Através de dados colhidos na sessão de “informação de tramitação” do site da Câmara dos Deputados, podemos concluir que Cunha, pois, ao final de seu mandato, diante das acusações no processo da Lava-Jato e depois de inviabilizar a

continuidade do segundo mandato de Dilma Rousseff, teve sua base política esfacelada, contando apenas dez votos em sua defesa, ou seja, votos desfavoráveis à perda de mandato. Apenas Carlos Marun (PMDB-MS) e Edson Moreira (PR-MG) o defenderam expressamente perante o plenário quando da votação de sua cassação.

Outros deputados que mantiveram, por sua vez, apoio integral para evitar a perda do seu mandato foram os seguintes: Paulo Pereira da Silva (SD-SP), Marco Feliciano (PSC-SP), Jozei Araújo (PTN-AP), Julia Marinho (PSC-PA), Wellington (PR-PB), Arthur Lira (PP-AL), João Carlos Bacelar (PR-BA), Dâmina Pereira (PSL-MG). Houve também nove abstenções de deputados que mantiveram proximidade com ele em alguns projetos; estes políticos pertenciam à base do PP, PSL, PR, PMDB, PSC.

Os aliados listados acima não foram suficientes, como se sabe, para sustentar a fragmentação do seu capital político. Até a presente data de produção da pesquisa, Eduardo Cunha permanece preso sob a acusação de recebimento de propina para liberação de recursos da Caixa, investigada no âmbito da Operação Sépsis (desdobramento da Operação Lava-Jato). Sua condenação se deu inclusive em segunda instância pelo Tribunal Regional da 4ª região, cumprindo prisão pelos crimes de violação de sigilo funcional, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. O STJ negou *habeas corpus* impetrado por sua defesa após a decisão do STF que derrubou o encarceramento após condenação em segunda instância.

Em maio de 2019 Cunha foi transferido de Curitiba para o presídio de Bangu, onde cumpre pena em meio a Sérgio Cabral e outros políticos cariocas. Ele propôs delação premiada que, no entanto, não foi aceita. Na proposta de delação recusada, Cunha admitia financiar deputados, de acordo com o Portal Rede Brasil Atual. Cunha se mantém longe da mídia, mas ativo na produção de um diário que pretende publicar. Uma das polêmicas na qual seu nome viu-se recentemente envolvido está relacionada à condenação judicial do jornalista Nassif por ter se referido a ele sob a alcunha de “ladrão”.

### 3.2. A crise entre o Executivo e o PMDB

O tópico denominado “A crise entre o Executivo e o PMDB” compila um conjunto de informações acerca da relação conflituosa vivida e protagonizada pela

ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-deputado Eduardo Cunha. Para chegar à crise, vamos reconstruir elementos da relação entre o PMDB e o PT. Agenda de relações entre o Executivo e o PMDB que se iniciou durante a composição para votação da reforma da previdência, ainda em 2003, construída a partir do PMDB do Nordeste, de acordo com Avritzer (2016).

Para a aprovação da aludida reforma foi necessária uma ampla aliança que incluiu o antigo PFL e o PSDB e selou, para todos os fins, a aliança do Governo com a bancada do PMDB no parlamento. Dos 77 deputados federais do PMDB, 60 votaram a favor da reforma.

Essa reforma posicionou a majoritária do PT em um modelo de gestão conciliador, abdicando de uma agenda progressista e trabalhista e inaugurando o pacto conservador, como frisa André Singer (2016) e Perry Anderson (2019). Casou-se no seio do Governo a reforma da previdência que, como já sabido nas ciências sociais através do artigo da Rosa Marques e Áquilas Mendes (2003), beneficiara o empresariado; a PEC da reforma da previdência em 2003 foi conciliada com uma proposta de reforma tributária, com uma agenda de redistribuição de riquezas e também com uma proposta de reforma do Judiciário, que movimentava interesses de elites políticas consolidadas.

Aliada às distorções das composições para as reformas, houve a criação da Parcerias Público Provadas que fortificaram a relação da política lulista com os setores mais conservadores da política e do empresariado que viam na PPP's seus interesses atendidos.

De forma contraditória, as ações no início do Governo Lula estavam voltadas à economia e cancelavam uma agenda pouco radical e mais conciliadora; por outro lado, no âmbito da prática de coalizões, não cedeu espaços importantes para seus aliados, decidindo dispô-los aos seus iguais, segundo Avritzer (2016). Dessa maneira, o Governo estreitou laços com pequenos partidos para garantir sua eficiência no Parlamento, em detrimento de maiores alianças com o PMDB, que já barganhava mais espaços nos ministérios.

A crise interna da base do Governo, em virtude da mudança de orientação programática ou mesmo flexibilização de uma agenda mais progressista, somado à gerência de uma política pouco flexível do ponto de vista das práticas de coalizão, criaram uma crise no seio do presidencialismo de coalizão, segundo Leonardo

Avritzer (2016). Crise que experimentou seu ápice com a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito do escândalo do “mensalão” entre 2005 e 2006.

Essa crise se deu na fragmentação do PT e afronta ao PMDB, resultando na derrota do Governo quanto à chefia da Câmara, relegando-se à oposição e abrindo o flanco para maiores conflitos. Ainda conforme a análise de Avritzer, a crise só estanca quando Aldo Rebelo assume a presidência da Câmara 2006, dada a renúncia de Severino Cavalcanti.

Já no segundo mandato do ex-presidente Lula, uma das principais táticas do Governo foi ampliar os espaços do PMDB no seu seio e adequá-lo nos melhores e mais frutíferos ambientes. A possibilidade de atuação na política local foi um importante critério para seleção de espaços mais adequados para alocação do PMDB nas pastas e ministérios, tendo em vista a regionalização deste. Foi fundamental, do ponto de vista tático, que o PMDB fortalecesse sua política dentro dos estados. A tática de aproximação do PT ao PMDB marca uma trajetória de composição de mais de sete anos sem grandes conflitos.

Desta forma, como o Ministério das Comunicações tinha como proposta estender os meios de comunicação alternativa por todo país, o cargo é, pois, cedido ao jornalista Hélio Costa, membro do PMDB. Esse ministério era estratégico para o projeto político do PT, mas passou a pertencer ao rol de espaços concedidos para o PMDB, e protagonizou ações como uma grande ampliação de rádios populares e educativas, bem como uma significativa tentativa do governo em descentralizar o comando das comunicações no país, que, neste caso, seguiu os comandos e interesses de aliados e não exatamente do partido que liderava governo.

É importante frisar também que o PMDB, mesmo sendo formal a oposição à aliança vitoriosa da chapa capital/trabalho empenhada na candidatura à reeleição do Lula, tem como primeira reaproximação simbólica ao Governo eleito o apoio a Arlindo Chinaglia (PT - São Paulo) para presidente da Câmara dos Deputados, conquistando, assim, bons olhares por parte dos políticos petistas — apoio este dado por uma parcela do PMDB, sobretudo o grupo no entorno do Renan Calheiros.

Outro evento importante que marca este momento se deu na ampliação da importância do PMDB no Congresso, posto seu consecutivo espaço na presidência do Senado e, dois anos depois, a presidência da Câmara Federal, chegando no ano de 2009 na liderança de ambas as Casas Legislativas.

Essa adequação à institucionalização do PMDB como principal aliado no presidencialismo de coalizão reflete a adequação da estratégia do PT às regras do jogo e foi pensada prioritariamente para o Governo corroborar as decisões do Congresso.

Segundo Avritzer (2015), essa adequação do PT à aliança com o PMDB revelou-se com três principais concessões. A primeira delas refere-se ao ato de lhes ceder espaços estratégicos, conforme já mencionado; o segundo aspecto se relaciona ao fato do Governo ter apoiado com mais vigor as ações do PMDB no Congresso, sobretudo em questões relacionadas a graves denúncias envolvendo os dois consecutivos presidentes do Senado, José Sarney e Renan Calheiros; como terceiro aspecto, o Governo melhorou a capacidade de operação dentro das Casas Legislativas, sendo bem-sucedido na maioria das propostas levadas ao Congresso Nacional, segundo estudos do Necon/lesp.

Quanto às eleições do Executivo e Legislativo em 2010, o PT lança a liderança da chapa com a então candidata Dilma Rousseff à Presidência da República e, como vice, Michel Temer, respaldando ainda mais o seu aliado. Tal candidatura experimentou polarização com o candidato do PSDB, José Serra (São Paulo). O resultado, afinal, veio com a vitória da aliança composta pelo PT e PMDB e outros partidos.

A eleição de 2014 foi acirradíssima, dividindo o país em duas teses e rivalizando regiões brasileiras. A presidente Dilma Rousseff conseguiu se reeleger com votação marginalmente superior, com apenas 51,64% dos votos à frente do segundo colocado, candidato do PSDB, que disputou o segundo turno: Aécio Neves, de Minas Gerais.

O PMDB já apresentava fissuras internas em relação às duas candidaturas principais, mas apoiou formalmente a candidatura liderada pelo Partido dos Trabalhadores, que continuava a ter como candidato à Vice-Presidência o deputado Michel Temer. Contudo, um outro bloco minoritário partiu com candidaturas estaduais em oposição a chapa Dilma/Temer, esse bloco teve a participação de diretórios estaduais do PMDB em grandes estados, como Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

As relações partidárias muitas vezes divergem em seus matizes ideológicos e de interesse, mas convergem em blocos de partidos diferentes. Os

desenvolvimentistas do PT e do PMDB podem, em parte dos casos, convergir mais que os desenvolvimentistas e os neoliberais dentro do próprio PMDB. Isto ocorre em quase todos os partidos. Contudo, há evidências cabais de que este fato se gere sistematicamente no PMDB e explica também suas estirpes em diversos partidos, como a capacidade que estes têm de articulá-lo.

Tanto em 2010 como em 2014, o diretório nacional do PT decidiu não rivalizar com seu então aliado, o PMDB, orientando alguns diretórios estaduais a renunciarem cargos e candidaturas e conviverem com possíveis tensões com as instâncias estaduais do PMDB, para não comprometer os acordos nacionais, como pode ser notado através das coligações realizadas na época, entre elas a disputa para o governo do Maranhão.

A notícia que será exposta no decorrer do texto se refere a um momento vivido pelo PT maranhense em 2010. Ela tem o condão de ratificar o fato acima:

Em evento em Tiradentes, Dilma minimizou a resistência do PT maranhense e foi bem pragmática. "O que nos interessa é ter uma base sólida de sustentação do governo do presidente Lula. Então estou extremamente tranquila com a situação entre PT e PMDB. Não vejo problema. Acho que é uma conquista poder chegar à campanha com um grau de unidade significativo", disse Dilma. (GOMES apud ROUSSEFF, Jornal O Tempo, 11 de junho de 2010).

Em 2014, o PMDB teve uma considerável baixa no número de congressistas, alcançando apenas 66 (sessenta e seis) deputados federais eleitos. O que representava 13 (treze) deputados a menos que na bancada anterior, mas não surtiu grandes efeitos, pois suas forças internas capitalizaram aliados em diversos partidos. Conquistando em 2015 a presidência da Câmara de Deputados, o peemedebista Eduardo Cunha passa a ser presidente da Câmara, mesmo sendo apenas a segunda maior bancada.

No Senado, o PMDB conquistou 5 (cinco) assentos, o que revela uma constância diante de todos os anos de eleição, embora grandes quadros do partido tenham perdido parte do seu reduto político, caso de José Sarney. O PMDB teve durante essa legislatura a maior bancada do Senado, com 19 (dezenove) parlamentares.

Para manutenção da base com a participação do PMDB foram necessárias diversas ações por parte do Governo, algumas até contrariavam a agenda proposta

e eleita na eleição de 2014. Lasperg (2016) elucida aspectos das manifestações de 2013 e como estas reverberaram na gestão do Governo em questão.

Um exemplo atual de um dos pontos negativos do presidencialismo de coalizão é o recente impeachment de Dilma Rousseff, onde para se eleger, formou coalizão com partidos como PMDB, PP, PR, PSD etc. Após as eleições com as crescentes manifestações populares que eclodiram por todo o país e somadas a operação "lava jato" que culminou na prisão de pessoas ligadas ao partido da presidente, o que fez com que esta encerrasse o primeiro ano de seu segundo mandato com uma reprovação de 70%, conforme pesquisa do IBOPE, Dilma foi perdendo o apoio destes partidos, tanto na Câmara quanto no Senado, resultando no seu impeachment com números expressivos de votos contra a presidente de partidos de sua coligação. Sem essa sustentação no Legislativo, sua capacidade de governar cai significativamente, fazendo com que a aprovação de leis e execução de políticas públicas fiquem prejudicadas. (LASPERG, Marcelo, 2016)

Avritzer (2015) aponta análises nesse sentido, concatenando aspectos da insatisfação popular, desestabilização do Executivo e protagonismo no Legislativo nos anos seguidos da eleição de 2014. Avritzer assevera que a “crise brasileira é uma crise dos três poderes, mas é, fundamentalmente, uma crise do Poder Executivo e da forma como este produziu a governabilidade no período 1994-2015”.

Limongi (2015) traz observações pertinentes acerca da crise entre o executivo e legislativo no governo Dilma, ele reflete que um dos pontos críticos do governo foi a criação do PSD que buscava minar os poderes do PMDB, movimento este notado por Cunha.

### 3.3 A ONDA CONSERVADORA

Joanildo Burity (2016), afirma que existe uma onda conservadora largamente ampliada no Brasil e não descolada de um movimento de mesmo fundo que se expande no ocidente. Ele elucida que fatores como as inseguranças dentro do tecido social, promovidas por crises econômicas, são elementos dentro de um imbróglio de fenômenos que sustentam o crescimento do fundamentalismo, percebidos no começo do século XXI.

Burity (2016) apresenta, por sua vez, uma cronologia da onda conservadora; observa que as pautas identitárias causaram inquietação em parte da população e, desde então (anos 1960), há movimentos cíclicos de ascensão do conservadorismo quando pautas identitárias ganham força. Haveria, em contrapartida, um enfraquecimento do conservadorismo quando práticas neoliberais afetam a vida da

população, abrindo espaço novamente para o crescimento de pautas identificadas com um projeto popular.

Segundo Marcelo Tardvald (2014), há significativa inserção dos evangélicos na política, e as alas com maior sucesso nesse campo político consistem nas igrejas onde campanhas são realizadas de forma aberta, isto é dentro dos próprios espaços religiosos, com ações deliberadas e projetos de candidatura bem definidos.

A partir da democratização, em 1985, a inserção evangélica na arena política revelou-se significativa, especialmente se levarmos em consideração o modelo evangélico de participação no campo político, sua instrumentalização e planejamento estratégico de conquista de votos e de poder. (TADVALD, 2014, p. 260)

Tardvald aponta que a participação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é fonte de polêmicas, envolvendo conteúdos conservadores por ela produzidos. Relata que a FPE enfrentou resistência na década de 2010, visto o difícil trânsito das suas pautas face a um país constitucionalmente laico.

Tardvald cita ainda Ricardo Mariano (2011) para explicar antigas posições dos evangélicos em relação à participação na política. Este observa que até final da década de 1970 a grande parte dos pentecostais não concordaram com a participação política. Havia um acordo simbólico entre os evangélicos de que política era “mundana”, portanto, não estava de acordo com os preceitos de Deus.

Já no período de redemocratização e com a nova Constituição, algumas igrejas evangélicas transformaram a concepção de não participação na política (por ser um expediente profano, dito acima) à ideia de que “irmão vota em irmão”. Este novo conceito de religião unida à política dentro de certa vertente evangélica produziu, com o passar das décadas, a demanda de campanhas no seio das igrejas.

Ainda no trabalho, Tardvald lembra que fora disseminado o boato de que a igreja católica pretendia tornar o catolicismo a religião oficial do Estado. A resposta a tal rumor: intensificação das campanhas de políticos evangélicos.

O fenômeno gerado a partir dessa transição de compreensão da política por parte dos evangélicos nos subsidia, então, com dois apontamentos: (i) as igrejas evangélicas não produziram, ao que consta, animosidade durante a ditadura militar; (ii) as igrejas indicam, desde o período de redemocratização, uma clara disputa para ter a direção moral e intelectual do país. Esse último ponto será melhor abordado, todavia, no tópico dedicado à explanação das pautas de Eduardo Cunha.

Muitas das pautas dos evangélicos correspondem a anseios populares de cunho conservador, extrapolando o campo religioso evangélico e alcançando o imaginário popular de conservação dos bons costumes, conseguindo, desse modo, a adesão de diversas esferas da sociedade civil.

No pleito de 2010, a bancada evangélica baseou a sua plataforma política na luta contra medidas constantes no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançado pelo governo Lula em 21 de dezembro de 2009, que, dentre outros aspectos, previa a descriminalização do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo. A bancada também investiu contra a homoafetividade ao defender que era dever do Estado disponibilizar meios para os indivíduos resgatarem a sua condição original de gênero e combateu projetos que tornariam crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Ademais, a FPE fez campanha a favor do Estatuto do Nascituro, projeto de lei que aumentava punições a condutas ligadas ao aborto e tentava garantir a vida de fetos concebidos em estupros, uma das hipóteses em que a legislação já permitia a interrupção da gravidez (TADVALD, 2014, p. 264).

Outro fenômeno importante levantado por Tadvald é o fato de que os evangélicos são representados na Câmara em proporção parecida ao percentual de evangélicos na população brasileira. No Censo de 2010, a população evangélica era cerca de 22% (vinte e dois por cento) de toda população brasileira e o número de deputados eleitos foi em torno de 15% (quinze por cento).

Tadvald conclui que a FPE, diante do fenômeno de proporcionalidade da representatividade que o campo evangélico possui, põe-se à frente de outros segmentos do campo político-religioso em meio à corrida eleitoral. Entretanto, ele ainda apresenta que este fenômeno não se traduz em uma maior capacidade de arregimentar votos, nem tampouco no aumento do conservadorismo. Seria apenas um aumento de expressões do pensamento conservador.

A elucidação de Tadvald a respeito do suposto aumento da expressão do conservadorismo é bastante inquietante, refletindo a partir do ponto de vista de que as ideias conservadoras compreendem um pensamento de fundo moralista e autoritário, estão presentes no imaginário coletivo e saíram do seu estado latente na medida em que foram instigadas.

Se retomarmos a exposição de Burity sobre uma possível resposta do imaginário social conservador, relacionado à demanda pelo aumento de pautas identitárias, podemos capturar que as ideias conservadoras já estavam resguardadas, em alguma medida, dentro das pessoas que se posicionavam

adormecidas diante dos fenômenos da política, mantendo suas posições ideológicas em um silêncio que nem elas mesmas acessavam.

Burity (2016) exhibe alguns aspectos que se aproximam das elucidações de Tadvald em relação ao aumento da expressão pública dos evangélicos no cenário da política nacional, ao entender que houve uma espécie de publicização das pautas conservadoras em meio a opinião pública, o que teria contribuído para com a presença cada vez mais marcante dos evangélicos na vida pública.

Para além do debate travado por Burity e Tadvald, Ronaldo Almeida (2019) traz importantes contribuições para discussão acerca do conservadorismo. Ele entende que a manifestação do conservadorismo no Brasil assume várias frentes, entre elas estão pautas moralizantes e uma manifestação socialmente intolerante.

Almeida (2015), apontava na época que a onda conservadora tem também aspectos de reação e se apresenta desta forma sob o status de “*onda quebrada*”, entretanto, no decorrer de suas pesquisas e da intensificação das manifestações da onda conservadora, ele passa a buscar classificações das manifestações de conservadorismo na sociedade, como já comentado.

Burity discorre que o perfil preponderantemente conservador e moralizante, quase que independentemente da identificação partidária, não se alterou. Ou seja, teria se tornado apenas mais latente, público e áspero. Esta afirmação corresponde ao que já suspeitavam alguns teóricos, tais como Márcio Moretto<sup>8</sup>. Posturas mais incisivas por parte dos conservadores foram, no entanto, a novidade.

Diante do ensejo, reflito que o conjunto dos conceitos de identificação partidária e ideologia conservadora desvelam outra questão. A FPE não construiu até 2014 nenhuma liga que arregimentou essa massa de conservadores e políticos evangélicos ao interior de uma única legenda.

A exposição acima nos gera margens para interpretação de três questões: (i) a FPE tende à ação mais pragmaticamente que programaticamente; (ii) a identificação dos conservadores com as questões práticas da política é jogada em segundo ou terceiro plano; (iii) possibilidade de existência de várias elites de formuladores e interesses diversos dentro da FPE, o que possibilita que muitos líderes e pastores participem de partidos políticos antagônicos.

---

<sup>8</sup> Marcelo Moreto em uma palestra no XVII CONINTER acerca das redes sociais ele apontou que a onda conservadora reflete os aspectos de reação de uma política progressista, não sendo propriamente uma onda.

Além do fenômeno de publicização das pautas conservadoras, houve, em momento posterior, uma articulação que possibilitou maior protagonismo da bancada evangélica, como aponta Burity, a saber:

Mas há, sim, um dado novo. Na conjuntura pós-eleições presidenciais de 2014, a desenvoltura e o protagonismo com que o bloco pentecostal hegemônico ("os evangélicos" /a "bancada evangélica") se moveu entre o Legislativo e o Executivo e mobilizou a "sociedade civil" e a "indústria cultural" evangélica do país em seu favor projetaram esse ator de forma notável no cenário político que se foi conformando até o desfecho no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a formação do governo do ex-vice-presidente Michel Temer. (BURITY, 2016, p. 17)

Burity aprofunda sua discussão acerca das expressões da bancada evangélica no cenário da política nacional, ao levantar questionamentos e receios a respeito das possibilidades de continuidade de uma governamentalidade<sup>9</sup> emergente, baseada na tolerância e contestada pelos setores conservadores.

Apresento, de partida, um primeiro acordo com as considerações já levantadas: há uma onda conservadora e autoritária que se manifesta na religião, na política e na vida social. Nela são produzidas mediante relações interpessoais, isto é, entre amigos, parentes e conhecidos, bem como por intermédio das mídias sociais, junto a estranhos e desconhecidos, que igualmente manifestam, em todo caso, inclinação, adesão ou união em torno do conservadorismo e do autoritarismo.

Contudo, voltemos a refletir acerca dos apontamentos dos autores citados, aos quais parece inegável que o campo evangélico tomou força na política nacional, em virtude da publicização de suas pautas e, dessa maneira, angariou uma comunicação mais efetiva com a sociedade civil.

Para além do fenômeno de uma maior expressão pública do pensamento conservador, há, logicamente, agentes concretos atuando no sentido do fortalecimento da máxima exposição das ideias conservadoras, ao instrumentalizá-las em benefício próprio, a fim de, diante da adesão dos conservadores, realizar ações concretas no dia a dia da política — a instrumentalização com vistas ao aumento e efetividade do pragmatismo.

Tadvald discute que o crescimento parlamentar evangélico se deu por meio do empenho do campo pentecostal e, sobretudo, da crítica as ações da sociedade

<sup>9</sup> O conceito de governamentalidade, abordado no decorrer da pesquisa, fundamenta-se nas formulações feitas por Michel Foucault sobre a mentalidade do pensamento neoliberal, discutida por ele de forma mais profunda em "Biopolítica do Poder" (1979).

civil em defesa da descriminalização do aborto, da criminalização da homofobia e do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

É relevante frisar que, segundo Tadvald (2014), o sucesso eleitoral da Frente Parlamentar Evangélica representa o aumento do *ethos* conservador cristão que atravessa a experiência social e moral brasileira. Contudo, para ele, o aumento do *ethos* se dá sob a perspectiva de sua própria expressão.

A aliança estratégica de setores conservadores da política e de políticos voltados a uma prática *catch-all*<sup>10</sup>, fragmentados e espalhados em diversas legendas, colaborou para tornar Eduardo Cunha um elemento decisivo na política no ano em que fora presidente da Câmara.

Cunha catalisou forças ao seu entorno, dando maior abertura ao campo evangélico para se tornar um agente determinante e determinado da onda conservadora do país. Diversas pautas de interesse público dos conservadores foram, mais tarde, instrumentalizadas a fim de fortalecer um quadro da política com respaldo popular. Prova desse fenômeno recente talvez resida na retardatária adesão de Eduardo Cunha ao campo evangélico.

Nesse processo de instrumentalização das pautas conservadoras por parte de Eduardo Cunha, o campo evangélico conquistou o endosso de uma parcela significativa da sociedade civil que se identificava, no movimento do imaginário coletivo, com tais pautas. Este fenômeno se retroalimentou muitas vezes durante os anos de 2015 e 2016.

Os projetos, de conteúdo evangélico, aprovados na Câmara não foram, ao que consta, as prioridades de Eduardo Cunha no ano de exercício como Presidente da Câmara dos Deputados, como se pode observar nos anais e notas taquigráficas da Casa Legislativa. Não seria, então, o caso de perceber que políticos munidos de discursos conservadores instrumentalizam o discurso religioso para contribuir no processo eleitoral? Os evangélicos são determinantes ou determinados pela onda conservadora?

Na composição de questionamentos também é importante elencar os partidos que mais contribuiriam para uma maior organização da Frente Parlamentar Evangélica. Entre eles estão, segundo Tadvald (2014), o PRB, lançando diversos

---

<sup>10</sup>Catch-all é uma designação para conceituar um tipo de partido que tem por característica a adesão de políticos com diversos pontos de vista para atraírem o máximo número de pessoas. Em português, este conceito levaria o nome de partido pega-tudo ou partido-ônibus.

candidatos da Igreja Universal do Reino de Deus para candidaturas à Câmara dos Deputados e também ao Senado; o PSC, que conta com filiados das Assembleias de Deus; o PR, partido coalizante na campanha da Dilma Rousseff, com candidaturas à Câmara e Senado, tendo, por sua vez, membros da Assembleia de Deus, das Igrejas Batistas e Presbiteriana.

Estes são os três principais partidos políticos brasileiros que atualmente representam grande parte das candidaturas evangélicas pelo país, entretanto, a influência evangélica não se restringiu somente a eles, havendo representantes e candidatos em praticamente todas as demais legendas. (TADVALD, 2014, p. 272)

Nessa constelação de partidos e configurações, Eduardo Cunha conseguiu capturar de forma eficiente um movimento de oscilação da fidelidade dos políticos às pautas conservadoras e das bandeiras dos próprios partidos. Dentro dessa compreensão, Cunha parece ter capturado os elementos que mobilizam os políticos mais isolados dos partidos — os chamados políticos do baixo clero.

Na década de 2010, houve uma alta fragmentação partidária, produzindo, assim, políticos e partidos pouco engajados com um projeto político e de sociedade. Porém, Eduardo Cunha se promove com a tarefa de ser um dos grandes catalisadores, para conferir alguma coesão ao confuso cenário de políticos engajados apenas em *lobby* ou práticas da política meramente local.

Cunha torna-se, pois, a vanguarda de articulação desse grupo de parlamentares mais ou menos avulsos. Para isso, há quatro elementos fundamentais para explicar seu protagonismo no ano de exercício como presidente da Câmara e, conseqüentemente, a talvez maior (até agora) exposição do campo evangélico e do pensamento conservador.

Os dois primeiros elementos guardam relação entre si, pois correspondem à capacidade de organização do capital social do Eduardo Cunha, decisivo para a construção de sua figura.

O primeiro elemento se remete à trajetória política de Eduardo Cunha antes do seu período como deputado federal, a qual se desenvolveu, sobretudo, mediante profundas relações dentro da política no Rio de Janeiro e do empresariado nacional.

As pautas-bombas e projetos a serviço das empresas financiadoras da campanha de Cunha foram bastante relevantes durante seus anos de mandato

parlamentar e tiveram uma expressão própria, pois sem relação direta com as pautas defendidas por evangélicos, setor que alegava representar.

Eduardo Cunha, além do seu largo capital dentro do *lobby* empresarial no Congresso, também arregimentou para si pautas que se opunham a posições estratégicas do Governo. Ele agregou, no seu circuito de relações alguns adversários do Governo, como também aliados descontentes com a gestão do Executivo, deixando a governabilidade da então Presidente da República sempre em xeque.

O fortalecimento do Legislativo diante da configuração do presidencialismo de coalizão criou distopias na política. Esse mal-estar se deu, sobretudo, no desequilíbrio da igualdade entre os três poderes que é um dos maiores valores da República. Esta distopia foi gestada em parte pela ingerência do Executivo dentro da cultura política do presidencialismo de coalizão, mas também porque alguns setores da política canalizaram fricções e tensionamentos dentro dos limites do presidencialismo de coalizão, caso do PMDB.

Como último e decisivo fator, Eduardo Cunha ampliou consideravelmente, dito acima, o número de aliados do chamado baixo clero, incluindo aproximações realizadas por seus posicionamentos conservadores. E, no processo de instrumentalização, por meio do discurso, fortaleceu o pensamento conservador.

As estratégias citadas no tópico anterior estão casadas e fortaleceram um novo paradigma na ordem das relações entre os parlamentares. Durante o ano que Eduardo Cunha ocupou a Presidência da Câmara não se tornara nada contestável o hábito de parlamentares aliados à base do Governo votarem sistematicamente contra as pautas e projetos do Governo.

Com esses quatro elementos, em alguma medida comuns na prática da política brasileira, Cunha instala uma nova ordem de vínculos dentro do presidencialismo de coalizão, sempre representando interesses difusos, com o discurso voltado, porém, ao imaginário conservador, corroborando a possibilidade deste se tornar hegemônico.

É possível que a onda conservadora no Brasil tenha ganhado maior expressão no sentido de publicidade e, no mesmo sentido, tantos ataques às pautas tidas por progressistas. Também é provável que as manifestações de 2013 tenham influência na reelaboração do imaginário coletivo, em virtude de alguns discursos

“empoderados” nesse período.

Houve um movimento de exposição de opiniões— vide diversas pautas difusas durante as manifestações de 2013 — e o poder de expressar suas próprias formulações. Parte da população brasileira que escolhia o silêncio, depois desse marco decidiu se “empoderar” na própria concepção de cidadania e tudo que a ela diz respeito. Passou a expressar as próprias intuições a respeito da política, com considerável carga de subjetividade.

Esse conjunto de formulações e outras elaborações, forjadas no curso da crise institucional na qual o Brasil se encontra, iluminam os caminhos para compreensão da crise mesma. Há algo de especial, todavia, na construção da consciência coletiva brasileira ainda não verdadeiramente capturada.

O que se mostra porventura inquietante, à vista do exposto, é o fato de que figuras como Eduardo Cunha, isto é, sem apelo popular e com várias investigações em curso, galguem espaços estratégicos, angariem certa respeitabilidade institucional e se tornem, afinal, o epicentro da “pauta pública”. Esse conjunto de eventos contribuiu, no caso, para promover e efetivar a destituição de uma presidente reeleita democraticamente. Quais mecanismos e relações são essas capazes de tornarem políticos como Eduardo Cunha uma figura de relevo?

#### 4. ENTRE RELAÇÕES SOCIAIS E SEUS CAPITAIS

##### GRAFOS DAS VOTAÇÕES

Ao longo deste capítulo, foram produzidos grafos para análises que buscam desvelar os espectros da atuação política de Eduardo Cunha durante seu último mandato de exercício parlamentar. Entende-se por espectro as facetas ostentadas dentro dos campos da prática política de Cunha.

A tarefa neste momento é mapear o conjunto de conexões compreendendo os laços frágeis e fortes, a partir das votações, de suas relações com apoiadores organizados por partidos, estados e nome dos parlamentares. Durante a análise das variáveis foi realizada uma exploração acerca da posição ideológica, a religião e o status dos financiadores de campanha.

Os atores relacionam-se entre si em função de lógicas específicas, fluidas e variáveis consoante os contextos, no que pode ser considerado um «jogo». Segundo Isabel Guerra [2006], o jogo estratégico de atores decorre numa relação dinâmica e complexa mantida entre organizações cujos comportamentos são orientados pelas relações de força e pelos conflitos de interesse existentes entre eles. Assim, é fundamental “identificar os sistemas de relações complexas que se desenvolvem entre os atores individuais, instituições e/ou esferas de atividade diferentes, bem como os seus interesses, imagens mútuas e níveis de adesão aos objetivos propostos” (GUERRA apud SILVA; FIALHO; SARANGOÇA, 2013).

Tem-se o objetivo de capturar em que medida Eduardo Cunha influenciou e foi influenciado por práticas no Congresso, bem como o de produzir subsídios para análise de grandes categorias da política brasileira. Busca-se compreender até que ponto a movimentações de Eduardo Cunha na Câmara mobilizaram fenômenos vividos na política após a cassação de seu mandato.

Há também como mote deste capítulo o objetivo de triangular, em nível de análise, alguns elementos apontados no primeiro capítulo e levantar hipóteses acerca dos motivos que mobilizaram a rede de relações gerada no entorno da figura de Eduardo Cunha, compreendendo também as motivações das intensidades de relações.

As pautas foram organizadas com base em dois critérios: o primeiro se refere à

organização narrativa dos eventos. Para comportar o aspecto da narrativa, foram selecionadas quatro quotas para análise, conforme explicado nos capítulos anteriores.

A estrutura de análise da pesquisa entende que pautas conservadoras são as primeiras postas em discussão, porque foram aquelas que mais circularam no debate público; as pautas-bombas, em segundo momento, pois foram parte imprescindível das táticas políticas de Eduardo Cunha; a terceira pauta se refere ao *lobby* por ele promovido no âmbito de sua atuação como Presidente da Câmara, e estas pautas representam o que há de mais recorrente na sua política, como já exposto em diversas investigações; a pauta concernente à abertura de processo de *impeachment* e votação contra a então Presidente da República Dilma Rousseff, devido à denúncia de cometimento de crime de responsabilidade, será a última pauta a ser tratada, porque consequência prática de uma política legislativa voltada a uma guerra institucional.

O segundo critério para organização das pautas se deu dentro das quatro quotas selecionadas. Isto é, para cada quota há duas pautas, e elas foram organizadas com base em ordem cronológica de votação. Este critério é relevante porque descortina quais as alianças do governo Dilma Rousseff foram se dissolvendo, ao passo em que Eduardo Cunha agenciava sua rede de relações. Por isso é importante observar a fragmentação da base aliada no decorrer do ano do Eduardo Cunha como presidente da Câmara.

De acordo com Márcio Moreto (2019), a pesquisa com foco em rede de relações pode recorrer à ferramenta *Trending Topics*, disponibilizados pela empresa Google, para mapear outros assuntos relacionados aos temas centrais. Desta forma, durante a pesquisa observou-se que o pico de buscas pela chave “Eduardo Cunha” ocorreu entre 03 a 09 de novembro de 2019; esse aumento pode ter se dado em virtude do lançamento do livro intitulado “Que Deus Tenha Piedade Dessa Nação”, ocorrido em outubro deste ano; ou por matéria de delação, o assunto mais buscado entre os relacionados, seguido de “Cunha livre”, “Cunha hoje” e “Marcelo Odebrecht”.

Na busca pela chave “Votação Câmara” foi apontado, durante os últimos cinco anos, um pico acentuado de pesquisas relacionadas ao tema na data de abril de

2016, sendo os temas mais comentados os seguintes: “*Impeachment*”, “Michel Temer”, “Denúncia”, “Dilma Rousseff” e “Eduardo Cunha”. As cinco chaves estão diretamente relacionadas com a pesquisa.

Quando pesquisadas as chaves “PEC” ou “PL” na categoria governo e lei, é possível encontrar assuntos sobre a “PEC 241” e “PEC do teto de gastos”. Mas relacionado a votações que ocorreram entre 2015 e 2016, que é o lapso de tempo em que se compreende a pesquisa, foi possível encontrar “PEC da Bengala” e “PEC da redução da maioria penal”.

Segundo pesquisadores do LABHACKER, o surgimento da *web* o Google não foi o primeiro buscador. Ao longo dos anos se tornou central, no entanto, para pesquisas *web*, porque teve na estratégia um raciocínio já utilizado pela bibliométrica, que se baseia em tabular o número de citações de cada matéria em seus devidos *sites*. Os artigos considerados importantes na busca do Google refletem o quanto o assunto daquela página reverberou. O algoritmo que produz esse efeito é chamado *PageRank*. Este dado é importante porque traduz a ordem das matérias de jornais que citam Eduardo Cunha e seus empreendimentos enquanto presidente da Câmara dos Deputados.

O empreendimento denominado “pauta-bomba” apresenta cerca de dezenas de pautas entre Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição. Quando se busca os termos Eduardo Cunha + *lobby* + empresas, é possível encontrar um número relevante de pautas que compreendem desde favorecimentos a empresas de planos de saúde até *lobby* de empresas de refrigerante. Inclui-se a PEC 688/2015 nessas pautas oriundas da relação política de Eduardo Cunha com determinado setor empresarial em virtude do teor de continuidade ao longo de dois anos com propostas que viabilizam benefícios para empresas. Quanto à relação Eduardo Cunha e pautas conservadoras, é possível detectar uma ênfase maior na PEC 171; atrelada a esta proposta se encontra o Estatuto da Família e a PL contra a Heterofobia, da qual é autor.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa a respeito dos assuntos relacionados a Eduardo Cunha por meio da personalização dos filtros por produto, selecionando “Pesquisa” e “Google Notícias” no período compreendido entre 02 de fevereiro de 2015 a 31 de agosto de 2016, data da eleição de Eduardo Cunha para

presidência da Câmara e o fim do mandato de Dilma Rousseff.

Segundo André Lume (2015), a redução da maioria penal estava entre os oito assuntos mais comentados na política brasileira. Ele atribui a ascensão desta pauta ao profundo debate público travado desde 1993 a respeito da segurança pública, que só tomou as proporções das votações de primeiro e segundo turno devido às pressões realizadas por Eduardo Cunha na presidência da Câmara; o pedido de impeachment da Dilma também compõe o acervo dos oito temas mais buscados no Google; as discussões acerca dos papéis de gênero compõem o mesmo acervo, decorrentes da publicização do PL do aborto, chamada por setores de movimentos sociais de PL do Estupro, PL este que também foi fomentada por Eduardo Cunha no ano de presidência da Câmara, como aponta Nassif<sup>11</sup>; por fim, temas relacionados a financiadores de campanha e corrupção estavam entre as maiores buscas e pesquisas na internet. Este fato se atribui às denúncias de corrupção na política.

Todos os temas elencados acima estão representados nesta pesquisa entre os tópicos de “pautas do *lobby*” e “pautas conservadoras”, somados aos temas que foram abordados pela mídia pelo nome de “pautas-bombas” (devido ao seu conteúdo, em geral voltado à desestabilização do governo Dilma). As pautas-bombas estavam voltadas para tolher ações do governo e diminuir o poder de influência que o Executivo exerce no Poder Judiciário e Legislativo, bem como sua capacidade de administrar contingenciamentos para evitar futuras crises.

As pautas-bombas foram uma importante ferramenta usada por Eduardo Cunha para costurar apoio entre a oposição e a base aliada pouco fidelizada. Como já citado no capítulo anterior, Cunha gerou para si a imagem pública de um político eficiente, que conseguia operacionalizar o Congresso de forma rápida. A imagem pública de trabalho exaustivo era fabricada na medida em que desfazia algumas leis exaustivamente debatidas, como a chamada “PEC da bengala”. Ele não só usava esse efeito postiço de trabalho exaustivo, como tocava em pautas, em sua maioria, para criar mais conflito entre o legislativo e executivo.

Esses três eixos serão desenvolvidos no segundo e terceiro capítulo. O último tópico do terceiro grafo diz respeito aos parlamentares e partidos que mais se

---

11 Nassif fez um acervo de pautas polêmicas fomentadas por Eduardo Cunha

posicionaram ao lado de Eduardo Cunha durante as sete votações exploradas. O conjunto das sete pautas elencadas serviram para chegar aos nomes, bancadas, partidos e Estados de seus principais aliados.

Foram usadas ferramentas da estatística para classificar os potenciais quadros pertencentes à rede de relações do Eduardo Cunha na seguinte forma: Classe 1 se refere aos laços fortes do Eduardo Cunha na Câmara e se relaciona a parlamentares que votaram entre cinco a sete pautas elencadas na pesquisa<sup>12</sup>; Classe 2 representa os laços fracos que ele desenvolveu durante o tempo que ocupou a Presidência (deputados de laços fracos foram classificados entre os parlamentares que votaram de acordo com Cunha de duas a quatro pautas); na Classe 3, os deputados que tiveram acordo em um pauta não podem ser configurados como aliados por acasalação dos desacordos das outras seis pautas, e essa única votação teve uma motivação conjuntural que esta pesquisa não pretende dar conta.

## CONCEITOS DA ANÁLISE DE REDE SOCIAL

As redes sociais apresentadas por grafos têm função de representar qualquer sistema de relação em uma imagem que condensa vários vértices conectados por arestas. Raquel Recuerdo, Marco Basto e Gabriela Zago (2015) observaram que: “Os métodos de análise de rede capturam as formas através das quais um mesmo número de pessoas pode formar padrões bastante diferentes de conexões”.

A relação entre uma pesquisa feita a respeito do circuito de relações do Eduardo Cunha com uma teoria que defende a atuação em rede, mesmo sendo egocentrada, sinaliza que este elemento representado pelo ego é também uma metáfora de um agrupamento social. Nota-se que as redes sociais são metáforas, sendo elas uma tradução de que os laços sociais funcionam como conexões; e os indivíduos, como atores que estão unidos por conexões, segundo, Recuerdo; Basto; Zago (2015).

A teoria dos grafos tem caráter interdisciplinar, bem como métodos e procedimentos rígidos para sua melhor aplicação, com todas as ferramentas a

---

<sup>12</sup> A classe 1 tem até duas pautas, mas uma das votações ocorreu apenas em uma comissão, representado apenas um fragmento da Câmara.

serviço das diversas disciplinas que fazem uso dessa perspectiva teórico-metodológica. Desta forma, apresentarei abaixo critérios importantes para análise de redes sociais, simplificando a leitura no decorrer da análise nos dois capítulos.

Os conceitos fundamentais usados para análise de cada grafo nesta pesquisa são os seguintes:

Capital social: varia em diferentes sínteses, indo desde as compreensões de Coleman (1988), de que capital social está constituído na estrutura social pelos atores a outros autores, como às hoje clássicas de Bourdieu (1983); capital social é ainda um recurso abstrato disponibilizado por uma rede, de acordo com Recuero; Basto; Zago (2015).

Os conceitos de capital social anunciados acima são trabalhados em estudos a respeito de redes sociais e compreendidos como *enclosure* e *brokerage* na literatura da língua inglesa. Para Ênio Arimateia (2015), o primeiro conceito citado pressupõe a existência de uma rede fechada com um circuito de confiabilidade bem estabelecido, onde haja densidade; o segundo se refere a redes com baixa densidade onde os grupos se relacionam por nós específicos e mantêm um certo grau de informações privilegiadas, mas sem o grau de confiabilidade do primeiro. O segundo conceito de capital social aponta para a potência individual das relações da rede e traz consigo o conceito de “buraco estrutural”, que será trabalhado ao longo desse capítulo.

Rede egocentrada: Raquel Recuero; Marco Basto; Gabriela Zago (2015) observam que “A rede egocentrada é aquela que é baseada em um determinado nó (chamado ego), a partir do qual os dados são coletados e que, provavelmente, estará mais ao centro do grafo”. Uma rede egocentrada pressupõe que os dados sejam coletados ao entorno de um determinado nó e que ele seja o determinante para compreender o grafo desenvolvido.

Grafo direcionado: são aqueles que apresentam setas apontando o caminho das conexões. Os criados e analisados nesta pesquisa têm uma representação direcionada porque as relações entre os nós são diretas. Dentro dos grafos, apenas um número fechado de variáveis, isto é, só se pode relacionar com alguma dessas variáveis.

Centralidade: usa-se para detectar qual a influência do vértice naquela rede. Quanto mais próximo o nó está entre os demais quer dizer que tem mais centralidade. Isso pode significar a centralidade das vértices que fazem intermediação (vértices que dividiram voto), como também os que são ou estão bem próximos das votações.

Centralidade de autovetor: este conceito serve para detectar a posição dos vértices diante das conexões. Quanto mais tiver *centralidade de proximidade* mais aponta o lugar de importância no diálogo das relações. O conceito de centralidade de autovetor atua na percepção do grau das relações. Essa medida leva em conta, no seu cálculo, não apenas a importância nas conexões diretas, mas também o quanto é bem relacionado é aquele vértice com os outros; há um cálculo em cima do capital social de cada relação.

Densidade: tem função de capturar a quantidade de conexões existente e a possibilidade de conexões de acordo com o número de vértices. Quanto mais conexões dentro da rede em acordo com suas possibilidades, mais existe uma rede densa naquele grafo. Isto quer dizer que, dentro do cálculo aritmético, há uma rede com poucos vértices, mas todos conectados. Há mais densidade em uma rede com muitos vértices e muitas conexões, mas que todas as possibilidades de conexões não foram estabelecidas. Essa medida tem uma repercussão positiva quando se trata de análises de informações e mídias.

Clusters: uma medida que dimensiona o grau de ligação entre os vértices e as arestas. É provavelmente uma das mais importantes nesta pesquisa, pois detecta agrupamentos entre os partidos ou Estados que se posicionaram contra ou a favor das pautas fomentadas por Cunha, além de dar chaves para entender os subgrupos dentro dessas votações. Entende-se que os vértices não estão interligados entre si de forma homogênea, mas a medida *clusters* traz em si o conceito de homofilia e mostram como os grupos têm tendência de formar comunidades de acordo com a proximidade. Contudo, participar de um clusters ou modularidade não significa dizer que os seus membros estão interligados de forma homogênea, apenas que essa tendência de criação de comunidades faz parte da análise de rede, recorrendo ao conceito de homofilia na qual se acredita que buscamos uma agregação por semelhança.

Modularidade: tem a finalidade de mensurar a estrutura da rede, configurar em imagem a quantidade de clusters. Segundo Raquel Recuerdo (2015), Marco Basto (2015), Gabriela Zago (2015), “Redes com alta modularidade tendem a ter conexões densas entre nós de cada comunidade e poucas conexões entre nós de outras comunidades”. Programas como o GEPHI trazem algoritmos que calculam a modularidade da rede, estando por nome de modularidade *classe*. Esta medida foi usada em quase todos grafos da pesquisa.

Os conceitos apresentados compõe com o conjunto de métricas e cálculos desenvolvidos nos estudos de rede e são reproduzidos através dos algoritmos do programa GEPHI. Cabe destacar a importância dos mesmos para construção de uma diversidade de inferências que podem ser produzidas em colaboração com os conceitos citados e realizados de forma autônoma pelo leitor da pesquisa.

Ainda assim, a produção da pesquisa buscou trazer reflexões sobre o conteúdo contido nos grafos criados que reverbera-se em conceitos amplos da ciência política e sociologia. Destaca-se também o fato de que a pesquisa em rede de relações gerar autonomia para o pesquisador, gerando espaços para a criação no uso das métricas.

Desta forma, a pesquisa recorreu em grande medida a orientação dos dados através de duas modularidades que correspondem a: contra a pauta e a favor das pautas. Este recurso foi elaborado no curso de produção do sociograma e é possível porque as ferramentas de ARS são diversificadas. A escolha de recorrer a duas modularidades proporcionou a criação de grafos que não estão estritamente ligados a lógica da maioria das pesquisas que em rede que priorizam os sites de rede de relacionamento como fonte.

## 4.2 PAUTAS CONSERVADORAS

### 2.2.1 PEC da Redução da Maioridade Penal

A Proposta de Emenda à Constituição nº 171/1993 trata da redução da maioridade penal. Esta proposta se arrasta por longos vinte cinco anos, foi arquivada por diversas vezes, e, enfim, colocada em pauta e efetivamente discutida durante o exercício da presidência da Câmara por Eduardo Cunha.

A Proposta foi cunhada pelo deputado Benedito Domingos do PP do Distrito Federal. No seu corpo, o autor vai ao ponto e levanta a principal questão da PEC, que tem por objetivo “atribuir responsabilidade criminal ao jovem maior de dezesseis anos”.

O autor atenta para conceitos como a construção moral e psíquica dos cidadãos brasileiros, orientando-se sob o ponto de vista de que teria havido uma mudança geracional profunda desde 1940 até a data da escrita da Emenda. Assuntos como moral e família circunscrevem o conteúdo da PEC.

Em nosso ordenamento, por exemplo, o indivíduo se toma capaz para o casamento aos 18 anos se homem e aos 16 se mulher – o critério é apenas de caráter biológico, não havendo o legislador se preocupado com os aspectos psicológicos, morais e sociais para ato tão importante e sério da vida., donde advém a família, a célula *mater* da sociedade; para a prática dos atos da vida civil, em geral, 21 anos, o que constitui mera presunção da lei de plena aquisição do desenvolvimento mental; para o exercício dos direitos eleitorais, 16 anos, irresponsável, porém quanto à prática de crimes eleitorais; para que possa contratar trabalho (emprego), 14 anos, apesar de o menor no poder, ele próprio, sozinho, distratar, etc. (DOMINGOS, 1993)

Conclui-se, portanto, que o conteúdo de sua Proposta tem como finalidade expressar a necessidade de consciência de cidadania e participação social para os jovens brasileiros, a começar pelo respeito à ordem jurídica. Aponta ainda que o intuito não é punir ou mandar para cadeias os adolescentes, mas lhes dar sentido moral, “com direitos e conseqüentemente responsabilidades”.

O primeiro parecer relativo a essa PEC foi do deputado Luiz Clerot, bem como o apontamento para admissibilidade da Proposta<sup>13</sup>. Dois anos depois do parecer favorável à PEC nº 171/1993, volta à pauta em questão através do desarquivamento nos termos do artigo 105 da Casa.

---

<sup>13</sup> Até o presente momento, não foi possível encontrar o inteiro teor do relatório em questão.

Ainda na CCJC a PEC muda de relator e, sendo a relatoria incumbida ao deputado Inaldo Leitão do PSDB da Paraíba, diante do desarquivamento, traz o posicionamento das discussões dos palestrantes realizadas dentro da Comissão, contendo posição majoritariamente contra, em virtude do “brutal” Sistema Penitenciário Nacional.

Todas as manifestações feitas pelos palestrantes, sem exceção, foram no sentido de se rejeitar a matéria. Isto quanto ao mérito. O argumento central: o falido Sistema Penitenciário Nacional, brutalizador, desumano e incapaz de ressocializar o apenado. (LEITÃO, 1995)

Inaldo Leitão incorre sobre os argumentos contrários às PEC's e aponta diversas falas e posicionamentos de pesquisadores a respeito da PEC em questão. Leitão escreve em seu parecer: “Em conclusão, Nabor Bulhões revela dados do último Censo penitenciário [...] destaque-se dois pontos da reportagem como síntese da exaustão do Sistema Penitenciário do País: a superpopulação carcerária.”.

Contudo, mesmo diante dos apontamentos com base em críticas à PEC, o relator, com base em dispositivos legais, não vê impedimentos para a admissibilidade da Proposta e de suas apensas, bem como à continuidade da votação.

Ainda durante a tramitação da PEC observada há produção de outros pareceres acerca da sua admissibilidade, tendo parecer favorável produzido pelo deputado Marcelo Itagiba e parecer negativo produzido pelo deputado Luiz Couto nos anos de 2007 e 2011, respectivamente.

Depois de uma sequência de mudanças, o parecer fora devolvido ao deputado Luiz Couto, deixando em aberto a possibilidade de uma mudança no posicionamento acerca do assunto. Apenas em 2015 aparece a necessidade de criação de outro parecer acerca da PEC 171, função ainda do deputado Luiz Couto. No corpo do parecer se encontra o argumento de defesa a “dignidade da pessoa humana”:

Com efeito, a opção da imputabilidade penal ao menor de dezoito anos feita pelo legislador constituinte originário significa o comprometimento com a valorização da infância e da adolescência, por reconhecer que são fases especiais do desenvolvimento do ser humano, portanto, relacionada à dignidade da criança e do adolescente. [...]. Vê-se, pois, que, indubitavelmente, a fixação da idade mínima de dezoito para a imputabilidade penal está intimamente ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos do Estado democrático de direito, conforme prevê o inciso III do art. 1º da Carta Magna. (COUTO, 2015)

Entre requerimentos e apensas à votação do parecer, o voto foi nominal e em separado, contendo inteiro teor de posições de diversos parlamentares. Há ainda outro parecer, produzido pelo deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal, diante das diversas apensas e requerimentos feitos.

O parecer foi favorável à continuidade da proposta. No mês de julho de 2015, a PEC foi levada ao plenário para votação no primeiro turno e percorreu em duas votações em primeiro turno e uma em segundo, como veremos melhor no capítulo seguinte.

Conforme matéria do editorial da Carta Capital (2015), Eduardo Cunha operou para viabilização da aprovação da PEC 171 quando passou “por cima do regimento interno e deveria ter colocado para votação o texto original.” Durante a segunda votação do texto houve conflito entre parlamentares em virtude das manobras e ameaças de denúncias por parte do PSOL, chamando o feito de “golpe do Cunha”.

Na mesma votação, Cunha pediu para que o regimento da Casa fosse reinterpretado e possibilitasse o direito ao voto do presidente. Este anúncio de Cunha denuncia seus interesses em avançar com a redução da maioria penal. Além da flagrante ação de trazer por duas vezes para votação uma pauta já reprovada na primeira sessão e em um curto período de tempo. Parlamentares da oposição e situação classificaram de forma negativa a manobra realizada por Cunha.



acima que um grande número de partidos teve seus próprios parlamentares divididos: os que se mostraram a favor e contra foram, em sua extensa maioria, os partidos da base aliada do governo. Um número inferior de partidos mostrou coesão durante as votações.

Através das técnicas de ARS é necessário classificar esses grupos dentro do conceito de clusters, apresentado acima. Temos nesse grafo dois clusters evidentes pela ferramenta de organização das informações possibilitadas pelo programa GEPHI que produzem um grafo em classe de modularidade. Essa ferramenta simplificou a leitura em duas classes, mas buscando os subgrupos dos clusters, podemos notar pelo menos cinco agrupamentos, quando a referência é a ação do partido. Através da análise, observamos que eles estão organizados como “completamente a favor”, “mais favorável”, “intermediário”, “menos favorável” e “completamente contra”<sup>15</sup>.

De acordo com Limongi, “no caso legislativo brasileiro, o princípio adotado para a distribuição de direitos parlamentares é partidário. Líderes, em questões de procedimento, representam suas bancadas” (LIMONGI, 1998). Do ponto de vista legal as falas públicas e negociações partem do governo para com os partidos, este fato é inconteste tanto porque a legislação prioriza essa relação, como também o governo se volta para os líderes partidários quando precisa compor o governo.

Essa premissa, no entanto, deveria vir anexada a outros interesses que correm ao lado dos representados pelos partidos, como os das bancadas estaduais e setoriais. Contudo, a composição das votações que se seguirem levarão em conta prioritariamente a relação apontada por Limongi.

Com isso temos que o PT, PSOL e PCdoB foram os partidos que mais se posicionaram contra a redução da maioria penal, de acordo com o grafo — o que, segundo a literatura da sociologia política e da ciência política<sup>16</sup>, não apresenta grandes novidades. Os partidos que se dividiram em alguma medida, mas tiveram um número maior de parlamentares contra a PEC foram: SD, PTC, PSB, PPS, PRS,

---

15 Esta classificação será encontrada nas próximas pautas, pois foi reproduzida em todas as análises dos grafos, sempre que possível, para mapear os eventos e membros por meio de tipologias.

16 A referência de que não é novidade para pesquisa que partidos com orientação ideológica a esquerda se posicionam ao lado das pautas identitárias e dos direitos humanos e, portanto, elas acabam por se configurar como bandeiras da esquerda, de acordo com Mark Lilla (Observação feita na entrevista que concedeu ao programa Roda Viva em março de 2019)

PPS, PDT, PRS.

Os partidos que se encontram divididos nessa votação têm alguns elementos em comum exceto o PSB que parece descontextualizado nesse panorama. Partidos como o PTN, PMN, PTdoB e PROS têm configurações de partidos considerados nanicos, em virtude de pequeno número de parlamentares e pouco poder de atuação na política; outra coincidência também reside em sua participação na base do governo Dilma.

Uma das posições curiosas nessa, através do grafo acima, e em outras votações, como veremos nos tópicos subsequentes, é um número significativo de parlamentares dos partidos da base aliada votando contra posições do governo, representados na Casa Legislativa pelos parlamentares do PTB, PRTB, PP, PR, PMDB, PSD, PSC e PSDC. Nesse cluster, encontram-se quatro partidos com um número significativo de parlamentares que, no âmbito das negociações, foram considerados decisivos para aprovação ou não de alguma pauta.

O último cluster tem o PRP, PSDB, PRB e DEM como partidos que se posicionavam como independentes ou oposição ao governo na modularidade a favor. Esse grupo de parlamentares com posição coesa demonstra uma articulação mais sólida por parte da oposição diante das votações na Câmara.

O elemento flagrante, antes de analisar o comportamento dos clusters, é a extrapolação do número de siglas que possibilitam uma potente contradição dentro da Câmara e um conflito indiscutível por parte da sociedade civil. Existem, pelo menos, seis partidos que carregam a sigla de um partido identificado como trabalhista; posicionam-se, no entanto, de forma fracionária em quase todas as votações.

Essa mesma reflexão vale para os partidos que carregam as siglas de sociais liberais e sociais-democratas e não demonstram nenhum movimento para dar coesão à semelhança ideológica das siglas. Para entender melhor esse movimento de fidelização e coerência partidária temos a retomada das discussões do Downs (1957) feitas por Machado e Miguel (2011).

Nos estudos eleitorais é recorrente a utilização indiscriminada dos termos coerência e consistência para se referir à distância que os partidos estão de um posicionamento ideológico comumente atribuídos a eles. Downs (1957: 109) utilizou o termo coerência

para se referir ao comportamento mais geral dos partidos políticos, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas defendidas e aos respectivos posicionamentos ideológicos. (MACHADO; MIGUEL, 2011, pag. 41)

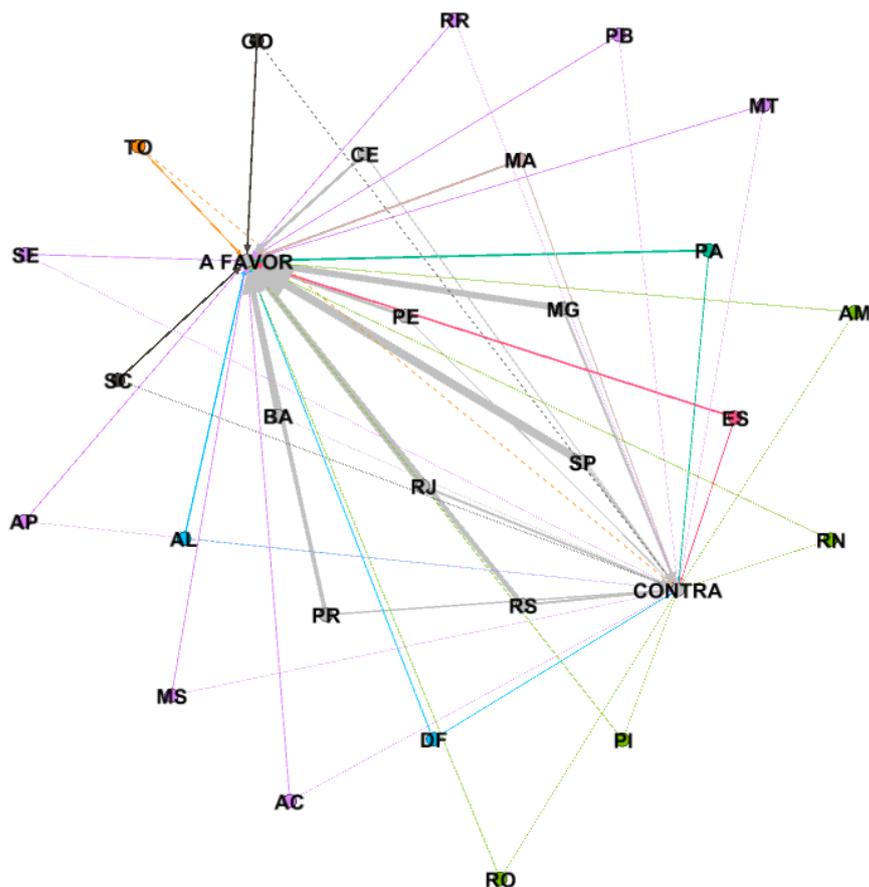
Carlos Machado e Luís Felipe Miguel retomam Downs para explicar que o termo coerência está voltado ao abrigo das posições ideológicas dentro das coalizões. Com isso, uma coligação ou partido será mais coerente na medida em que abrigar suas posições ideológicas ao seu entorno.

Um dos elementos flagrantes nos grafos foi a pouca coerência e coesão partidária notada nesta votação, tanto do ponto de vista da fidelidade para com uma coesão partidária, tanto para a relação de fidelidade dos aliados com as defesas do governo Dilma. Disciplina, coesão, coerência/incoerência são assuntos amplamente discutidos na teoria dos partidos, e cabe, de antemão, apontar que os partidos podem ser melhor compreendidos através das classificações e tipologias.

Atribui-se a incoerência e pouca coesão por parte dos partidos ao fenômeno de coalizão que o pacto conservador proporcionou. Isto é, a pouca coesão dentro dos próprios partidos e entre o governo e a bancada governista, com muitos partidos aliados votando a favor de uma PEC que contraria os interesse do próprio governo, aponta a insustentabilidade do pacto conservador já no ano de 2015.

## 4.2.3 Grafo ordenado por Estado

Figura 2: posição dos Estados na votação da “PEC 171”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão simbolizando os Estados e as conexões a forma como os mesmos votaram. Nós graduados por Grau Ponderado, distribuição por Force Atlas.

**Figura 2** – Grafo da posição dos estados em relação a votação em primeiro turno da PEC 171/1993 na Câmara dos deputados.

O grafo da proposta de redução da maioria penal organizado pela votação dos Estados se mostrou mais denso que o grafo organizado por partido. Todos os Estados apresentaram algum grau de relação com as duas alternativas de voto; essa densidade revela que há um grau elevado de informações que circulam em meio às bancadas dos Estados.

Como podem notar, por motivos evidentes de densidade demográfica, os Estados com maior poder de voto foram São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e

Bahia. Dos quatro estados em destaque, a Bahia foi o que mais se posicionou ao lado da proposta, fato curioso, porque a bancada desse Estado foi majoritariamente posicionada ao lado do governo. Seguidos dos quatro já citados vêm o Rio Grande do Sul e o Paraná, que se apresentaram relativamente divididos com a proposta em comparação com os outros citados.

É importante notar que, para fins de métrica do grafo, é levado em conta tanto o poder de voto do partido representado pelo vértice, como também seu relativo peso para com a proposta votada. Por exemplo: São Paulo aparece relativamente próximo da proposta contra, porém a seta que o liga a modularidade a favor é mais notável.

O cálculo feito através da métrica de grau ponderado, deve-se o fato de que um vértice pode ter um importante e significativo papel na modularidade que reúne os votos contra e, por outro lado, a população do vértice pode se posicionar mais orientadas a modularidade a favor.

A explicação acerca do cálculo de grau moderado se estende para o comportamento de vários Estados. Estados como o Distrito Federal seguem a mesma lógica de São Paulo; foram significativos para a contagem de votos contra, mas tomaram posições mais favoráveis.

Os Estados com uma quantidade relativamente parecida de parlamentares votaram de forma difusa, com uma bancada que varia em uma dezena de parlamentares. Estados como Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Acre, Mato Grosso do Sul se posicionaram divididos entre a tese pró e contra.

Criamos quatro categorias para classificar e entender melhor essa profusão de informações. O Espírito Santo, com uma bancada relativamente pequena, foi o Estado mais coeso na posição contrária a PEC. Por outro lado, o Rio Grande do Sul ganhou destaque na condição de Estado com parlamentares que se posicionaram mais contra que a favor e tiveram maior peso na votação contra. Esses dois foram os únicos com parlamentares mais ao lado do governo do que contra o governo.

Os Estados que dividiram sua bancada, considerando um voto a mais ou um voto a menos, foram os estados do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Pará. Não há elemento em comum se comparado o número de parlamentares em

cada bancada, mas há uma semelhança geográfica e socioeconômica, na medida em que a redução da maioria penal não parece ser uma lei que mobilize muitos elementos da realidade desses Estados.

Uma considerável quantidade de Estados pertence ao cluster que assimila os parlamentares que expressam mais posições a favor que contra, apesar de que a diferença entre favoráveis e contras não ter tanto destaque. Entre eles estão Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Tocantins, Roraima, Paraná, Paraíba, Piauí, Rondônia, Alagoas, Sergipe e Mato Grosso.

O cluster, configurado no grafo acima, apresenta a imagem acentuada de Estados do Nordeste. Dos quinze destacados nesse grupo, sete deles foram os que apresentaram ao longo dos anos uma forte adesão ao governo, tanto do ponto de vista de aceitação popular quanto de diálogo com os governos estaduais. É relevante apontar que a maioria dos Estados citados nesse cluster teve sua realidade social mobilizada por assuntos de segurança pública e a PEC 171 promete atuar como emenda constitucional que traz a solução para os problemas de segurança pública.

O último cluster que merece importante destaque é a classificação dos Estados que apoiaram incisivamente a PEC 171, sendo eles: Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Dos cinco, São Paulo e Minas Gerais tem importante destaque na votação, pois o número de parlamentares a favor foi duas vezes maior do que os parlamentares contra.

Os grafos gerados a partir da PEC 171 nos gera canais de explicação para fatos diferentes. Um deles é relativo ao lugar de potência das bancadas estaduais, governadores e lideranças locais em si tratando de aprovação de leis e emendas quando se trata de interesses estaduais; o outro canal diz respeito a opinião pública e como os fenômenos sociais mobilizam os interesses e adesões da população a bandeiras e plataformas dos políticos, reafirmando assim a teoria da ação racional.

#### 4.2.4 Grafo ordenado por votação nominal

Figura 3: posição dos deputados na votação da “PEC 171”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão simbolizando o nome dos deputados e as conexões a forma como eles votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas e OpenOrd.

**Figura 3** – Grafo da posição dos deputados em relação a votação em primeiro turno da PEC 171/1993 na Câmara dos deputados.

Débora Messenberg (2008) observa que o conceito de elite parlamentar é um consenso nos estudos da política, especificamente do legislativo. Os parlamentares reproduzem uma lógica que possibilita a criação de um círculo restrito de políticos que operam na tomada e imposição de decisões aos demais parlamentares.

Há um consenso entre os estudiosos da política, parlamentares e mesmo leigos segundo o qual, no interior do poder Legislativo, a capacidade de tomar e impor decisões válidas a todos os membros da instituição concentra-se em um círculo restrito de pessoas. Essa característica elitista do parlamento não é um fenômeno natural, mas resultado de um processo em que se

estabelecem critérios seletivos – também produtos sociais – mediante os quais se opera o recrutamento de determinados parlamentares para a ocupação de “espaços de poder”. Tais espaços referem-se tanto às posições estratégicas na estrutura da organização quanto a determinadas práticas que criam e envolvem recursos de poder. (DÉBORA MESSEMBERG, 2008, pag. 23)

A partir da compreensão descrita por Messenberg é que desenvolvemos tópicos que abordam nominalmente a posição dos parlamentares de acordo com as pautas. O critério que visa observar como se deu a posição dos deputados de forma nominal foi escolhido pela necessidade de detectar e nominar os deputados que aderiram em alguma medida ao fazer político praticado por Cunha; a adesão se deu por inúmeros motivos que estão sendo abordados na pesquisa.

Os grafos ordenados por nomes dos parlamentares se sustentam na hipótese de que existem diversas fontes de construção de coalizões que não passam por legendas. Há uma diversidade de formas para ler os grafos referentes à posição nominal dos deputados em virtude das diversas informações que ele emite.

Optamos, sob um ponto de vista prático, por dar destaque exclusivamente aos parlamentares que votaram a favor da PEC, bem como por apontar nos nomes de destaques com base em uma projeção pública tanto eleitoral quanto polêmicas envolvidas ou participações na elite política gerada a partir da crise.

Para classificar os parlamentares destaques na votação os organizamos de acordo com os que participavam de partido centrais da base do governo e partidos que compunham a oposição. De acordo com os dados do portal G1 (2015) os partidos com comando de pasta foram: PMDB, PT, PTB, PSD, PP, PRB, PR, PCdoB e PDT.

Nesse grupo de partidos se encontram o PT e PCdoB como os únicos partidos com coesão partidária na posição contrária a aprovação da proposta. O PDT segue como terceiro partido com mais coesão partidária ao voto contra e, portanto, de fidelidade ao governo. Destacam-se o Major Olímpio e Marcos Rogério como deputados que votaram contrários à coesão partidária do PDT.

Cabe acrescentar que Major Olímpio, membro da Frente Parlamentar de Segurança Pública, permaneceu apenas por mais alguns meses após a votação e

mudado para diversas outras legendas, desde então. O deputado Marcos Rogério não participava da bancada que debatia segurança pública, mas compôs a frente parlamentar evangélica que contribuiu para a construção de pautas securitariamente punitivas, como aponta Ronaldo Almeida (2018).

Os demais partidos aliados construíram majoritariamente o voto favorável à PEC 171, sem levar em conta os interesses do governo que compunham. O PTB é o partido que merece maior destaque entre os citados, porque votou em uníssono a favor da PEC e tem em sua base oito membros na bancada evangélica e nove membros na bancada ruralista, com um número bem menor de componentes em frentes como a de segurança pública ou a bancada empresarial, segundos dados do A pública (2015). Os nomes de destaque do PTB são curiosamente representantes da bancada evangélica do Rio de Janeiro e da bancada ruralista do Piauí: Cristiane Brasil e Paes Landim.

Outra votação curiosa se deu na posição dos parlamentares do PSD que, de um total de 32 deputados, 30 deles votaram a favor da PEC 171. Entre os nomes de destaque encontra-se Índio Costa, membro da bancada da mineração e do empresariado, e Irajá Abreu, igualmente representante do empresariado e membro da bancada ruralista, também a única mulher da bancada do PSD.

A posição dos parlamentares do PSD é curiosa porque o partido tem sua base parlamentar na Câmara formada majoritariamente pela bancada empresarial e por uma bancada tratada pelo DIAP (2015) como a bancada dos parentes<sup>17</sup>. Outra consideração importante a ser feita em relação aos parlamentares do PSD se dá devido ao fato de que, apontado por Limongi (2015), o partido em questão foi criado para capturar o espólio político do PMDB e, com isso, perder a dependência legislativa que manteve durante anos.

O PP é um partido representado majoritariamente pela bancada empresarial e com muitos representantes na bancada dos parentes, além de ter uma quantidade considerável de membros na bancada evangélica e ruralista. Dos 38 deputados que se posicionaram na votação da PEC, 35 votaram a favor.

Entre os nomes destacados que votaram a favor da PEC 171 se encontra

---

<sup>17</sup> Uma bancada não formalizada por frentes ou um congregado que mantém relações de diálogo entre si, mas para o DIAP representa um importante fenômeno na política legislativa do país, considerado no relatório quadrienal produzidos pelo departamento.

Paulo Maluf, antigo representante da política paulista e membro da bancada empresarial e o então deputado Jair Bolsonaro, membro da bancada evangélica e da frente parlamentar de segurança pública que na época da votação era considerado, por vários mandatos, um membro do baixo clero da Casa Legislativa, que ao longo da crise institucional estudada capitalizou ganhos políticos.

Outro partido seguiu a mesma postura do PP foi o PR que dos 34 deputados presentes na votação, 32 deles votaram a revelia do governo. Os parlamentares do PR apresentam uma adesão equilibrada a três grandes bancadas: evangélica, ruralista e a empresarial.

Entre os parlamentares destacados pela pesquisa encontra-se João Bacelar, representante da bancada ruralista e da empresarial, e Paulo Freire, membro da bancada evangélica e da bancada dos parentes. É importante notar também que o deputado Paulo Freire só passou a ter destaque através dos resultados gerados na crise entre o Executivo e Legislativo.

Por fim, temos o PMDB, que, para todos os efeitos, era o principal aliado do PT; e da lista elencada era o partido com maior representantes na Casa e maior número de ministérios. Houve 45 deputados do PMDB favoráveis à PEC de uma quantidade de 66 parlamentares do PMDB que estavam na votação, o que corresponde a mais de 68% (sessenta e oito por cento) dos votos.

Entre os nomes de destaque se encontram Leonardo Picciani, da bancada ruralista e empresarial; Osmar Serraglio, importante representante da bancada ruralista e empresarial, também componente da frente parlamentar evangélica; Leonardo Quintão, que assumiu várias frentes, entre elas: bancada dos empresários, ruralistas, de mineração, a bancada dos parentes e a frente parlamentar evangélica, ele também protagonizou um episódio de rivalidade do Eduardo Cunha pela liderança do partido.

Do outro bloco de parlamentares da oposição se encontram com grande expressão de ação coesa o PSDB e o DEM, que votaram majoritariamente a favor da PEC 171 e são dois partidos com um número significativo de parlamentares. O PSDB, como terceira maior bancada votou, 90% (noventa por cento) a favor da PEC, tendo como destaque os deputados que ocupam espaços de liderança no partido, entre eles o deputado baiano Antônio Imbassahy, da bancada ruralista; o Delegado

Waldir, que, na época, ocupava o mesmo status do Jair Bolsonaro e ganhou destaque por motivos similares, também membro da frente parlamentar evangélica; a deputada Bruna Furlan, da frente parlamentar evangélica, da bancada ruralista e empresarial, além de estar entre os membros da bancada dos parentes; Bruno Covas, que se configura apenas na bancada dos parentes por ter herdado o espólio político de sua família.

Os parlamentares do DEM expressaram um comportamento político semelhante ao do PSDB, tendo 17 a favor de um total de 19 votos. Entre os quadros de destaque do DEM que votaram a favor da proposta encontram-se Onyx Lorenzoni, parlamentar ruralista, da bancada empresarial e membro da frente de segurança pública; o deputado Rodrigo Maia também é objeto de destaque nessa votação, por seu profundo capital político na época e o papel de destaque que ganhou ao longo desse período de crise (Maia pertencia a bancada dos empresários e a dos parentes).

Há inúmeras posições difusas dos partidos considerados nanicos e foram consideradas no grafo sobre partidos. O cluster que corresponde à profusão de ações dos partidos nanicos também foi explorado. Contudo, a maioria deles não ocupou nominalmente espaços de destaque no Câmara.

Essas múltiplas camadas que estão reveladas passo a passo nos geram as seguintes inferências: a atuação de contrariar o governo por parte dos parlamentares aliados se deu em função de atender as demandas das diversas bancadas e frentes que os parlamentares compõem, em detrimento da posição dos partidos; as frentes e bancadas que ganharam destaque foram as dos ruralistas, evangélicos, empresários e a frente de segurança pública.

Inferência esta que pode chegar através da triangulação feita entre o levantamento dos nomes presentes na votação, os dados disponibilizados pela A pública acerca das bancadas setoriais e, por fim, a disposição das lideranças parlamentares e quadros destaques frente as modularidades organizadas no grafo. Isto é, pelos dados triangulados há coincidências mais potentes nas posições dos parlamentares de acordo com a bancada que propriamente na disposição dos partidos.

Esse movimento congrega um misto aparentemente sem coesão, mas que ao

longo do segundo mandato da Dilma ganhou semelhanças temáticas; ao passo em que os assuntos conservadores<sup>18</sup> galgavam poder de mobilização e publicização, políticos até então do baixo clero, como Jair Bolsonaro, ganham espaços para defender suas ideias e ficarem assim evidenciados enquanto personalidades de referência.

Esses dados podem ser conferidos através das proposições de Edir Vieira Siqueira (2017), entendendo que "no momento em que a corrupção está assolando o País", o discurso do conservadorismo moral tem sido "uma excelente ferramenta de propaganda política" (SIQUEIRA, 2017). Ainda segundo Siqueira este fomento de pautas conservadoras tem poucos desdobramentos práticos, estando a serviço do fomento da pauta e, conseqüentemente, uma instrumentalização de setores da sociedade civil.

Vale considerar que as questões aludidas nos grafos e transformadas em inferências perpassam um fenômeno interessante: representantes da política tradicional, como Paulo Maluf, por exemplo, estavam ao lado de políticos emergentes, como o delegado Waldir, que já estavam na vida política por alguns mandatos, mas não encontraram papéis de destaque.

É possível considerar que o delegado Waldir e o Paulo Maluf ao mesmo lado na pauta, votando com a mesma posição, representam a antítese da opinião pública de alguns setores que defendem uma temporada de renovação política; por outro lado, essa consideração não significa dizer que os eventos vivenciados nos últimos anos da década de 2010 não representam novidade<sup>19</sup> na política. A consideração significa dizer que o chamado, por setores da mídia, de velha e nova política estão bem mais emaranhados do que se esperava.

A PEC foi votada dia 3 do julho de 2015 no plenário de primeiro turno, seguida de uma votação apressada de segundo turno, quarenta e quatro dias depois da primeira. Ela também foi a primeira a ser votada dentro das pautas conservadoras elencadas na pesquisa.

---

<sup>18</sup> Com base na definição de eixos desenvolvida por Ronaldo Almeida (2018)

<sup>19</sup> Esta "novidade" será observada nas considerações finais e traz respostas a respeito de suas configurações.

#### 4.2.5 Estatuto da Família

A segunda pauta selecionada, qual seja, PL 6583/2008, foi selecionada com base na quota das pautas conservadoras. Essa pauta foi produzida pelo então deputado do PR de Pernambuco, Anderson Ferreira. Referido projeto versa acerca de um possível “Estatuto da Família”, dispondo, em seu art. 1º, sobre os direitos da família, como também sobre as diretrizes das políticas públicas voltadas à “valorização e apoio à entidade familiar”.

Os assuntos correspondentes ao conteúdo do interior teor do PL escrito ao longo de cinquenta e oito páginas insinuam a compreensão de família de laços fortes, sendo o PL um propulsor, portanto, de políticas públicas para evitar a “grave epidemia das drogas”, “a violência doméstica”, “gravidez na adolescência”, entre outros. No elenco dos elementos que precisam ser evitados por força de políticas promovidas pelo Estado está ainda o combate à “desconstrução do conceito de família”.

Não há elementos evidentes no corpo do projeto que explicita melhor a compreensão acerca do que seria evitar a “desconstrução do conceito de família”. Suscita, porém, conceitos da psicologia para explicar como a desconstrução da família afetaria a vida psicológica e social dos sujeitos.

O projeto em si não exhibe qual o elemento de combate, mas gera regras para identificar qual família precisa ser preservada, sendo esta uma família nuclear que eventualmente prescindiu da presença de homem e mulher matrimoniados, como se pode ver a seguir:

O Projeto de Lei aborda questões centrais que envolvem a família, como: o fortalecimento dos laços familiares a partir da união conjugal formada entre o homem e a mulher, ao estabelecer o conceito de entidade familiar; a proteção e a preservação da unidade familiar [...]. (FERREIRA, 2008)

Do ponto de vista pragmático, o projeto lança regras a respeito da vida privada dos cidadãos brasileiros e pretende determinar como o cidadão deve se portar diante dos seus afetos, cabendo ao Estado punir ou combater as manifestações que não obedecem ao regramento proposto.

O conteúdo do PL contempla, em síntese, dois desenvolvimentos. O primeiro — e de conteúdo mais desenvolvido — diz respeito a temas de interesse da família,

como o combate às drogas e ao álcool com assistência especializada; o segundo consiste na presença do Estado com apoio para adolescentes grávidas prematuramente, em especial a inclusão no currículo escolar da disciplina “Educação para família”.

No entanto, o conteúdo do projeto não prevê como esses temas serão efetivamente implementados. As propostas são pontuadas diversas vezes no corpo do texto, mas, no geral, resta a lacuna de como se dará o apoio às grávidas ou de como se deve enfrentar, no plano prático, o uso de drogas.

Uma curiosa proposta de natureza procedimental no seio desse PL diz respeito à competência constitucional privativa da União de legislar sobre direito penal e processual. Propõe-se ali a inclusão de um dispositivo que priorize “a tramitação de processos judiciais e administrativos [...] que ponham em risco à preservação e a sobrevivência da entidade familiar”.

O segundo aspecto importante do PL diz respeito ao conceito de família, como aventado. E foi esse o ponto de crítica de grande parte dos parlamentares reunidos na CDHM, sobretudo da já mencionada deputada Erika Kokay, que produziu parecer para alteração do artigo que pretende determinar o conceito de família nuclear.

O deputado Ronaldo Fonseca, do PROS do Distrito Federal, foi designado à relatoria PL 6583/2008. O parecer do relator seguiu a compreensão de que o Projeto tem base constitucional, não apresentando quaisquer vícios.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o Projeto de Lei nº 6.583, de 2013, o seu apenso, o PL nº 6.584, de 2013, e a Emenda não apresentam vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria (art. 22), do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48) e da iniciativa (art. 61). (FONSECA, 2008)

O relator argumenta, em defesa do PL, um possível “paradoxo” diante da inação do Congresso, possibilitando-se uma “usurpação de outras funções constitucionais”. Aponta ainda, no seu relatório, o seguinte texto: “age o Congresso Nacional também quando não age, em aparente equívoco lógico. Age quando diz: ‘nós achamos que não devemos mudar’”.

No corpo do relatório, sinaliza que cabe ao Parlamento, compreendido na sua representação majoritária, apreciar temas de “reconsideração do que deva ser considerado base da sociedade após atenta observação e deliberação, bem como

[...] benefícios para categorias diferenciadas de convivência humana”.

O conteúdo do PL em conjunção com o conteúdo da relatoria evidencia uma compreensão de mundo e de funções do Estado. É visível que, para ambos (propositor e relator), as leis devem ser estabelecidas com base em regras sociais que determinam quem faz parte e os *outsiders*, cabendo aos últimos uma punição ou adequação por meio de outra legislação. Não se evidencia a adesão pelo cidadão “diferente”, não compreendido em tais categorias.

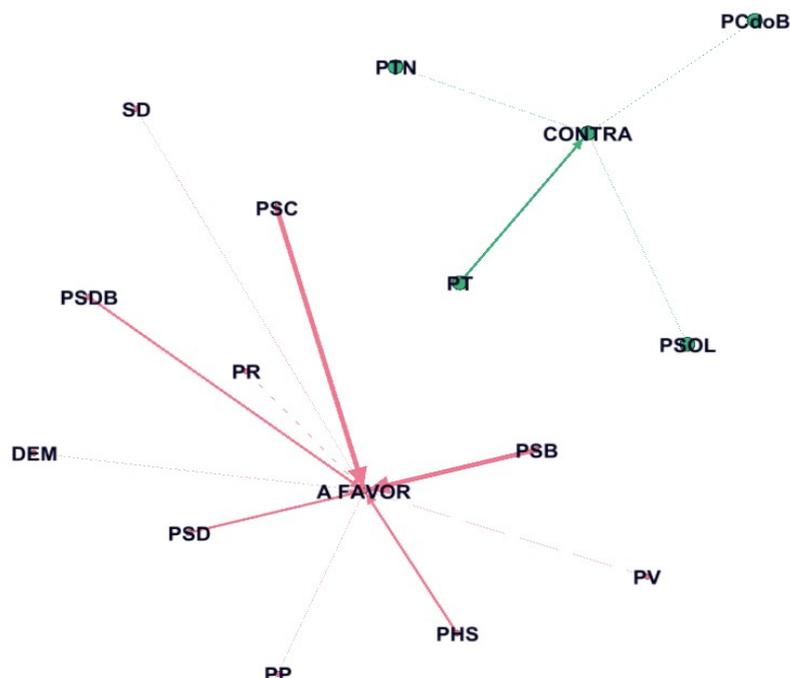
Talita Bedinelli (2015) afirma que as pautas conservadoras ganharam fôlego no mandato do Cunha como presidente da Câmara, isto se deu por uma ação proativa do mesmo ao barrar as manobras da base aliada do governo que buscava não pautar tal tema. Segundo Bedinelli, em matéria no portal do jornal Nexo, Cunha se posiciona a favor do PL.

Para Ronaldo Almeida (2019), a ascensão do conservadorismo pode ser entendida de acordo com a concepção de três tabuleiros de operação, sendo um deles a esfera da família. Essa esfera produz a disseminação de defesas das pautas e é também a mais distante da política, na medida que interage com os assuntos da política de forma sazonal.

Esta pauta mobiliza a esfera da família para o debate político e conduz uma discussão que se volta para uma legislação da vida privada, o que é relevante para fomento das ideias conservadoras. Ao momento em que Cunha, se posiciona ativamente para esta pauta seja debatida na Comissão, ele cria provoca um conflito que versa desde críticas ao governo e partidos progressistas por setores opinião pública ao próprio conflito interno dentro dos partidos e da base aliada do governo.

## 4.2.6 Grafo ordenado por partido

Figura 4: Relação dos partidos no voto a respeito do “Estatuto da família”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão pelos partidos e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Nós verdes são dos partidos contra o projeto e as roséas são dos partidos a favor.

**Figura 4** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação na comissão da CCJC na Câmara dos deputados da PL intitulada: “Estatuto da família”.

O grafo a respeito da votação em comissão do “Estatuto da família” tem baixa densidade, de forma tal que cada vértice representado por partidos só cria um único canal de diálogo e proporciona uma leitura precisa acerca dos clusters. De forma nítida, existem apenas dois clusters representados pelas duas classes produzidas pela graduação de Modularity Class. Vale acrescentar que os grafos referentes ao Estatuto da Família tem uma natureza mais simplificada, em comparação dos demais, porque tem um número reduzido interações.

As duas classes que correspondem a dois grupos coesos são representados apenas pelo PTN, PT, PSOL e PCdoB no grupo de partidos que votaram contra; no grupo que votou a favor comparecem PSDB, SD, PR, PSB, DEM, PP, PSC, PV, PSD e PHS; destacaram-se PSC e PSD entre os partidos que votaram a favor, porque foram aqueles com maior número de parlamentares com posições favoráveis ao

projeto.

Nota-se que o grafo em questão tem um banco de dados referente a uma votação na CCJC, que é, em número de membros, cerca de quinze vezes menor que uma votação em plenário. Por esse motivo, a expressão da votação tem significados mais simplificados, ao passo em que os deputados membros da CCJC já apresentam um maior grau de familiaridade com o tema e também passa por filtros do próprio partido.

O grafo acima não apresenta os chamados “buracos estruturais”, que correspondem a um importante mecanismo de transferência de capital social individual e uma boa ferramenta para comunicação e circulação de informação em grupos diferentes, de acordo com Recuero, Basto e Zago (2015). A ausência de buracos estruturais também colabora na produção de uma posição coesa dos partidos, de forma que os parlamentares não encontram outras afinidades para votar distante da posição do partido.

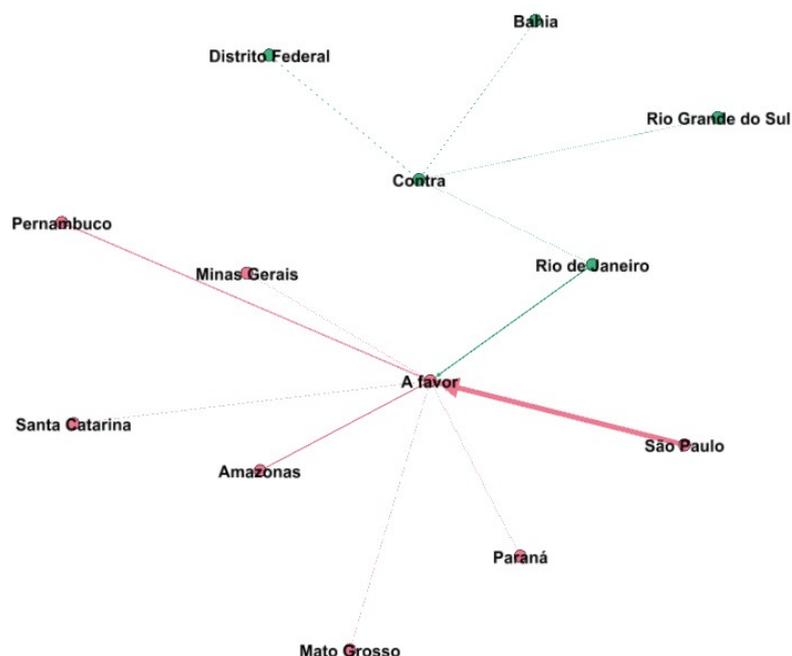
A votação ocorreu em 8 de outubro de 2015 na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania. No elenco de pautas feitas pela pesquisa esta foi a sexta a ser votada e a segunda dentro das chamadas “pautas conservadoras”. Esse dado levanta questões tais como as seguintes: por que as pautas conservadoras, representadas aqui pelo “estatuto da família” e da PEC 171, foram tratadas de uma morosa se comparadas quatro pautas representadas pelas por outras quotas? O Projeto de “Estatuto da família”, construído em 2008, caminha em passos lentos, mesmo com uma bancada evangélica crescente, por qual motivo?

A modularidade relacionada ao voto a favor foi construída a partir dos partidos de oposição e da base aliada do governo. Nota-se que importantes aliados como PP, PR e PSD já estavam se alinhando aos interesses fomentados pelo Cunha.

Depreende-se do grafo também a fragilidade programática na composição do governo, em ter o PP e PR como aliados centrais quando eles incorporaram amplamente, sobretudo o PR, parlamentares orientados as FPE, que por si só não representam incoerência, mas quando se trata de pautas conservadoras segue uma política na contramão da defendida pelo governo e por sua base social.

## 4.2.7 Grafo ordenado por Estado

Figura 5: Relação dos Estados no voto a respeito do “Estatuto da Família”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão pelos Estados e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são de Estados contra o projeto e os róseas são de Estados a favor.

**Figura 5** – Grafo da posição dos Estados em relação a votação na comissão da CCJ na Câmara dos deputados da PL intitulada: “Estatuto da família”.

O grafo representado pela figura 5 tem mais densidade que o representado pela figura 4, com um Estado que manteve posição dividida, sendo Rio de Janeiro, com apenas três parlamentares na comissão. Em contraponto, o Estado de São Paulo teve o maior número de membros presentes na votação, mas todos a favor da criação do estatuto da família.

Diferente do grafo 4, neste podemos encontrar dois grupos diferentes de posição dos Estados, mas com a presença da ponte de interlocução feita pelo Rio de Janeiro. Os outros são Bahia, Distrito Federal e Rio Grande do Sul que votaram contrariamente; Pará, Mato Grosso, São Paulo, Amazonas e Pernambuco tiveram

apenas parlamentares favoráveis à criação do projeto.

A densidade do grafo por Estado foi minimamente maior que a do grafo representado pelos partidos, como já dito. Isto se deve uma maior coesão entre partidos se comparado com outras variáveis. A expressão da postura dos parlamentares organizados por Estados tende a uma menor coesão porque estes constroem diversas bases no âmbito Estadual, além do que a estrutura das comissões possibilita uma ênfase maior nos interesses do partido. As condições citadas, no entanto, não foram suficientes para limitar a expressão dos Estados na votação do Estatuto da Família.

O único Estado que fez ponte entre as modularidades foi, curiosamente, o Rio de Janeiro, reduto político do PMDB na época e a primeira fonte de laços que Cunha estabeleceu na política, por ser um candidato fluminense. A ponte construída dentro da bancada do Rio de Janeiro provoca deduções que vão desde uma possível fragilidade do Cunha dentro dos seus próprios territórios, como também ao fato de que o Rio de Janeiro era um Estado que proporcionava uma maior arena de disputas.

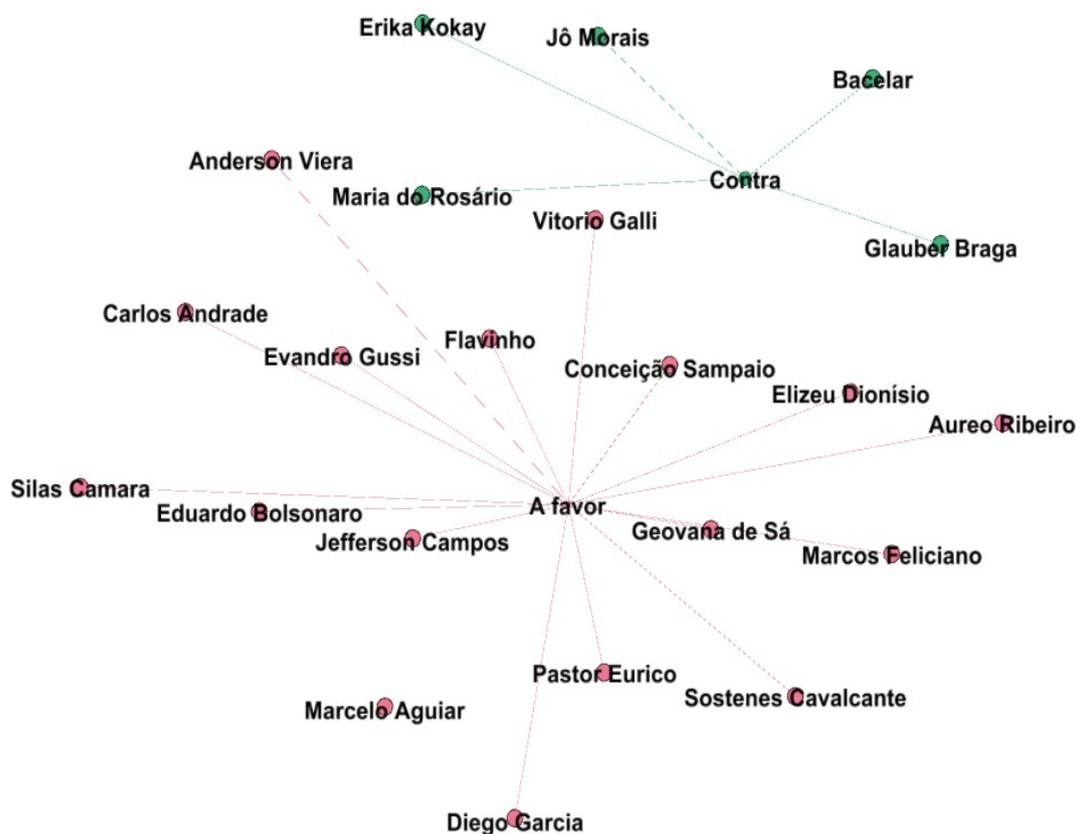
Os parlamentares evangélicos e criação de sua frente se fortaleceu ao longo da 54ª legislatura, e se consolidou na 55ª. Por um aumento ao longo de três legislaturas a Frente Parlamentar Evangélica possibilitou uma visão estratégica por meio do Grupo de Assessoria aos Parlamentares evangélicos, como anuncia Rafael Gonçalves (2016).

Neste direcionamento os parlamentares evangélicos passaram a buscar coesão nas suas ações e ocupar espaços de decisão no sentido confessional, e entre esses espaços estava a participação na CCJC e CDHM, que constroem importantes de espaços de decisões para interesses religiosos. Esta incursão do evangelismo, e com isso pautas conservadoras, dentro de comissões amplamente disputadas na esquerda.

Acrescento a relação entre evangélicos e a CCJC porque ela lança luz acerca da postura dos parlamentares das bancadas estaduais e explica como o Estado de Pernambuco, com a maioria dos parlamentares ligados a partidos como PSB e PT, expressaram uma postura conservadora do Estado no grafo acima.

## 4.2.8 Grafo ordenado de forma nominal

Figura 6: Relação dos deputados no voto a respeito do “Estatuto da Família”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos parlamentares e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são de parlamentares contra o projeto e os róseas são a favor.

**Figura 6** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação na comissão da CCJ na Câmara dos deputados do PL intitulado: “Estatuto da família”.

Como já explicado no início do tópico, os grafos relativos ao “Estatuto da família” têm uma construção simplificada em virtude do seu banco de dados e, portanto, a análise dos mesmos não requer tantos elementos usados nos anteriores. Com isso, podemos interagir com os elementos dos partidos, estados, clusters e bancadas.

Temos o Rio de Janeiro como Estado de interlocução entre os dois clusters detectados no tópico por Estados. Os parlamentares que compunham a bancada do

RJ foram Sóstenes Cavalcante, que votou a favor do projeto, na época do PSD, membro da bancada evangélica e ruralista; Aureo Ribeiro, do SD, membro das bancadas evangélica, ruralista, empresarial e de parentes; e Glauber Braga, que votou contra, parlamentar pelo PSOL, membro da bancada dos direitos humanos e da bancada dos parentes.

Dentre os nomes dos parlamentares presentes na votação dar-se um importante destaque aos deputados da bancada de São Paulo, que foi a representação mais numerosa, ainda assim mantiveram coesão na construção do Projeto de Lei.

Os parlamentares de São Paulo que votaram a favor foram: Flávio Augusto, então deputado pelo PSB, membro da bancada evangélica e empresarial; Marco Feliciano, deputado pelo PSC, um dos principais líderes da bancada evangélica e também representante da bancada empresarial; Eduardo Bolsonaro, também eleito pelo PSC, membro da frente parlamentar evangélica e, curiosamente, membro da bancada ruralista e parentes, de acordo com os dados do DIAP; Jefferson Campos, deputado pelo PSD, membro da bancada evangélica e de parentes; e, por fim, Evandro Gussi, eleito pelo PV, componente da bancada evangélica e ruralista.

Cabe notar que, no objetivo de inferir as semelhanças e perseguir as contradições, o PSD reafirma seu lugar de defensor das pautas conservadoras, mesmo à revelia de sua tarefa inicial, apresentadas no primeiro capítulo. Partidos como PSB e PV já apontava tendências de confluências de projetos que perpassavam os interesses de bancadas e frentes.

Outros parlamentares do Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pernambuco tiveram peso relativamente semelhante na votação. Do Mato Grosso, o deputado Elizeu Dionísio, eleito pelo PSDB, é membro da bancada ruralista e evangélica. De Rondônia, o deputado Carlos Andrade, então filiado ao PHS, era componente da frente parlamentar evangélica. Do Estado do Amazonas temos Conceição Sampaio, do PP e membro da bancada dos parentes; Silas Câmara, do PSD e membro da bancada ruralista, empresarial, dos parentes e da frente parlamentar evangélica. Para completar os Estados com a estatura semelhante na votação da Comissão, em Pernambuco: Anderson Ferreira, deputado pelo PR, componente da bancada ruralista, empresarial e da frente parlamentar evangélica.

Os Estados da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, como já apresentado, tiveram seus parlamentares contra o Projeto em questão, representados pelo PT, PSOL PCdoB e PTN.

Encontraram-se novamente reproduções na lógica apresentada no primeiro tópico: partidos da base aliada como PP, PR, PSD, PSC foram decisivos para aprovação do Projeto na CCJC. Esses partidos não mantiveram fidelidade para com a aliança feita, apesar de seguirem coesos na orientação ideológica determinada por suas bancadas e frentes.

Esses parlamentares que tornaram imprevisíveis o resultado do diálogo entre o Executivo e Legislativo se mantiveram fiéis à condição de representantes de igrejas pentecostais, neopentecostais e ruralistas. O que permite inferir mais uma vez que os partidos e seus líderes não operam questões práticas sozinhos. Depreende-se que, através da mesma triangulação feita no tópico anterior, as bancadas setoriais tiveram um significativo peso frente a coesão partidária.

#### 4.2.9 Aspectos centrais da rede relacionada a pautas conservadoras

Como já referenciado, a manifestação de pautas conservadoras versam desde assuntos econômicos de um ponto de vista liberal até defesas de um Estado securitariamente punitivo, como é o caso da PEC 171. A configuração da rede de relações relativa as pautas conservadoras teve a contribuição ativa de partidos da base aliada, tais como PP e PR e outros partidos da oposição ao governo: PSDB e DEM.

No circuito que compõe os partidos mais orientados a posturas conservadoras, de acordo com a quota selecionada, estão: PP, PR, PSDB, DEM, PSD, PSC e SD. Entre os partidos citados acima, o PSC compõe o conjunto de partidos considerados nanicos, os demais estão na esfera de partidos grandes e médios. É importante ressaltar que outros partidos nanicos não tinham aberturas para compor comissões como a CCJC e, desta forma, a pesquisa alcança aspectos limitados da realidade da rede de partidos conservadores.

O PR e PSC são partidos, como anunciado por Burity no primeiro capítulo, que assimilaram uma grande quantidade de evangélicos durante o crescimento do evangelismo na política. Contudo, o evangelismo não é a única resposta para o fomento de pautas conservadoras. Partidos que historicamente alinhados ao liberalismo social, como o PSDB, passaram a expressar posições conservadoras.

Com isso, é possível notar que o discurso conservador ascendeu em diversas frentes e construiu uma rede suprapartidária de posições ideológicas ligadas as ideias conservadoras. O ponto central desta arguição apreendida pelos grafos se relaciona ao fato de setores diferentes da política se orientaram e ordenaram ao ponto de que os interesses do governo passaram ao largo das escolhas feitas pelos parlamentares, por outro lado, eles construíram a ascensão do debate das ideias conservadoras ao entorno do Cunha, este como metáfora para todo em ascensão.

Um questionamento posto na análise da votação do Estatuto da Família gira em torno da morosidade da votação se comparada com as demais. A criação do Estatuto da Família foi alardeada, como é possível notar nos *trends* da Google, no entanto caminhou em passos lentos ao longo de 2015. Este fato produz questionamentos a respeito dos interesses reais dos conservadores, postos em

cheque pelo Marcos Nobre(2016).

A hipótese acima também se apoia entre outros projetos que foram alardeados, mas não tiveram uma postura proativa dos parlamentares conservadores, estavam mais aproximadas de uma busca por fomento do que propriamente efetivá-las, como é o caso da PEC da Heterofobia.

Tivemos dificuldades para a seleção das pautas durante as definições dos critérios e escolhas das pautas conservadoras. No ano de 2015 várias pautas conservadoras foram fomentadas, até mesmo antes, mas não se efetivaram sequer no âmbito das comissões, elas pareciam estar mais orientadas ao fomento de ideias dentro da opinião pública do que propriamente na efetivação por meio do Estado.

Houve uma postura diferente quanto a PEC da maioria, existiu um comportamento proativo do Cunha e de seus aliados para aprovação da mesma, como já explicado no início do tópico através de referências. Esta postura proativa não foi atravessada apenas pelos conservadores ligados a questões morais, mas também a conservadores que buscavam posições mais autoritárias por parte do Estado. Este grupo de conservadores orientados a ideia de uma sociedade securitariamente punitiva tem mais poder de operação, se comparado aos debates puramente morais, tais como: família, aborto, sexualidade e entre outros.

Os Estados que mais expressaram uma postura conservadora foram: Paraná, Pernambuco, Amazonas, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. A reflexão feita acima a respeito da parcialidade do conteúdo das pautas conservadoras vale também para a explanação acerca dos Estados, muitos dos quais não tem membros na CCJC.

Desta forma entramos no segundo aspecto da manifestação da rede de relações ligadas as pautas conservadoras: a percepção de que houve interação de diferentes variáveis para aprovação das pautas conservadoras, sobretudo a PEC 171, passando desde demandas estaduais até as configurações de bancada.

É importante ter em mente que os sujeitos envolvidos nas votações são atravessados por muitos circuitos de relação. Através da equalização das diferenças de diversas variáveis é que o sujeito constrói suas escolhas e percepções. Mark Lilla (2019), afirma que os setores progressistas da política tendem a ignorar as múltiplas

variáveis que constituem os sujeitos e suas escolhas.

A reflexão feita acima desemboca, pois, em outra reflexão: que os conservadores no Congresso tomaram respostas proativas para “solucionar” problemas concretos que os Estados e a população em geral sofrem. Furta-se as reflexões a respeito da simplicidade das respostas produzidas pelos conservadores e concentra-se no fato de que interesses nos âmbitos estaduais e de bancada foram mobilizados na votação da PEC 171, além dos interesses do próprio Lobby de setores da segurança pública.

Com isso, as três variáveis construídas em cada pauta buscam dar conta dos diferentes territórios que os acordos políticos se constroem, para isto a teoria escolha racional dar importantes subsídios para o entendimento de como as escolhas são feitas.

De acordo com Coleman (1990), a teoria da escolha racional deve buscar os momentos situados na esfera micro para daí entender como eles reverberam no todo. Coleman parte da leitura de que as ações racionais dos sujeitos são voltadas para escolhas objetivas. Então, infere-se que há uma diversidade de interesses interagindo simultaneamente na aprovação das pautas, além dos partidários.

O levantamento referente a posição nominal dos parlamentares com destaque temático ou espaços de liderança no partido tem outras nuances nesta quota, em virtude do Estatuto da Família já ter um filtro de representação temática. Para rerepresentar alguns dos quadros já citados na pesquisa estão: Marco Feliciano, Eduardo Bolsonaro, Jefferson Campos, Conceição Sampaio, Silas Câmara, Anderson Ferreira, Major Olímpio. Bruno Covas, Paulo Maluf, Delegado Waldir. Nota-se que nesta quota houve uma potente ação por parte das bancadas setoriais e que este protagonismo subtraiu as coesões partidárias. As chances de coerência temática se voltaram ao comportamento das bancadas setoriais. Esta foi uma das chaves de virada importante das práticas no presidencialismo de coalizão.

As inferências feitas funcionam como indicativos testados ao longo dos próximos tópicos. Esclarece-se, com isso, que os indicativos das sete pautas estudadas também não se traduzem como padrão que se aplica à diversidade de fenômenos da política. A pesquisa caminhou com amostras não probabilísticas, e as hipóteses nela testadas se aplicam determinantemente às sete pautas.

## PAUTAS-BOMBAS

### 4.3 PEC da Bengala

A chamada PEC da Bengala, atual Emenda Constitucional 88/2015, tinha como intuito apenas a alteração do art. 40 da Constituição Federal que prevê o aumento da idade para aposentadoria compulsória. Muda-se, desta forma, a regra que estabelece o teto de idade dos servidores públicos para aposentadoria. O deputado João Castelo, do PSDB do Maranhão, foi o responsável pelo requerimento que colocou a PEC 457/2005 na ordem do dia.

Como podem notar, a PEC 457/2005 data da década anterior na qual foi apresentado e ao longo dos anos vários requerimentos pedindo para que a colocassem a PEC 457/2005 na ordem do dia. Essa PEC foi criada pelo então Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. O texto de criação da PEC visava uma legislação acerca do teto da aposentadoria compulsória aos 75 anos para Ministro do Supremo Tribunal Federal, dos membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.

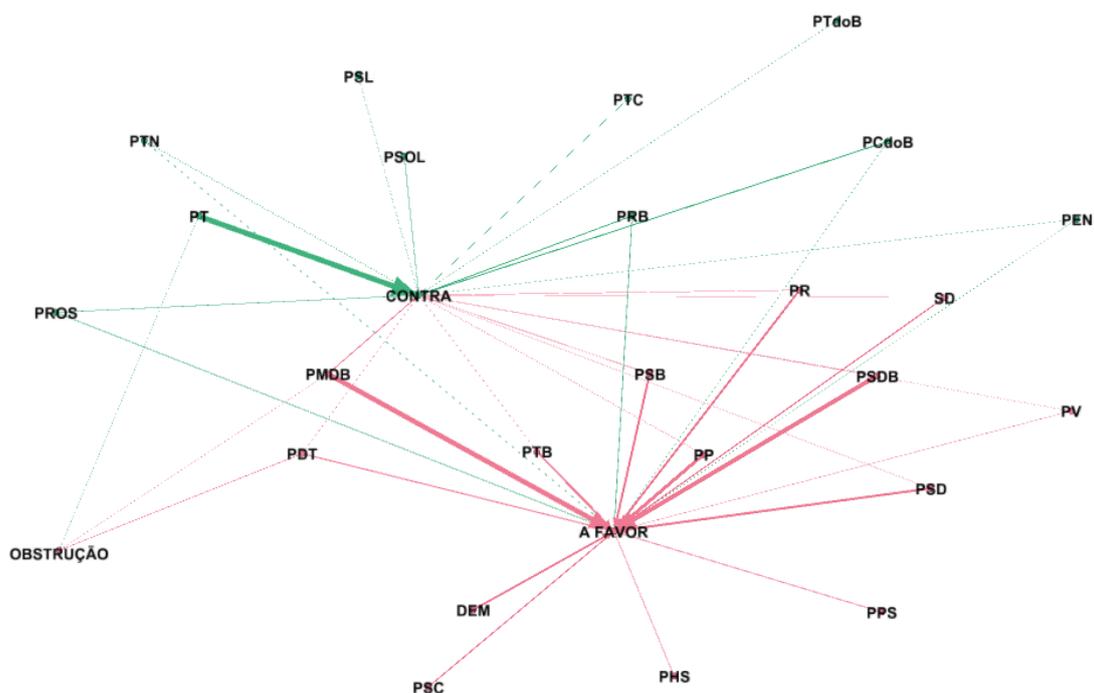
O primeiro parecer do relator na CCJC foi pela admissibilidade da PEC, produzido ainda em 2005 pelo deputado Darci Coelho, do PP do Tocantins. Ainda em 2005, a PEC foi votada e aprovada na Comissão, sendo encaminhada para a análise na Comissão Especial e longamente postergada durante a década subsequente.

A PEC 457/2005 foi resgatada em 2015, logo nos primeiros meses de presidência de Cunha na Câmara. A retomada da pauta foi entendida por parte do Governo e abordada na mídia como uma tentativa de coação do Executivo, na medida em que a lei vigente proporcionava a aposentadoria compulsória de cinco Ministros do Supremo e a abertura para indicações de novos Ministros que seriam nomeados pela presidente Dilma.

A PEC em questão foi uma das primeiras pautas polêmicas em que Eduardo Cunha se envolveu enquanto presidente. A grande mídia incorporou a chamada “PEC da bengala” ao acervo de bandeiras que compuseram as pautas-bombas, que se tornaram, ao longo do ano, um dos artifícios de Cunha na operação da política.

### 4.3.1 Grafo da votação por partido

Figura 7: Relação dos partidos no voto a respeito da “PEC da bengala”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão pelos partidos e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos partidos contra o projeto e os róseos são de Estados a favor.

**Figura 7** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação do PL intitulado: “PEC da bengala”.

Um dado relevante, de antemão, é que esse Projeto foi o primeiro a ser votado entre as pautas elencadas, o que anuncia o lugar de urgência das pautas-bombas na prática política de Eduardo Cunha. O primeiro turno dessa pauta foi votado dia 4 de março de 2015 no plenário da Câmara.

Houve tentativas de obstrução durante a votação da pauta representada pelo grafo. Esse fato nos gera uma terceira modularidade na sua construção: tendo deputados que votaram contra, a favor e os que obstruíram a votação na tentativa de denunciar os erros do processo. É importante frisar que as tentativas de obstrução da votação partiram dos deputados orientados à crítica à PEC da bengala e serão tratados desta forma para facilitar a compreensão do grafo; esse entendimento

também reproduziu a montagem do grafo, de forma que há apenas duas classes de modularidades.

Do ponto de vista de coesão partidária, o núcleo duro da crítica à PEC da bengala foi formado por PT, PSOL, PTC, PTdoB e PSL; dos cinco partidos listados, quatro eram considerados partidos nanicos, sendo também um dos motivos provocadores da coesão. Partidos que se apresentaram próximos ao grupo com tendência contrária foram PCdoB, PDT, PRB, PROS e PTN. Ao unir os dois grupos que congregam os nove partidos, temos apenas três que são considerados médios e um único de grande porte.

A configuração apontada acima sinalizava o processo de isolamento que o PT passou a sofrer nos meses subsequentes. As pontes de intersecção ou buracos estruturais estavam voltados para partidos como PCdoB, PR, PSB e PRB, nos quais se apresentou uma relativa disposição para dialogar com o voto a favor e o voto contra, a ver pelo número de parlamentares que votaram à revelia da maioria. Se analisados na época, esses partidos eram epicentrais para que o governo barrasse a pauta em questão.

Tinha-se no núcleo central para aprovação os partidos de oposição, com interesses precisos na mudança da legislação, e alguns partidos da situação, como: PSD, PTB, PP e PMDB. Muitos deles seguiram com seus deputados votando de forma coesa a favor da mudança na legislação, como o PHS, PPS e o DEM.

O PMDB, O PSDB, PP e PSD foram os partidos mais decisivos, em número de parlamentares para aprovação da pauta. Três destes eram partidos aliados do governo Dilma, e a atuação de desacordo com o governo seguiu nas outras duas pautas já avaliadas.

Outros partidos que construíram o apoio a PEC de forma não unificada foram o PR, SD, PV e PSB. Dos quatro, apenas o PR cumpria função no governo e foi considerado por muito tempo um aliado fundamental. Partidos como o PSB e SD tiveram relação de aliança com algumas oscilações e, na época, não faziam parte do governo.

Os dados acima ganham relevo porque põe em xeque algumas premissas da prática política e da opinião pública que entendem que a negociação realizada entre

partidos e governo significa tendências de fidelidade dos aliados para com o governo.

Uma das hipóteses formuladas no começo da pesquisa (derrubadas no decorrer da análise) consiste no fato de que o congregado de pequenos partidos e políticos do baixo clero construíram a prática política do Eduardo Cunha. Essa hipótese não se mostra sincera em absoluto porque os pequenos partidos não apresentam ação conjunta, diferentemente das ações do PSD, PP, PSC e PMDB, que, nas três pautas desenvolvidas até aqui, apresentam o ponto crítico do governo na assembleia, para além dos problemas com a própria oposição.

A rede estudada mostrou-se a mais densa, se comparada às outras três, com, pelo menos, seis clusters desenhados em duas modularidades diferentes. Com isso, há uma forte tendência à troca de informações e à possibilidade de mudança na orientação do voto, por ter apresentado maiores possibilidades de transferência de capital social individual.

Em matéria da Carta Capital (2015), o editorial aponta que a PEC da Bengala visava desestabilizar o governo Dilma e limitar seus poderes enquanto presidente, ao tempo que limitava não tão somente o poder de presidente, mas o poder da Presidência, além de fragilizar a democracia e instabilizar a aplicação da Constituição. A matéria que a política da Câmara, em especial o Eduardo Cunha, não demonstravam compromisso com as instituições.

Esses grafos sinalizam o grau de relevância da PEC para o governo e desvela no pouco compromisso da base aliada do governo para com a política da Dilma. Partidos com grande estatura como: PP, PSD e PMDB tornavam caóticos os planos do governo, ao passo em que Cunha mobilizava esse movimento ao pautar tais matérias.

Neste sentido, Limongi (2015) pontuou que Cunha “recebia dos dois lados do balcão”. Esta forma de fazer política proporcionou a incursão de Cunha entre os aliados do governo e possibilitou que ele se movimentasse dentro do governo, conquistando mais aliados e formando seu bloco. A observação feita por Limongi encontra respaldo empírico através dos grafos apresentados na pesquisa, sobretudo porque na data da votação Cunha não se posicionava como oposição, negociava espaços no governo e ao mesmo tempo construía desestabilização do governo.



nos votos contra, com destaque para Bahia e Rio de Janeiro, com uma bancada mais equilibrada se comparada a Minas e, sobretudo, a São Paulo.

Os Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Tocantins tiveram uma porcentagem alta de parlamentares a favor, sendo o Amazonas e Tocantins os únicos que votaram unificados a favor do aumento de idade de aposentadoria compulsória. Representam um cluster dos Estados mais isolados em se tratando da aprovação da pauta.

A tese contrária à aprovação da PEC só venceu em um único Estado: Espírito Santo. Alguns outros apresentaram um relativo equilíbrio, ele eles Rio Grande do Sul, Amapá, Sergipe e Rio Grande do Norte. Outros Estados como Ceará, Alagoas e Piauí também mostraram maior adesão à pauta-bomba que tinha por intuito desestabilizar o Governo, fato decerto curioso, pois dois dos três Estados tinham governadores eleitos pelo PT.

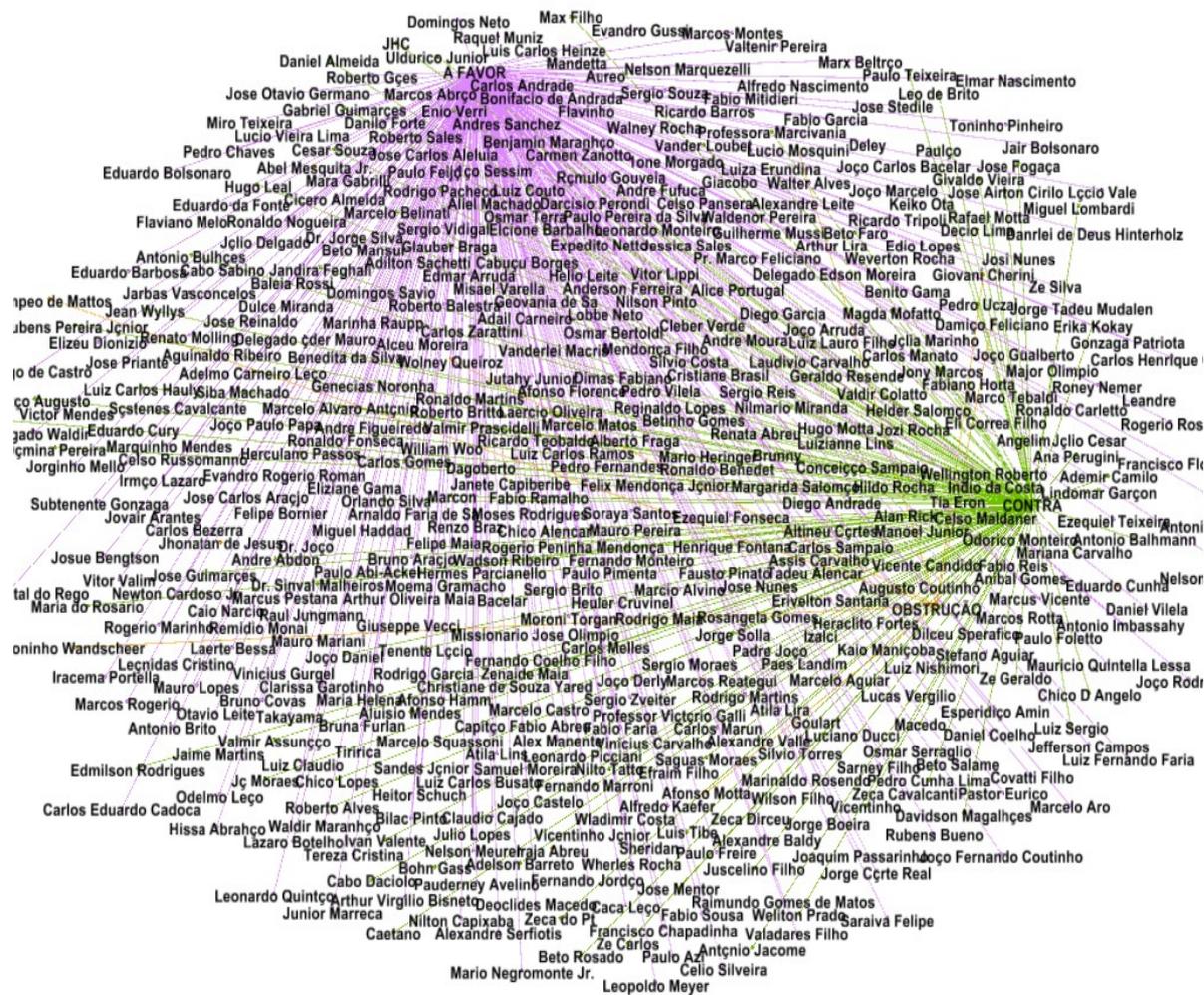
Esse grafo anuncia um dos elementos usado por Eduardo Cunha para mobilizar diversos interesses em busca de uma ação maior: desestabilizar a relação do Legislativo com o Governo e impedir que este se mantivesse seguro com a sua base.

Esse grafo também atesta a crítica produzida por Limongi (2018), na qual contesta a premissa de que o presidencialismo de coalizão reproduz um puro fisiologismo político por parte dos Estados, bancadas setoriais e partidos. “[...] em outras palavras, a crítica ao presidencialismo de coalizão não condena a coalizão ou os partidos, mas a representatividade do Legislativo” (LIMONGI, 2018).

É inegável que houve e há fisiologismo dos governos que lidam com coalizões, mas também há interesses dos mais diversos no jogo de negociações do Congresso, entre eles estão a busca, por parte da oposição, da desestabilização do Governo; futuro projeto político eleitoral de aliados e acordos programáticos, de forma que a base aliada se desfaz no primeiro anúncio de crise para projetar um plano em que os interesses daquele grupo sejam mais respeitados.

## 4.3.3 Grafo da votação por parlamentares

Figura 9: Relação dos deputados no voto a respeito da “PEC da bengala”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos parlamentares e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são de parlamentares contra o projeto, os róseas são a favor e os representados pela cor laranja foram os que obstruíram.

**Figura 9** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação da chamada “PEC bengala”.

Como já detectado no grafo acerca dos partidos, as posições do PSD, PP, PR e PMDB não coesas aos interesses do governo já denotavam o aprofundamento da crise. Conforme Limongi (1998), na prática política de coalizão há uma fidelização dos parlamentares para com seu próprio partido. Com isso, vamos orientar a percepção dos líderes das bancadas partidárias. Usaremos também a seleção de nomes feita por Mariana Schreider (2015), que buscou mapear os principais aliados

de Cunha no Congresso.

Segundo Schreider (2015), os deputados Aguinaldo Ribeiro, do PP da Paraíba, e Leonardo Picciani, do PMDB do Rio de Janeiro, foram importantes parlamentares que blindaram a política de Cunha e que também compunham as lideranças do centrão, da bancada empresarial e de parentes. Ambos votaram a favor da PEC: o primeiro, membro da frente parlamentar evangélica; e o segundo, da bancada ruralista.

No mesmo mapeamento já citado, na condição de membros da mesa, e a favor da PEC da Bengala, encontram-se Fernando Giacobbo, do PR do Paraná, membro da bancada ruralista e empresarial; Beto Mansur, do PRB de São Paulo, membro da frente parlamentar evangélica, da bancada empresarial e de parentes; e Felipe Bornier, do PSD Rio de Janeiro, também membro da bancada ruralista, empresarial e da bancada dos parentes.

Os demais deputados apontados no mapeamento da Schreider também votaram a favor da PEC em questão, sendo Manoel Júnior, do PMDB da Paraíba, membro da bancada ruralista, dos parentes e empresários; Arthur Lira, do PP de Alagoas, membro da FPE, da bancada ruralista, da empresarial e da bancada dos parentes; Waldir Maranhão, do PP do Maranhão (não era membro de nenhuma bancada setorial); e André Moura, do PSC Pernambuco, membro da FPE.

Entre os líderes das bancadas partidárias também estavam os seguintes líderes: Imabassahy, do PSDB da Bahia, membro da bancada ruralista; Mendonça Filho, do DEM do Pernambuco, membro da bancada empresarial e de parentes; Weberton Rocha, do PDT do Maranhão, membro da bancada ruralista; Marreca, do PEN do Maranhão; Baleia Rossi, do PMDB de São Paulo, membro da bancada ruralista, empresarial e parentes.

Outros líderes de bancada que permaneceram com o voto favorável, mas sob a condição de membros da FPE são Domingos Neto, do PROS Ceará, também da bancada ruralista e dos parentes; Marco Feliciano, multirreferido nesta pesquisa; Alfredo Kaefer, do PSL do Paraná, membro da bancada ruralista e empresarial; Genecias Noronha, do SD do Ceará, membro da bancada ruralista, empresarial e dos parentes.

Como se pode verificar, as bancadas com destaque, na perspectiva de leitura que abordamos, foram a FPE e as bancadas ruralistas, empresariais e de parentes. Podemos encontrar também membros da FPSP, como é o caso do ex-deputado Jair Bolsonaro e de seu filho Eduardo Bolsonaro, na modularidade a favor da PEC. No entanto, na data, os quadros citados não compunham o grupo de parlamentares com liderança de bancada.

Um ponto de contradição da votação se encontra na posição de alguns deputados, entres eles o Weverton Rocha que como liderança do PDT, e ainda aliado do governo, pôs os interesses dos correligionários de sua bancada a frente dos interesses do partido, tendo em vista também que parlamentares do PDT protagonizaram uma obstrução da votação.

Este fato reafirma que os interesses de diversos setores já se confrontavam ao ponto de que lideranças partidárias não priorizavam uma prática que levasse a coesão dos próprios partidos.

Na contagem do grafo apresentado percebemos que Cunha contou com diversas lideranças de 12 partidos diferentes, dos quais haviam grande representação parlamentar e a participação de aliados tradicionais dos governos petistas, como é o caso do PR. A autonomia que esta rede de aliados conquistou, sob a liderança do Cunha, para com o executivo possibilitou uma agenda autônoma nunca antes vista, como situa Murilo Aragão (2019).

Nota-se, nas inferências que o grafo acima possibilita e através da triangulação de informações, que diferentes bancadas setoriais contribuíram na aprovação da PEC da Bengala. Este dado reafirma as inferências feitas nos tópicos anteriores e explana que o lastro que a prática construída por Cunha e sua rede de aliados conquistou na Câmara dos Deputados.

Quadros de destaque da bancada dos ruralistas, dos empresários, e a FPE se manifestaram a favor da PEC e contrariando os interesses do governo Dilma – governo matinha canais de diálogo com ambas as bancadas citadas. Diversas lideranças partidárias se orientaram mais aproximadas ao capital social construído entorno das bancadas setoriais. Há pontos de contradição e não coesão tanto nas estruturas partidárias quanto nas de bancada. Todavia, prioriza-se inferências acerca das bancadas porque estas respondem os pontos de incoerência nos partidos.

#### 4.3.4 PEC da AGU

A PEC 443/2009 tem por intuito fixar parâmetros para a remuneração de advogados públicos. A PEC propõe que o nível máximo das carreias da Advocacia Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal obedeçam um teto equivalente a mais de 90% do nível máximo fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A PEC 443/2009, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada, filiado ao PSDB de Minas Gerais, propõe fixar parâmetros para a remuneração dos advogados públicos de acordo com o seu inteiro teor.

A Proposta teve sua primeira apresentação em dezembro de 2009, sendo recebida pela Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania no mesmo mês. No ano subsequente, deu-se a escolha do seu relator, o deputado Mauro Benevides.

A CCJC aprovou por unanimidade o parecer produzido pelo relator, Mauro Benevides, em abril de 2010, tendo, conforme trecho do relatório da PEC 443/2009, a seguinte posição:

Analisando as Propostas sob esse aspecto, não vislumbro nenhuma ofensa às cláusulas invioláveis do texto constitucional, à luz do disposto no art. 60 da Constituição Federal. As Propostas não ofendem a forma federativa de Estado, o voto direito, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Verifico, ainda, que o número de assinaturas é suficiente para a iniciativa das propostas de emenda à Constituição em análise, conforme informação da Secretaria-Geral da Mesa. (BENEVIDES, 2009)

Mauro Benevides (2009) também sinalizou que a PEC carece de reparos, cabendo “à Comissão Especial designada para a apreciação da matéria, além da análise do mérito, corrigir tais falhas, de forma a adequar as propostas aos ditames da citada Lei Complementar nº 95, de 1998.”

A síntese do texto produzido pelo deputado Bonifácio de Andrada no Projeto de Emenda à Constituição Federal apresentado propõe a substituição do art. 131 para uma nova redação:

O subsídio do grau ou nível máximo das carreias da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal corresponderá a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais integrantes das respectivas categorias da estrutura da advocacia pública serão fixados em lei e escalonados, não podendo a diferença entre

um e outro ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos artigos 37, XI e 39, § 4º.(ANDRADA, 2009)

O texto da PEC em apreço traz ainda, como justificativa, algumas considerações acerca das atribuições de advogados e procuradores da União enquanto funções essenciais para o funcionamento da Justiça, não havendo sustentação, portanto, a diferença de tratamento entre as diversas funções judiciárias.

A PEC em questão, dito anteriormente, fora produzida no ano de 2009, um ano de muito entusiasmo em relação às contas públicas, uma vez que sucedeu um ano de crescimento econômico extraordinário no Brasil, quando comparado a muitos outros países competitivos, como, por exemplo, a China.

Um PIB em exponencial crescimento gera margens para a compreensão exposta por Mauro Benevides no aludido parecer, apontando que, na data de análise da proposta, não vigorava impedimentos para tal feito.

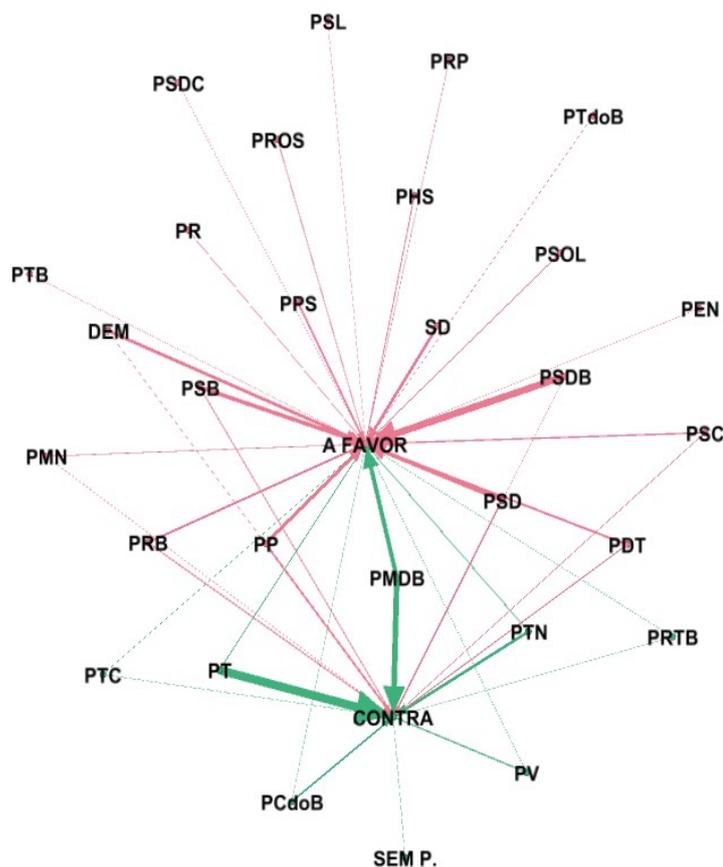
Ao longo de cinco anos, a Proposta fora circulando na Câmara em meio à anexação de emendas e pareceres da Comissão Especial. Também durante esse quinquênio as variações do PIB não responderam da mesma forma que nos anos 2010.

A PEC 443/2009 vincula os vencimentos de diversos servidores da Justiça àqueles dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ocasionando a mudança de remuneração de pelo menos 39 (trinta e nove) mil servidores e acarretando, por conseguinte, um gasto de cerca de R\$ 8,1 (oito vírgula hum) bilhões junto ao Tesouro Nacional — o que representava, a título de ilustração, praticamente a meta fiscal do PIB de 2015 apresentada por Joaquim Levy.

Essa PEC corresponde a quinta pauta votada na ordem cronológica da pesquisa. Por ter seu conteúdo voltado para o agravamento da crise econômica ela encontrou mais percalços que a PEC da bengala e foi cenário de disputas entre os membros da base aliada e os dissidentes do governo que anunciavam rupturas com o governo já no começo do segundo semestre de 2015.

#### 4.3.5. Grafo da votação por partido

Figura 10: Relação dos partidos no voto a respeito da “PEC da AGU”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos partidos e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são de partidos mais orientados contra o projeto, os róseas são a favor.

**Figura 10** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação da chamada “PEC da AGU”.

O grafo apresentado na figura 10 aponta uma variedade diversa de composição e orientação de votos por parte dos partidos. O primeiro grupo merece destaque devido ao lugar de isolamento que o PTB, PSDC, PSL, PTdoB e PEN se encontram em razão do voto coeso a favor da PEC. Na mesma perspectiva do primeiro grupo, mas com um peso de representatividade maior, encontram-se PRP, PROS, PR, PHS e PSOL.

Há uma subsequência de quatro grupos de partidos que votaram mais orientados ao voto a favor. O terceiro grupo revela os partidos centrais e coesos que votaram pela aprovação da PEC, com maior peso e expressão: PPS, SD, DEM e

PSDB. Esses eram os partidos de oposição na época e grandes interessados na instabilidade do governo, aparentemente.

O último grupo que votou orientado a favor da aprovação foi composto pelo PSC, PMDB, PSB, PSD, PRB, PP e PDT. Estes votaram mais aproximado do a favor, mas não se mantiveram coesos. Há um destaque para o PMDB, que teve a maior expressão para aprovação da PEC, com 55 deputados, embora outros 6 votassem contra.

Há outros dois grupos que se posicionaram mais orientados ao voto contra, ambos pertencentes à base governista, e apresentaram um grau de coesão menor, se comparados com os três primeiros clusters da modularidade a favor. No grupo de partidos centrais no voto contra estão PT, PTN, PV e PCdoB, sendo o PT o único partido com coesão partidária e que teve maior peso entre todos: 57 votos.

Para entender questões relativas à coesão e à disciplina partidária, Fernando Limongi acrescenta:

Analicamente, a coesão partidária deve ser distinguida da disciplina partidária. A coesão depende da distribuição das preferências. Quanto mais homogêneas forem as preferências dos parlamentares filiados a um determinado partido, tanto maior será a coesão. (LIMONGI, 1998)

Desta forma, a coesão e disciplina são matérias diferentes em se tratando de análise. A disciplina está voltada ao grau de obediência dos parlamentares para com seu partido; já a coesão, ao grau de ação. Portanto, sem uma posição determinante por parte dos partidos, dá-se apenas a falta de coesão interna.

Outro grupo de partidos votaram mais orientados ao contra, quais sejam, PTC e PRTB, mas por sua característica diminuta de membros, não há uma grande expressão, aliados à não coesão partidária. A tendência de um relativo grau de coesão comparece nesta votação. Contudo, essa coesão não se reproduz quando se trata da fidelidade dos partidos à sua base de apoio.

Essa é a quinta votação em ordem cronológica estudada na pesquisa, e o primeiro grafo observado apresentou um número considerável de vértices que se encontram nos canais de intersecção. Pode-se notar que faixa de intermediação com cerca de sete partidos proporcionava um bom canal de diálogo de ambos os

grupos, bem como um favorecimento para que os votos fossem reorientados.

A expressão da rede de parlamentares na votação relativa a PEC da AGU é de difícil entendimento para os não contemporâneos da época, isto porque na eleição anterior, disputada em segundo turno por Dilma Rousseff e Aécio Neves, respectivamente PT e PSDB, teve plano e a ação diferentes. O plano de governo priorizava as pautas trabalhistas e uma negação do arrocho fiscal, do outro lado, Aécio Neves defendia políticas antipopulares nos debates, e como aponta Maria Ribeiro (2014), havia a proposta de retomada do tripé macroeconômico.

Este dado da campanha de 2014 se revela o exato oposto na prática em 2015. Dilma busca aplicar uma política de arrocho fiscal para alcançar o equilíbrio das contas públicas e, desta forma, sacrifica os anseios da sua própria base social trabalhista. Pode-se notar através dos grafos relativos as pautas bombas que, na contramão, lideranças do PSDB trabalharam ao lado do Cunha para minar a política de ajuste do governo e contribuir simultaneamente a uma política de benefício de uma categoria de trabalhadores do serviço público.

Com isso, foi possível configurar uma rede em que parlamentares voltados aos interesses dos servidores públicos votassem conjuntamente com outros que visavam minar a busca por equilíbrio fiscal. Por meio dos grafos e entendimento do conteúdo e das contradições da temática no tempo histórico, notamos que Cunha adotou uma perspectiva de ataque frontal ao governo, alcançando duas conquistas: limitar a estratégia de contenção de gastos públicos e fragilizar a base social do governo.

Em data simultânea ao episódio da votação, mas, como anunciado pela BBC (2015), motivados por conflitos com lideranças do PT que os acusavam de infidelidade ao governo, o PDT e PTB anunciam a saída da base aliada do governo. Como verifica-se no grafo, o PR, PP, PSD, PRB permanecem com a mesma postura, membros da base aliada do governo mesmo com uma grande quantidade de parlamentares minando as estratégias do executivo e acusados de incoerência.

Isso posto, o contexto de apresentação da PEC no ano de 2009 não mais correspondia ao contexto de sua apreciação no ano de 2015, realizada a passos largos pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. A discussão da PEC 443/2009 produziu, pois, enorme mal-estar entre o Legislativo e o Executivo, como entre os servidores do Poder Judiciário e o Governo.



pela representação: dois grupos mais tensionados ao voto contra e o outro a favor, e outros dois grupos em situações de centralidade, como o representado por São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Vale considerar que os grupos em ambientes mais centrais são também representantes dos Estados com maior densidade demográfica, exceto a posição do Rio de Janeiro, que mostrou ter tendências ao voto crítico da Proposta.

Os grupos representados pelos clusters também mostram aspectos de semelhança entre eles, pois as bancadas estaduais votaram, em grande medida, divididas entre as teses pró e contra. Essa PEC mobiliza muitos interesses em seu entorno, como, por exemplo, defender a bandeira dos funcionários do Judiciário; tensionar a crise política vivida no governo Dilma; e a ação dos governistas no sentido de manter contingenciamentos das despesas públicas.

Esses três interesses evidentes mobilizam arranjos diferentes da votação na Câmara e colaboraram para a construção de uma rede de relações com muitos canais de intermediação, por meio de buracos estruturais, apresentado pelo grafo, e com todas as bancadas estaduais demonstrando que a PEC da AGU divide a opinião dos políticos dos Estados.

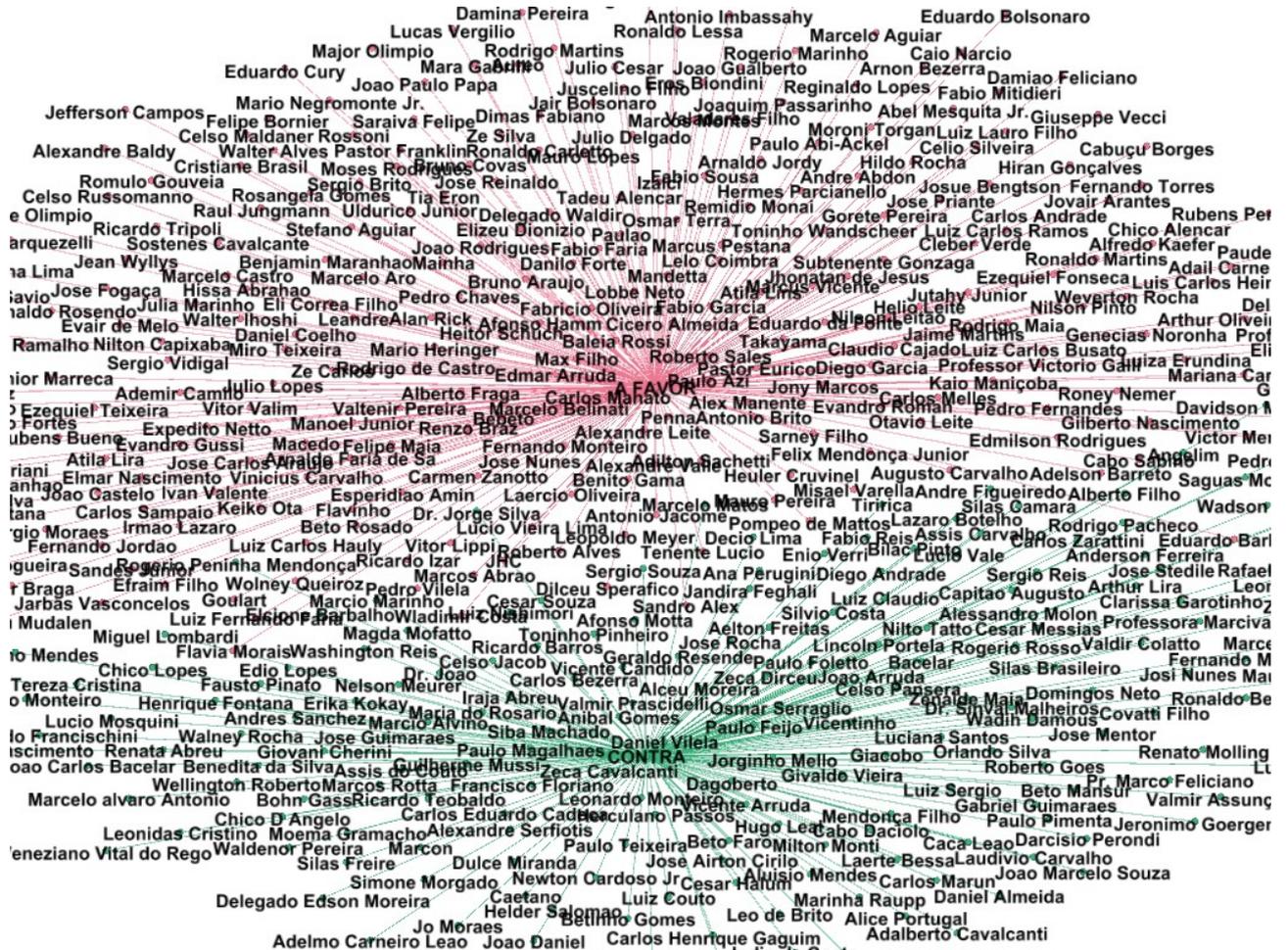
Ao concatenar os dados explorados no grafo, notamos o relativo equilíbrio entre a posição dos deputados de acordo com os Estados, se comparado com os anteriores, se deve a importância que atuação dos partidos e suas lideranças tiveram na votação da PEC, deixando a atuação das bancadas estaduais e dos governadores em segundo plano.

A PEC da AGU, como na PEC da Bengala, não mobilizava tanto os interesses das bancadas estaduais de forma organizada por não tocar assuntos sensíveis como interesse de empresários ou segurança pública. A conclusão do grafo acima, no entanto, leva a crer que existiam diferentes frentes, e essa era uma delas, para reação do governo no primeiro semestre de 2015 e que, com o contato com lideranças e governadores, havia a chance de sanar o conflito fomentado por Cunha.

A presença de buracos estruturais potentes em grafos sinaliza que há canais de intermediação entre as modularidades. Isto é, o trânsito de informação e a possibilidade de troca de outros capitais e o prevalecimento de outros interesses é igualmente potente.

## 4.3.7 Grafo da votação por parlamentar

Figura 12: Relação dos parlamentares no voto a respeito da “PEC da AGU”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos parlamentares e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos parlamentares contra o projeto, os róseas são a favor.

**Figura 12** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação da chamada “PEC da AGU”.

A partir do grafo que traz os dados de acordo com partidos podemos notar que, nesta PEC, PSDB e PSD foram mais incisivos à modularidade que construiu o voto a favor. O PMDB, mesmo sendo o partido do Eduardo Cunha, apresentou-se dividido, comprovando mais uma vez o caráter suprapartidário da sua rede relações.

Atestando o lugar de dúvida do PMDB quanto à PEC da AGU, encontra-se a posição de crítica do líder da bancada, Leonardo Picciani. Nesta votação, a posição do Picciani contraria a estimativa apresentada no tópico anterior, na qual ele

funcionava como membro fundamental do grupo do Eduardo Cunha, segundo Schreider (2015). Ao que consta, Eduardo Cunha não capitalizou os mesmos contatos como o fez na primeira pauta-bomba.

Dos quadros citados como lideranças partidárias e componentes da mesa diretora só ficaram Felipe Bornier, Manoel Júnior e Waldir Maranhão. Um ponto alto no rearranjo na votação dessa PEC é que os líderes do PSDB e SD votaram a favor da PEC, quais sejam, Imbassahy e Genecias Noronha, respectivamente.

Entre os demais líderes de bancada partidária já citados e que votaram a favor estão Weverton Rocha, Bruno Marreca, Baleia Rossi e Alfredo Kaefer. Os também citados no primeiro tópico e posteriormente incorporados à elite política, como o Delegado Waldir, Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, votaram a favor da PEC da AGU.

O voto do deputado Leonardo Picciani (2015), como consta em nota taquigráfica, considerou a importância do pleito dos auditores da Receita Federal, mas considerou inoportuno o momento em virtude de uma atenção aos gastos públicos.

Esta reviravolta na postura dos parlamentares do PMDB, sobretudo de suas lideranças, deveu-se a reação do governo em uma tentativa de limitar os poderes do Cunha. Há no início do segundo semestre de 2015 novos fatores para a correlação de forças dentro da Câmara. O governo passou a tomar ações proativas, diferente do que fez no primeiro semestre, que na figura do líder do PT, José Guimarães, adotou postura de pacificação do conflito, como pode-se notar em matéria da Veja (2015).

A nova atuação do PT dentro da correlação de forças na Câmara visou a conquistas de lideranças do PMDB para dentro do governo, como foi o caso do Leonardo Picciani que meses depois se tornou ministro do esporte. Este dado é apreendido também no comportamento de lideranças, como a já citada, explorado no grafo acima. No entanto, a conciliação de interesses dos aliados se mostrava conflituosa. O governo aproximava aliados do Cunha dentro do PMDB, como Leonardo Picciani e Marcelo Castro, e perdia outros partidos aliados, como caso do PDT e PRB na mesma época.

#### 4.3.9 Aspectos centrais da rede relacionada a pautas-bombas

As pautas-bombas se mostraram uma importante ferramenta do Cunha, na qual ele nutriu para conquista de novos aliados. Elas representavam um ataque frontal a política do governo e mobilizava ao seu entorno os parlamentares aliados e que se sentiam insatisfeitos com a estatura que tinham no governo, a maior expressão dessa insatisfação foi a criação do “blocão” e cerca de duas dezenas de pautas que minavam a tentativa de contingenciamento do governo.

A revista *Época* (2016), situou a gravidade das pautas-bombas e como elas contribuíam para um estado de leniência com as contas públicas. Cita-se, inclusive, na mesma matéria, o reajuste salarial dos servidores do poder judiciário e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Como já explanado, as pautas-bombas eram tratadas em caráter de urgência e foram encaminhadas já no primeiro semestre de 2015. Até a data das primeiras pautas-bombas o governo Dilma não reagiu em uma tentativa de minar a rede. Esse momento só se deu no começo do segundo semestre com os diálogos entre lideranças do PMDB. A estratégia retardatária do governo não impediu a robustez do argumento do Cunha que apontava ao risco do PMDB se tornar um satélite, como apresentado em algumas entrevistas.

Jairo Nicolau afirma (2016), em entrevista, que Cunha era a figura mais importante da República no ano de 2015, e relembra o lugar de centralidade das discussões a respeito do presidencialismo de coalizão em debate voltado ao realismo político.

Esse espaço de importância do Cunha, cabe lembrar, foi construído através de um ativo para com o aumento de conflitos. Para isso Limongi (2015) ainda acrescenta o quando Cunha lucrou na ambiguidade e ao mesmo tempo atacar e compor o governo.

Ao longo dos primeiros meses de seu reinado na presidência da Câmara, manteve uma confortável e, digamos assim, rentável ambiguidade. Como resumiu em entrevista no final de março, o PMDB, como recebera ministérios insignificantes, fingia que apoiava o governo. Nem oposição, nem governo, muito pelo contrário. (LIMONGI, 2015)

Como apresentado anteriormente, Cunha explorou espaços suprapartidários para conseguir o respaldo que queria, este representa o primeiro tabuleiro<sup>20</sup>. O segundo terreno de atuação política do Cunha foi a criação do “bloco”, que unia aliados insatisfeitos com o governo, como pode-se depreender da repetição nos grafos.

É possível notar através dos grafos acima a multiplicidade de relações do Cunha, o movimento de uma criação de uma base suprapartidária, não mais apenas com membros do baixo clero, e a consequente solidificação de espaços internos do PMDB aliou-se a criação desse bloco que unia partidos nanicos e do “centrão”. Esse conjunto de eventos colocou o Cunha e sua rede no epicentro da política.

A estratégia dos partidos oposição foi uma contribuição ativa com essa prática que implodia o governo e ao mesmo tempo não colocava em evidência os interesses da oposição no protagonismo da desestabilização do governo.

Os partidos que mais se repetiram na quota, unindo os critérios de relevância na modularidade e coesão partidária, como pode-se aferir nos dois grafos referentes aos partidos, foram: SD, PR, PTB, PHS, PSDB, DEM, PSD, PPS, PMDB PTB e PP. Como podem notar, quase todos os partidos citados tinham parlamentares membros do “bloco”. Reafirma-se, então, muitas das afirmações explanadas acima.

A postura dos parlamentares organizados Estados, como pode-se ver nos grafos, demonstra uma tendência ao voto a favor das pautas por parte de Estados mais populosos, como Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O comportamento dos parlamentares estruturados por Estados apresentam um comportamento mais sazonal e orientado a própria proposta, do que propriamente uma possível ação articulada.

Os parlamentares que ocupavam cargos de lideranças partidárias também se repetiram em grande medida nas votações. Estando entre eles: Felipe Bornier, Manoel Júnior, Waldir Maranhão, Imbassahy, Genecias Noronha, Weverton Rocha, Marreca, Baleia Rossi, Alfredo Kaefer. Muitos desses eram membros de mesa e foram mapeados na pesquisa realizada por Schreider (2015).

---

<sup>20</sup> O termo tabuleiro funciona como alusão ao conceito desenvolvido por Ronaldo Almeida para explicar a “onda conservadora”

## TERCEIRO CAPÍTULO

### 5.1 PAUTAS DO LOBBY

#### 5.1.1 PL Transgênico

O PL de nº 4148/2008 foi confeccionado pelo deputado Luiz Carlos Heinze do PP do Rio Grande do Sul. No conteúdo de sua justificção o autor já traz a defesa de que a proposta não supõe a omissão de informação ao consumidor, apenas alerta para os princípios de proporcionalidade e razoabilidade para “apresentar um conteúdo útil ao consumidor”.

A Proposta aponta critérios para selecionar a forma como a informação deve ser passada para o consumidor, sendo estas: detectabilidade; percentual; e formato da informação. Estes critérios criam as regras e diante destas a obrigatoriedade do símbolo do transgênico não se faz necessário. Apresenta na sua conclusão o seguinte texto:

Em razão de todas as impropriedades das regras de rotulagem supra-elencadas, mister se faz que a disciplina da rotulagem dos alimentos que contenham organismos geneticamente modificados, contemple de forma clara: limite de presença de OGM (%) que isente a rotulagem; prevalência do critério da detectabilidade; e forma de apresentação da informação útil e clara ao consumidor. (HEINZE, 2008)

O primeiro parecer fora produzido somente em 2015, quase oito anos depois da proposição ser levado para Casa Legislativa. O relator designado para função foi o deputado Ricardo Barros do PP do Paraná e concluiu em seu parecer a admissibilidade da Proposta, sem maiores informações na justificção.

Diante do parecer produzido por Ricardo Barros e aprovação de alguns requerimentos, a PEC fora votada rapidamente em um único turno na Câmara dos Deputados e, na mesma data, encaminhada para apreciação no Senado Federal.

A votação em plenário ocorreu dia 28 de abril de 2015, a segunda a ser votada conforme a ordem cronológica da pesquisa. Essa ação de priorizar as pautas que levantam interesses do meio empresarial foi repetida também na próxima pauta a ser discutida, proporcionando, assim, encaminhamentos rápidos quando se trata de interesses do campo empresarial.

Sandro Ari Miranda (2015), trouxe mais elementos para problematização da PL. Ele disse não se tratar apesar de uma fonte de informação para os consumidores, mas uma proposta sem base constitucional, para isto ele afirmou:

Tal proposta de Lei, além de carecer de constitucionalidade, pois ofende ao princípio da precaução, coloca em risco o meio ambiente, a saúde, e o próprio direito de escolha dos consumidores, na medida em que estas não podem mais optar por um produto contaminado por modificações genéticas ou por outro livre deste tipo de contaminação.

Miranda (2015) ainda acrescenta que este Projeto volta-se para realização dos interesses do lobby empresarial, “defendendo os interesses de ínfima minoria” e ao mesmo tempo coloca em risco a soberania ambiental, alimentar e de economia nacional.

A votação que ocorreu dia 28 de abril como votação relâmpago, pegando os ativistas e ambientalistas de surpresa, com expressa em matéria no justificando (2015). Ela corresponde a segunda pauta em ordem cronológica. O mesmo portal ainda traz dados das posições do Instituto Nacional do Câncer que crítica o uso de agrotóxicos no país por ocasionar diversos tipos de câncer.

Une-se ao argumento contra os malefícios do uso indiscriminado de agrotóxicos para uma proposta que negligencia o acesso a informação ao consumidor. Rosane Terra e Maria Paula Ferreira (2017), também trazem contribuições para o debate acerca do uso de alimentos transgênicos e do acesso a informação no símbolo de transgênico contido nas embalagens, resguardados pelo princípio da precaução.

Isto posto, resta demonstrado que a alteração quanto à rotulagem de produtos que contenham ou provenham de organismos geneticamente modificados representa um retrocesso, neste sentido, esta proposta só traria benefícios às grandes empresas multinacionais do setor agrícola que comercializam sementes transgênicas. (TERRA; FERREIRA, 2017, p. 1994)

Organizações da sociedade civil, como OAB e outras, se posicionaram contra a PL por inúmeros problemas já apontados. Mesmo assim foi aprovada em votação relâmpago, de forma que precisou da atuação do Cunha para que ocorresse de forma rápida e pouco pública.



criaram arranjos de maior coerência dentro dos partidos e, assim, poucos canais de intermediação. Essa PL traz consigo reflexões mais ideológicas por parte dos partidos, além do lugar central que o *lobby* ocupou nesta pauta.

Esse grafo também nos permite verificar que muitos membros do principal partido da base do governo compuseram, em uma escala proporcionalmente menor quando comparado ao todo, uma agenda política aproximada à praticada por Cunha e seus aliados. Essa composição, mesmo em uma escala muito inferior, faz crer que, no seio da racionalidade governamental, há diversas variáveis que se comunicam e produzem parlamentares governistas e com orientação ideológica à esquerda, mas que, ao mesmo tempo, prestam serviços aos interesses do *lobby* rural, como é o caso da PL em questão.

Como podem notar, os partidos coesos na votação foram os chamados nanicos, exceto pela presença do DEM nesse grupo de partidos. Os parlamentares membros desses partidos orbitavam entre os interesses do governo e da oposição, tal como Cunha, mas nem todos estavam, em absoluto, fechados ao núcleo da rede de relações com o Cunha, tendo em vista que PTdoB e PRTB votaram ao lado dos interesses do governo nas pautas conservadoras.

Outro fato que cabe destaque e será mais explorado no tópico das lideranças se relaciona a posição do líder da bancada do PT que votou a favor do PL, contrariando os interesses dos demais da bancada. Torna-se, desta forma, o cenário mais turvo ainda para o entendimento. A atitude de incoerência do líder da bancada do PT abre prerrogativa para os parlamentares aliados irem de encontro aos interesses do governo e de sua base aliada, como pode-se notar nos grafos subsequentes, em uma estrutura cronológica.

Os grafos que explanam as temáticas relativas ao lobby tocam aspectos viscerais da política brasileira. Como apresentado no primeiro capítulo, Cunha assumiu que organizou o financiamento de mais uma centena de campanhas para deputados federais, financiamento esse feito por diversos setores do empresariado. Como verificaremos mais a frente, as práticas de financiamento surtem efeitos práticos na política. E a aprovação da PL dos transgênicos em votação relâmpago é mais uma confirmação. A notar que, como exposto no grafo, a maioria dos partidos tiveram parlamentares alinhados aos interesses do empresariado.



cluster consistente.

Por outro lado, Estados que se destacavam por manter uma postura menos acirrada na escolha das posições em relação as pautas apresentaram uma votação a qual expressou que os parlamentares organizados por seus Estados se mantiveram em uma situação de desacordo, isto é, não houve o que poderia também ser chamado de coesão entre a posição dos Estados: os parlamentares se comportaram de forma mais difusa, se comparado ao caso do PL do “Estatuto da Família”.

O cluster evidentemente destacado pela graduação de Grau de Saída teve quatro Estados, sendo Tocantins e Amazonas, com oito parlamentares cada Estado; Mato Grosso e Rondônia, com seis parlamentares em cada. Apenas dessa PL estar entre a segunda em ordem cronológica, tivemos a apresentação do Estado em 5 pautas diferentes, e os Estados do Tocantins e Amazonas revelam posturas orientadas a acordos com prática atribuída à grande metáfora que Eduardo Cunha configura nesta rede de relações.

No segundo grupo de Estados, encontram-se aqueles que se mantiveram mais tendenciosos ao voto a favor, com mais de 3/4 (três quartos) dos parlamentares a favor, mas não construíram uma postura coesa como no primeiro cluster. Entre eles estão Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rondônia Mato Grosso do Sul, Alagoas e o Distrito Federal.

No grupo apresentado acima, houve um importante destaque do Estado de Goiás, que teve mais de 93% (noventa e três por cento) dos seus deputados favoráveis ao PL em questão, Santa Catarina e o Rio Grande do Norte apresentaram uma pequena diferença percentual dos demais, com 88% (oitenta e oito por cento) e 87% (oitenta e sete por cento) dos seus deputados defendendo a PL, respectivamente. O Estado com menor expressão de participação foi o Distrito Federal, com 77% (setenta e sete por cento). Os outros Estados do cluster votaram com 85% (oitenta e cinco por cento) dos parlamentares a favor.

Há outro grupo de Estados que mantiveram tendência ao voto a favor da PL, mas através de uma postura mais dividida diante dois outros já apresentados. Foi um grupo com um grau de moderação maior em relação aos outros, com uma média de 2/3 (dois terços) dos deputados a favor, sendo o maior se comparado com todos

deste tópico. Estão no grupo, em ordem decrescente, os Estados do Ceará, com 73% (setenta e três por cento); Paraíba, com 72% (setenta e dois por cento); Pará, com 71% (setenta e um por cento); Minas Gerais, com 70% (setenta por cento); Paraná, com 69% (sessenta e nove por cento); Bahia, 67% (sessenta e sete por cento); Espírito Santo, 66% (sessenta e seis por cento); São Paulo, 64% (sessenta e quatro por cento), Rio Grande do Sul e Pernambuco, com participação de 62% (sessenta e dois por cento) cada; Rio de Janeiro, com 57% (cinquenta e sete por cento), no limite de membro desse grupo, com bem menos de 2/3 (dois por cento).

Os outros dois últimos grupos são significativamente menos povoados. O quarto deles consiste no dos parlamentares que votaram numericamente divididos entre a proposta de aprovação ou não, estando entre eles o Acre e o Amapá. No quinto grupo se encontram os Estados mais voltados ao voto de crítica, tendo Sergipe, com pouco menos de 58% (cinquenta e oito por cento) contra; e o Piauí, com pouco mais de 65% (sessenta e cinco por cento) contra.

Esse grafo reafirma os argumentos no sentido de que há as mais diversas demandas dentro do Brasil, representadas por aspectos regionais, na medida em que o cluster coeso vem situado em Estados em que a demanda do agronegócio e das bancadas ruralistas tendenciam a política de tal modo que não há abertura para a criação de graus de intermediação. Esta análise se reproduz nos dois primeiros grupos, se analisados em conjunto, porque compreendem uma faixa que começa em Santa Catarina e segue em um eixo, não somente regional, que passa por Goiás até chegar ao Estado do Amazonas. Nos dois clusters há exceção para o Rio Grande do Norte e Alagoas.

Embora, a considerar a ideia de que estamos no Poder do Fato<sup>21</sup>, um Estado plurinacional seja uma tendência da pesquisa, esta questão não pode ser fechada, porque, junto à análise a respeito da postura dos Estados, também se encontram os elementos do *lobby* na política, aqui representado pelo agenciamento por parte da bancada rural e do agronegócio. Como já tratado amplamente, a pesquisa não representa uma amostra probabilística que se reproduz de forma generalizada.

---

21 Para José Quadro de Magalhães o Poder de Fato está imbuído no conceito de poder constituinte que: “O poder constituinte originário tem sustentar-se nos diversos processos participativos expressos pelos movimentos sociais populares para além das instituições formais representativas (legislativo e executivo) ou não (judiciário)” (MAGALHÃES, 2015). O ensaio citado apresenta as diferenças entre Poder Constituinte e Poder Legislativo.

## 5.1.4 Grafo da votação por parlamentar

Figura 15: Relação dos Parlamentares no voto a respeito da “PL dos Transgênicos”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos parlamentares e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos parlamentares contra o projeto, os róseas são a favor.

**Figura 15** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação da chamada “PEC dos transgênicos”.

Entre os líderes de bancada citados nos demais tópicos e que votaram a favor do PL dos transgênicos estão Aguinaldo Ribeiro, do PP; Leonardo Picciani, do PMDB; Manoel Júnior, do PMDB; Arthur Lira, do PP; Aelton Freitas, do PR; Luis Tibé, do PTdoB; Baleia Rossi, do PMDB; Marco Feliciano, do PSC; Alfredo Kaefer, do PSD; e Rogério Rosso, do PSL. Destes sete partidos, cinco compunham a base do governo, com correligionários partidários ocupando pastas no governo.

Ao lado dos já citados também estavam a favor alguns líderes da mesa, como Beto Mansur, do PRB; Felipe Bornier, do PSD. Um dos líderes da oposição a favor do PL conseguiram destaque: Mendonça Filho, do DEM, que manteve todos os parlamentares do partido presentes no plenário a favor do Projeto. Carlos Sampaio e Imbassahy, do PSDB, votaram de acordo com a modularidade favorável ao PL, mas não foram suficientes para manter a coesão do PSDB.

As lideranças partidárias e de blocos que votaram a favor e que tensionaram o partido para votar de forma coesa foram Mendonça Filho, Leonardo Picciani, Bacelar, do PTN-BA e Luis Tibé. Os demais partidos que tiveram todos os seus parlamentares a favor, como PRP, PHS, PRTB e PSDC, ao lado do PTN e PTdoB, são pertencentes ao bloco de partidos nanicos que se denominaram por “centrão”, alguns com apenas dois parlamentares.

Bancadas partidárias que sempre ganham destaque e que têm, por meio de seus líderes, ligação com as bancadas setoriais, sobretudo a bancada ruralista, não foram contabilizados na votação do PL fomentado pelo *lobby* do agronegócio. Os votos de Genecias Noronha e Arthur Oliveira do SD não estavam contabilizados na lista de votação. Outro líder de bancada partidária com destaque na modularidade a favor foi José Guimarães, do PT - Ceará, que se posicionou à revelia do partido e dos correligionários presentes na votação.

A deputada Eliziane Gama (2015), do PPS do Maranhão apelou para os argumentos em defesa da continuação da obrigatoriedade do rótulo, destacando o Protocolo de Cartagena sobre Biodiversidade e a condição do Brasil como signatário. Percebe-se uma série de evidências lógicas para derrubada do PL. No entanto, as lideranças e parlamentares voltados a modularidade a favor do PL estavam mais voltados as orientações que sofriam dos grandes financiadores de campanha.

Lideranças de cerca de 14 partidos diferentes tomaram uma postura voltada a aprovação, mesmo sob os holofotes da opinião pública, como pode-se notar no grafo acima. Esse fato revela o peso e importância das empresas nas decisões da política.

Uma das primeiras PL a ser votadas, de acordo com a quota selecionada, acrescido ao de que Cunha colocou a votação numa condição de surpresa e pouco preparado dos movimentos ambientais e de articulações para se opor ao PL.

### 5.1.5 MP. 668/2015

A Medida Provisória de nº. 668 de 2015 foi votada dia 21 de maio de 2015. Foi enviada pelo Governo com o intuito de alterar as alíquotas de contribuição do PIS/PASEP e CONFINS. A MP buscava elevar as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre entrada de bens estrangeiros no território nacional, com uma conversão de 2,1% (dois vírgula um por cento) e 9,65% (nove vírgula sessenta e cinco por cento), respectivamente.

No interlúdio de apresentação e votação em plenário a Comissão Mista da MPV 668/2015 apresentou um Projeto de Lei de Conversão n. 6/2015, alterando a redação da medida provisória em questão. O portal da *Época Negócios* (2015) acrescenta que a MP apresentou vinte novos temas dentro do texto, sem conexão com a proposta original.

Para todos os efeitos, a MP voltada para alíquotas perdeu seu caráter ao longo do processo de votação, quando incorporados os chamados jabutis<sup>22</sup>. O principal e mais polêmico deles se referia à autorização para que o Legislativo realizasse parcerias público-privadas.

Essas parcerias público-privadas abriam terreno para construção de um *shopping-center*, orçado em R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), próximo da praça dos três poderes. Tal apêndice era de interesse de empresários da construção civil e de donos de franquias de *shopping-centers*. Apresenta-se, portanto, como uma pauta típica do *lobby*, mesmo que a princípio não fosse imbuída desse intuito. A jornalista Luana Lourenço (2015) apontou o encadeamento de jabutis nas MP provisórias e sua relação com o *lobby*.

Os investigadores que rastrearam as MPs objeto do lobby dos bancos liquidados afirmam que, na origem, o grande negócio era o Banco Nacional e a bilionária carteira de FCVS da instituição. Com o tempo, houve uma diversificação e passaram a atuar também visando a outros bancos. Num resumo, consideram que a MP 510 abriu a porta, a 627 a escancarou e nas medidas 668 e 675 tentaram eternizar os benefícios para antes e depois da liquidação dos bancos. (LOURENÇO, 2015)

---

<sup>22</sup> Jabutis, como já explicado, foi um conceito usado amplamente durante o ano de 2015 e tratava de apêndices no texto original da MP para acrescentar outras pautas. Esse conceito foi incorporado ao léxico do poder público e dos meios de comunicação. Aponta-se também que os jabutis estão ligados quase sempre a financiamento de empresas.

A MP teve mais de oitenta emendas que versavam desde a possibilidade de entidades do Sistema S como cessionárias indo até Emendas que visavam ao favorecimento ao empresário na recuperação judicial, assim como ao parcelamento de dívidas perante a Receita Federal. O conjunto da MP 668/2015 foi motivo de polêmica durante o mês de abril e maio de 2015, porque esta seguia os mesmos rumos da MP 665, que continha jabutis favorecendo planos de saúde e bancos.

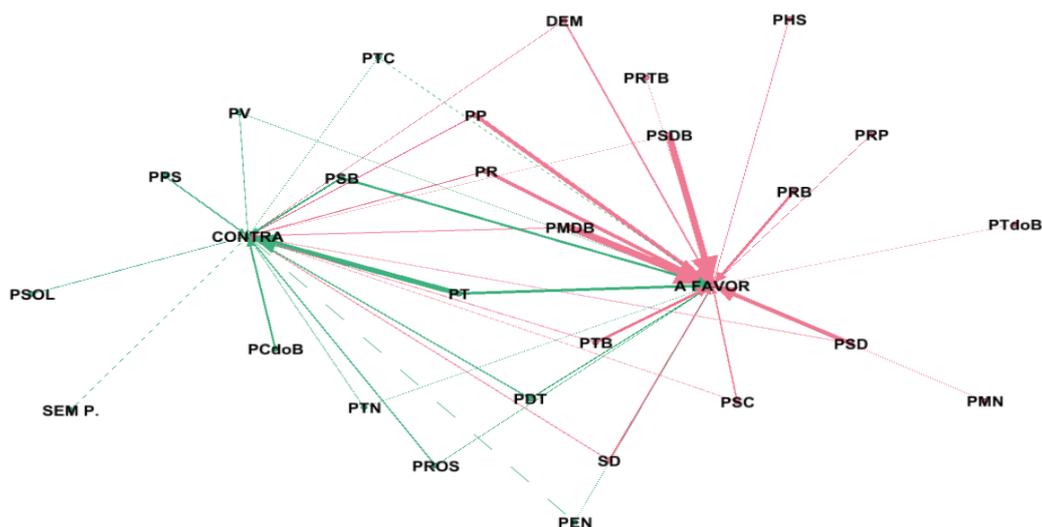
O relator da MP, o deputado Manoel Júnior, votou pela admissibilidade do conteúdo original, além das Emendas de nº 5, 40, 42, 45, 58, 82 e 84, incorporadas pelo PLC. O parecer foi recebido dia 6 de maio de 2015 e votado quinze dias depois em plenário. Esta MP corresponde à terceira pauta em ordem cronológica da pesquisa.

A redação da revista *Veja* (2015), explorou em matéria os artigos chamados de jabutis na MP em questão, citando a fala do senador Cássio Cunha Lima: “É uma verdadeira árvore de Natal, tantos são os penduricalhos que chegam nessa medida provisória”. A redação ainda frisou o empenho pessoal de Eduardo Cunha para viabilizar a PPP's na construção do *shopping* na Câmara que era uma de suas propostas de campanha.

A MP que visa a uma receita adicional, foi ironicamente, dará aval para um empreendimento que custará cerca de 1 bilhão de reais para construção, como pontuado na *Veja*. Desta forma, a MP que mobilizava interesses do governo em proteção das empresas nacional e maior arrecadação, vê a MP repleta de artigos de outras esferas, representante de interesses privados.

### 6.1.6 Grafo da votação por partido

Figura 16: Relação dos Partidos no voto a respeito da “MP da Liquidez”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos partidos e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos partidos contra o projeto, os róseos são a favor.

**Figura 16** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação da chamada “MP da Liquidez”.

Os grafos que representam as expressões dos partidos acerca da MP da Liquidez trazem à tona outras novas e pertinentes questões. Uma delas consiste nos aspectos de adesão potente de alguns grandes partidos na época, como o PSDB e PMDB, que, de acordo com a apresentação dos dados anteriores, não apresentavam tanto poder de centralidade.

Os quatro partidos com mais poder de decisão para o voto a favor foram: PMDB, com 51; PSDB, 45; PSD, 30; PP, 29. Eles se configuram no mesmo grupo de ação porque também pertencem à mesma modularidade. Três dos quatro partidos apresentados compõem a base do governo. A postura desse colegiado de partidos pode ser percebida em praticamente todos os grafos já apresentados, evidenciando-se mais no grafo acima porque a ação partidária nesta MP foi mais coesa.

Outro aspecto merecedor de particular atenção é a postura do PT, que, por

mais aproximado da modularidade da crítica à MP, ainda assim apresentou 21 votos a seu favor. Esse aspecto do grafo anuncia uma série de questões que envolvem desde a influência do financiamento empresarial dentro dos partidos até questões de coesão e disciplina partidária, tendo em vista que os outros 38 parlamentares votaram contra a MP, além dos que se abstiveram.

Para além da apresentação de questões específicas do grafo e dos partidos que funcionaram com a centralidade de autovetor, temos quatro grupos que podem ser tipificados através das mesmas semelhanças já apresentadas. No primeiro grupo estão PTdoB, PHS, PRTB, PRB, PRP e PMN, que se expressaram de forma isolada no grafo e apresentaram uma posição coesa dentro da modularidade favorável.

O segundo grupo traz os partidos agregados pela semelhança de estarem próximos da modularidade de adesão, mas não mantiveram votos coesos: PSC, PTB, DEM, PR, SD, PSB, PMDB, PP, PSDB e PSD, com destaque para os últimos quatro, como já relatado no início do tópico.

Na outra modularidade, encontram-se dois grupos tipificados sob os mesmos critérios, reorientados apenas pela modularidade. No primeiro grupo está o PDT, PT, PROS, PTC, PV, PEN, PPS e o PTN. Como também já citado, o PT não só teve papel de destaque nesta votação por ser o partido mais influente na votação na modularidade de crítica, como também a não coesão, que pode desvelar algumas das inferências já apontadas.

O quarto grupo tem como membro os partidos que se mantiveram coesos na votação com posição de crítica a MP. Entre eles o PCdoB, PPS, PSOL e um parlamentar que foi eleito pelo PSOL, mas restou qualificado como parlamentar sem partido por todo o ano estudado. O PSOL e o PCdoB vêm apresentando adesão coesa de crítica às práticas fomentadas por Cunha, exploradas ao longo dos tópicos.

Cabe lembrar que, embora esta seja a penúltima análise da postura dos partidos exploradas nesta pesquisa, a MP apresentada foi a segunda a ser votada na Casa Legislativa na ordem cronológica das pautas, e isto revela que, em alguma medida, Cunha já mobilizava diversos interesses dentro da sua práxis política, conquistando espaços até mesmo no partido que, poucos meses depois, passou a ser o seu principal adversário.



tiveram parlamentares mais orientados ao voto de crítica, com um importante destaque ao Amapá, Acre, Espírito Santo e Goiás, que se mantiveram em posição mais central na modularidade, de acordo com cálculo do programa que leva em conta muitas variáveis.

O terceiro grupo incorpora membros de ambas as modularidades, representadas por verde e rosa. O que há de substancial no terceiro grupo é que ele tem em si Estados com maior poder de decisão e que, mesmo em condições de decisões, mantiveram-se divididos proporcionalmente, isso de acordo com o volume de votos que cada modularidade teve. No grupo de Estados que conseguiram influenciar ambas as votações se encontram São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

O Estado do Rio de Janeiro se encontra deslocado de todos os grupos já anunciados porque teve uma posição singular diante dos demais: foi um Estado com votação muito expressiva pelo voto a favor da MP. No entanto, justamente por sua expressão singular, não se enquadrou no primeiro e terceiro tipo.

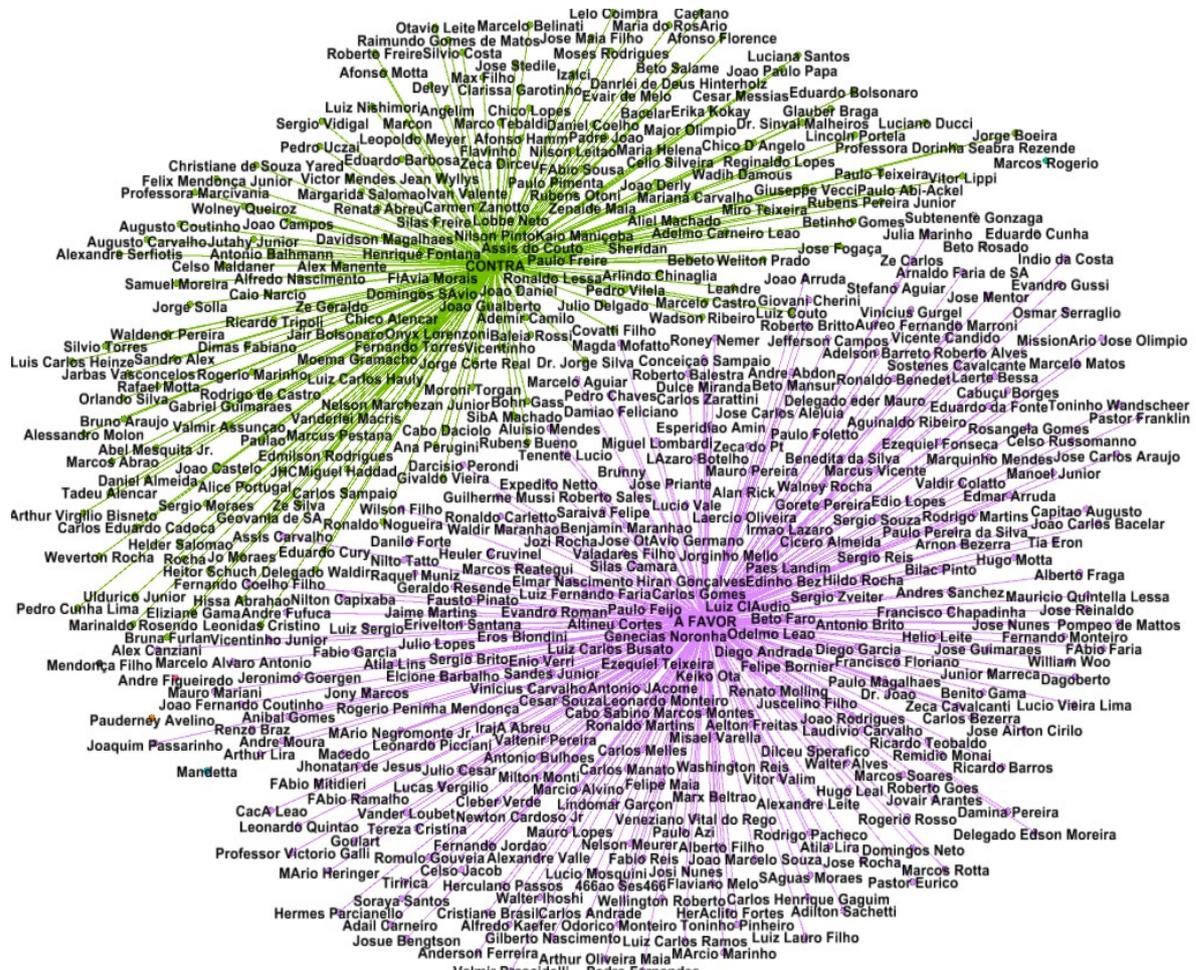
A expressão dos Estados, explorada no grafo da votação da MP 688/2015, mostra uma semelhança em a maioria das bancadas Estaduais. Isto se deve a pouca influência de interesses divergentes dos Estados na votação. Isto é, a MP não interfere em nenhuma questão prática na política empregada pelos Estados.

Por outro lado, os interesses para aprovação MP envolvem atores do governo e da oposição, como lideranças do governo e de partidos. Posto isto, podemos notar que o Estado de São Paulo que elegia uma bancada majoritária de oposição aos governos petistas desde a primeira eleição em 2002.

Eduardo Cunha foi ardil em sua negociação. Sabia que era prioridade do governo o aumento da arrecadação e, com isso, articulado a outros parlamentares pôs um universo de outras propostas anexadas, como se pode depreender no início dos dois tópicos. Ao colocar os dados em diálogo percebemos que grupo de lideranças que construía a MP estava sob a condição de negociar os outros interesses anexados no documento. Desta forma, a mobilização de diversos interesses é novamente movimentada na prática empenhada por Cunha.

### 5.1.8 Grafo da votação por parlamentar

Figura 18: Relação dos parlamentares no voto a respeito da “MP da Liquidez”



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos parlamentares e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos parlamentares contra o projeto, os róseas são a favor.

**Figura 18** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação da chamada “MP da Liquidez”.

Muitos dos quadros de destaque citados nos tópicos anteriores se repetem na votação da Medida Provisória 668/2015, entre eles estão Aginaldo Ribeiro, PP; Leonardo Picciani, PMDB; Arthur Oliveira, SD; Beto Mansur, PRB; Felipe Bornier, PSD; Manoel Júnior, PMDB; Arthur Lira, PP; Waldir Maranhão, PP; e André Moura, PSC. A maioria destes, como apresentado, compõe a mesa diretora do plenário, como também faz parte da base aliada do Governo.

Diferente dos demais tópicos, no qual havia posições ativas dos partidos de

oposição nas votações, esse confere uma imagem mais diversa, na qual alguns parlamentares tanto membros do PT como do PSDB votaram na modularidade a favor, o que não significou uma posição majoritária do partido. Quadros como Mendonça Filho e Imbassahy não investiram em nenhuma das alternativas, o que não levou a majoritária dos partidos para a mesma posição. Por outro lado, o líder do PT, José Guimarães, votou novamente à revelia da maioria dos seus correligionários, desta vez com outros 13 deputados dos 59 presentes.

Outros líderes votaram aliados a Cunha na proposição da MP, que comportou alguns jabutis. São eles Júnior Marreca, PEN; Marco Feliciano, PSC; Alfredo Kaefer, PSL; Genecias Noronha, SD; Rogério Rosso, PSD. Diante dessa votação, o que se pode verificar é o poder de articulação por parte dos partidos pequenos, membros do “centrão”, que, aliados aos votos difusos de partidos grandes, tornou a aprovação da MP possível.

Diferentes lideranças de mais de 9 partidos, que perpassavam partidos do “centrão”, do governo e da oposição votaram a favor da aprovação da MP. Isso se deu, como já explanado, pelo colegiado e diversidades de demandas postas na medida.

O conflito entre parlamentares do mesmo partido, dos partidos com suas bases sociais foi uma especial tática empregada por Cunha em benefício próprio e de seus aliados. Esses eventos de conflito podem ser notados tanto nos grafos gerados na quota de pautas-bombas, quanto nas pautas do lobby. O fomento do conflito, por parte do Cunha, é uma explicação potente acerca dos aspectos de incoerência e não coesão partidária e a pouca fidelização dos partidos aliados para com o governo.

A pouca coesão dos partidos é um dos assuntos que mais repete nos grafos explorados na pesquisa. E não coesão foi consistentemente explorada por Cunha. O conflito se operava ao mesmo tempo em diversidade de esferas, como dos políticos para com a opinião pública, dos parlamentares com o governo, das bases internas dos próprios partidos e etc.

Esse evento confirma a exposição feita por Limongi(2015), na qual afirma que “Cunha negociava dos dois lados do balcão” e, acrescento, ganhava em ambos. O congregado de interesses das mais diversas estirpes funciona como uma grande vitrine da política praticada por Cunha.

### 5.1.9 Aspectos centrais da rede relacionada a pautas do lobby

A base parlamentar do Cunha nas pautas voltadas ao lobby é diferente das demais porque perpassa outro universo de interesses. É uma das camadas mais profundas da política.

Esta base não está a serviço da promoção do Cunha como quadro, mas o fez na medida em que fomentou a prática. Manoel Santos, Mariana Silva, Dalson Figueiredo, Enivaldo Rocha (2015), afirmam que: “pressão de interesses privados sobre instituições governamentais para influenciar as decisões públicas é um tema canônico na ciência política.” (SANTOS; SILVA; FIGUEIREDO; ROCHA, 2015, p. 40)

A influência das empresas financiadoras de campanha na política é um dado há muito tempo explorado, contudo as conclusões não levam ao mesmo ponto. Diferentes pesquisadores interpretam este fenômeno por óticas distintas, para tanto, analisamos a relação das empresas financiadoras de campanha e sua intervenção na política do ponto de vista explorado por George Stinger (1971). Stinger (1971) entende que os interesses públicos podem ser desconsiderados através de capturas materialistas e não materialistas vindas do setor privado.

Com isso, entendemos que Cunha mobilizou, nas duas pautas citadas, sobretudo na “PL dos transgênicos”, as orientações inerentes a captura materialista para fortalecer sua prática e manter seu status de político que consegue operar dentro dessa distorção do Estado.

Nas pesquisas da ciência política a respeito da relação dos políticos com as empresas podemos verificar que, segundo levantamento feito em 2009, as pesquisas entendem que o comportamento do legislativo é influenciado pelas contribuições de campanha. Verifica-se que:

Segundo levantamento de Figueiredo Filho (2009), 60,5% da produção encontra efeitos estatisticamente significativos das contribuições de campanha sobre o comportamento legislativo, totalizando 23 artigos. No outro oposto, destaca-se que cerca de 23,7% da produção não encontra resultados significativos de que as doações de campanha feitas por grupos de interesse influenciam o comportamento parlamentar. (SANTOS; SILVA; FIGUEIREDO; ROCHA, 2015, p. 40)

O dado levantado por Figueiredo reafirma a tendência de sucesso dos empreendimentos que o lobby empresarial traz para o exercício legislativo. Essa força das empresas no comportamento do legislativo pode ser notada em uma diversidade de partidos e lideranças.

Dentro do núcleo de partidos que mais se repetiram nos clusters dos orientados ao voto a favor, estão o: PRP, PHS, PTdoB, PMN, PRTB. Ao lado deles, mas envoltos de menos coesão interna estão partidos maiores, tais: PMDB, PSD, PP, PR, PSDB e DEM.

A postura dos Estados para com a quota por nome de “pautas do lobby” foi bastante diferente de uma para outra, quando comparado. Isto porque uma das pautas se voltava para interesses da bancada ruralista que fortemente representada por alguns Estados, enquanto a MP de Liquidez não surtia efeitos grandes na vida prática dos envolvidos. A segunda pauta, no entanto, toca pontos sensíveis na medida em que reafirma que o capital político do Eduardo Cunha atravessava as fronteiras do próprio Estado.

As lideranças que ocupavam espaços de destaque no partido e que votaram a favor nas duas pautas da quota representante do lobby empresarial. Entre eles estão: Aguinaldo Ribeiro, PP; Leonardo Picciani, PMDB; Arthur Oliveira, SD; Beto Mansur, PRB; Felipe Bornier, PSD; Manoel Júnior, PMDB; Arthur Lira, PP; José Guimarães, Marco Feliciano, PSC; Alfredo Kaefer, PSL; Genecias Noronha, SD; Rogério Rosso.

Os parlamentares apontados acima são de diferentes orientações e bancadas, como também tinha uma base social diferente, um dos exemplos é o caso do Marco Feliciano e José Guimarães. A este respeito, no entanto, a pesquisa não conclui que o Cunha aproximada a sua rede de relações diversos deputados de todas as orientações, isto porque Cunha recebia graves críticas de setores a esquerda da política. A pesquisa reflete que a capacidade de lastro e mobilizações de diferentes interesses que eram articulados pelo Cunha.

Essa mobilização de interesses diferentes que contribuía para as escolhas e decisões no comportamento legislativo foram sedimentando uma crítica ao presidencialismo de coalizão e ao mesmo tempo gerando espaços para novos modelos.

## 5.2 PAUTA DO IMPEACHMENT

### 5.2.1 DCR PARA O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Uma significativa pauta para análise é a Denúncia de Crime de Responsabilidade 1/2015, que corresponde à única votação e proposição analisada acerca do pedido de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. A DCR em questão foi produzida pelos advogados Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior, Janaína Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira.

A partir da leitura do texto da denúncia, torna-se visível a preocupação de seus autores em pontuar casos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Diversas vezes no decorrer do texto é nítido que o tema circunscrito à Operação Lava Jato se reveste como o grande motivo da peça.

O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL. O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; sugere que se arrefeçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder. (BICUDO; REALE; PASCHOAL; PEREIRA, 2015)

No entanto, é sabido por todos que a DCR em questão se refere a uma denúncia voltada à penalização do servidor público pela infração de normas da Lei Complementar 101/2000, conhecida popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal. Os autores da DCR à instauração do pedido de *impeachment*, mas com a ressalva de ter sido um crime por omissão, isto é, culposo.

A DCR ao lado do pedido de impeachment não foi consenso entre os juristas e o meio acadêmico. O jurista Dalmo Dallari apontou que na denúncia não havia consistência jurídica. Em uma entrevista para BBC Dallari afirma:

As pedaladas não caracterizam o crime de responsabilidade fiscal porque não houve qualquer prejuízo para o erário. As pedaladas configuram um artifício contábil, mas o dinheiro não sai dos cofres públicos, então não ficam caracterizados os crimes de apropriação indébita ou desvio de recursos. (DALMO DALLARI apud MENDONÇA; PUFF, 2015)

Por outro lado, os autores seguem a linha de crítica a esta posição,

apontando o caráter doloso dentro do crime de responsabilidade fiscal, uma vez que Dilma Rousseff se trata de política com formação em economia, e também por ocupar o cargo eletivo de Presidente da República. O texto ainda discrimina que não fora cometido apenas o crime contra a LRF, mas também crimes comuns que atentam contra a fé e as finanças públicas.

Mariane Campos e Viviane Cardoso analisam o processo de impeachment da ex-presidente Dilma sob as influências do enquadramento noticioso da Folha de São Paulo. As pesquisadoras apresentam o conceito de “simbiose tencionada” do cientista Luís Felipe Miguel, que busca explicar a relação de influência da mídia na construção e consequente visibilidade do capital político.

A partir do momento em que o indivíduo com alta visibilidade midiática pode conquistar cargos mais elevados na carreira política, a mídia torna-se uma fonte de capital político. O autor nomeia essa relação complexa entre mídia e política como “simbiose tencionada”. (CAMPOS; CARDOSO, 2017, pag. 4)

Essa categoria usada por Miguel (2005) gera subsídios para entender as interferências da opinião pública gestada pela mídia na construção do processo de *impeachment*, bem como o fato de que o capital político fomentado pelos meios de comunicação abrem espaços para novos quadros da política, além de colaborar na publicização de algumas pautas no Congresso, como as já citadas no primeiro capítulo, demandas oriundas da onda conservadora.

De acordo com Campos e Cardoso (2017), o jornal a Folha de S. Paulo produziu também um discurso semiótico voltado à estrutura psicológica da presidente durante a cassação de seu mandato. Face a tais matérias, percebe-se que a imagem de Dilma assoma fragilizada e desgastada diante do *impeachment*, assim como a de seu governo, já que o jornal reforçava que a oposição está forte. (CAMPOS; CARDOSO, 2017, p. 4)

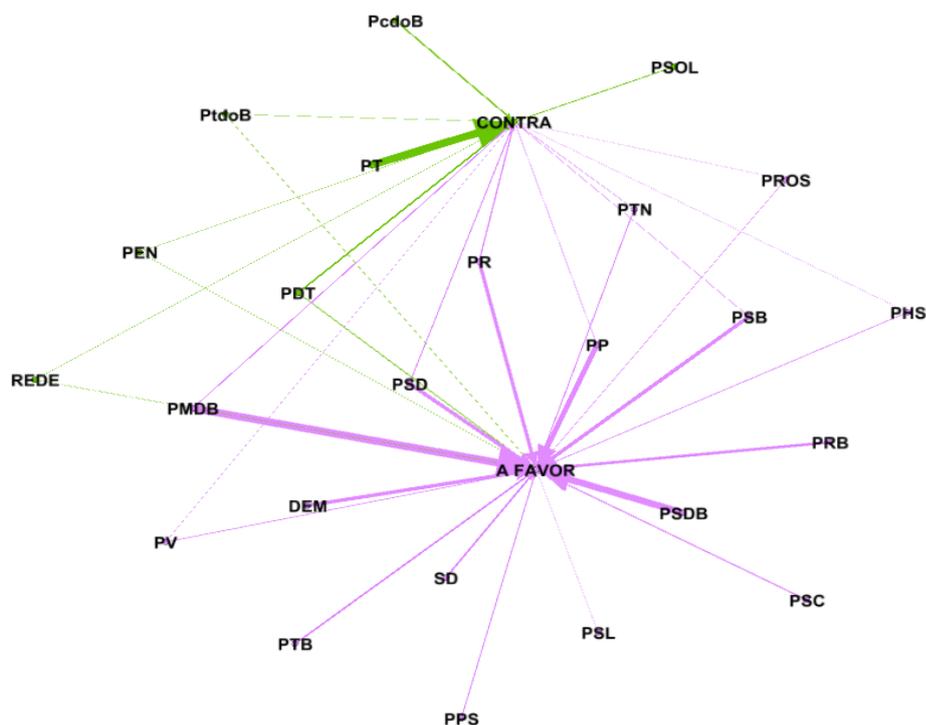
O deputado Jovair Arantes, na condição de relator da Comissão Especial para oferecer parecer acerca da DCR, apresenta-o favorável, atendo-se ao longo do seu relatório aos dispositivos jurídicos suscitados pelos denunciantes. Acrescentou: “existem outras questões de elevada gravidade, apresentadas na Denúncia, e que o Senado Federal, no exercício de sua competência de proceder a novo juízo de admissibilidade para instauração ou não do processo [...]” (ARANTES, 2016).

No que tange às “outras questões de elevada gravidade”, o relator se volta ao

conteúdo da DCR que, ao longo das primeiras dezenas de páginas, ostenta uma árdua apresentação de argumentos voltados à crise política, econômica e “moral” vividas durante o governo Dilma. O relatório, embora mais orientado aos fatos da denúncia, também volta sua percepção para o chamado “conjunto da obra”. O relatório foi apresentado dia 06 de abril de 2016, votado dia 11 na Comissão e votado seis dias depois.

### 5.2.2 Grafo da votação por partido

Figura 19: Relação dos partidos no voto acerca do *Impeachment* de 2016



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos partidos e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos partidos contra o projeto, os de cor lilás são a favor.

**Figura 19** – Grafo da posição dos partidos em relação a votação do Impeachment ocorrido em 2016.

A rede que agrega dados acerca do comportamento dos partidos em relação ao Impeachment da ex-Presidente Dilma tem densidade menor do que as apresentadas nos grafos referentes às Propostas e Projetos classificados como pauta do *lobby*. Dos 24 partidos que participaram da votação apenas 13 deles tiveram uma postura de conexão com as ambas as propostas.

Apresenta-se, então, um grau relativamente alto de coesão partidária, motivados também pela disciplina partidária, tendo em vista que, poucos meses antes da votação, vários dos partidos coesos neste grafo participavam na base do Governo. Considera-se também que a modularidade de crítica à pauta, neste caso o qual reúne os partidos que expressaram maior oposição à DCR, teve uma redução de número de partidos componentes, uma vez comparado com os demais grafos.

Essa redução de partidos membros de modularidade de crítica da política fomentada pela rede de relações de Cunha representa a culminância desse longo processo de conflito entre o Legislativo e o governo Dilma. Contudo, como podemos averiguar, esse processo de ruptura da base aliada do governo não experimentou uma ordem linear em se tratando de uma organização dos fatos de forma cronológica. Por exemplo, a PEC da Bengala que significa a primeira pauta nesta pesquisa aponta que a modularidade de crítica não estava preenchida de partidos da base do governo.

Entre os partidos com todos parlamentares coesos e orientados ao voto a favor estão: PSDB, SD, PPS, PSL, PTB, PSC, PRB, DEM. Com destaque para o PSDB que além de ter sido o partido com maior expressão dentro do cluster também foi a primeira vez, dentro da amostra, que expressou a coesão de todos<sup>23</sup> os parlamentares no voto em oposição ao governo. O segundo grupo tem como componentes o PV, PMDB, PSD, PR, PP, PTN, PSB, PROS e PHS, na condição de partidos pertencentes à modularidade que representa o voto favor da DCR, mas que não foram coesos dentro do partido e abriram diálogo com a outra modularidade.

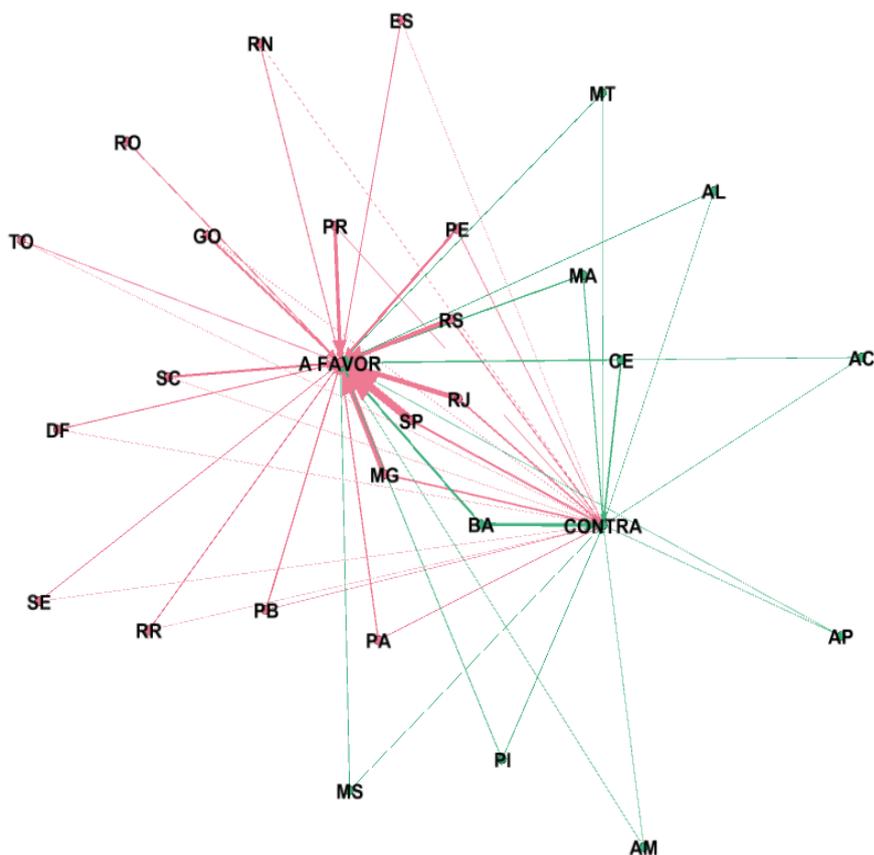
O PTdoB, PEN, REDE e PDT formam o terceiro grupo, correspondendo ao grupo de partidos que estavam mais orientados à crítica à DCR, mas não se mantiveram coesos. Na mesma perspectiva de adesão à crítica se encontra o quarto grupo, que corresponde ao PT, PCdoB e PSOL, que continuaram com coesão entre seus parlamentos. Cabe destacar o PT como vetor de centralidade.

Na configuração dos canais de intermediação estão o PROS, PTN, PR e PDT, sendo os dois últimos os partidos com maior peso na votação dentro do grupo de intermediação. A centralidade de intermediação significa: “Em uma rede de coautoria, um autor com alto valor de centralidade de intermediação indica que um número significativo das parcerias estabelecidas na rede envolve, de forma direta ou indireta, as publicações relacionadas a esse ator.” (SOUZA; BARBASTEFANO; LIMA, 2012). Com isso, os canais de intermediação cumprem a tarefa de unir polos diferentes, e são o melhor meio de diálogo entre partes diferentes, de acordo com a ARS. O PR e PDT tinham a potência de serem importantes ferramentas no arranjo dessa votação.

<sup>23</sup> Cabe lembrar que a pesquisa só quantificou o voto contra e a favor, ignorando os ausentes e quem se absteve. Por isso, ao tratar o todo a pesquisa se refere ao todo dos que tomaram uma posição de adesão ou negação declarada.

### 5.2.3 Grafo da votação por Estado

Figura 20: Relação dos Estados no voto acerca do Impeachment de 2016



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos Estados e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos Estados contra o projeto, os róseas são a favor.

**Figura 20** – Grafo da posição dos Estados em relação a votação do Impeachment ocorrido em 2016.

O primeiro grupo diz respeito aos Estados que tiveram acima de 75% (setenta e cinco por cento) de seus parlamentares votando a favor da cassação do mandato, sendo eles Rondônia, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Roraima, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, em ordem decrescente de representação proporcional dos votos.

Estados como Rondônia e Goiás tiveram sua bancada representada em 100% (cem por cento) e 93% (noventa e três por cento), respectivamente, mas não se

encontram como autovetor da modularidade em virtude do tamanho da bancada, quando comparada à de São Paulo, que teve 81% (oitenta e um por cento) de votos a favor e, somados, totalizam 56 votos, ou seja, a votação mais expressiva entre todas as elencadas.

O segundo grupo de Estados trata daqueles que aderiram, mas não em uma representação acima de  $2/3$  (dois terços): Pará, Paraíba, Sergipe e Tocantins. Esse grupo é representado na periferia do grafo, longe da centralidade de proximidade. Outros Estados que tiveram mais de  $2/3$  (dois terços) dos votos voltados à modularidade a favor também estão no limite do grafo. Isto se dá, no entanto, por uma pequena bancada na Câmara.

O terceiro grupo é representado por toda modularidade de crítica, isto porque não foi encontrado nenhum ponto de inclinação de um grupo para além da própria modularidade no grafo. Nesta modularidade se encontram Bahia, Maranhão, Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí, Amapá, Amazonas, Acre, Alagoas e Mato Grosso. Destaca-se nesse grupo os Estados da Bahia e do Ceará que conseguiram manter acima de 55% (cinquenta e cinco por cento) de seus votos na própria modularidade, além do Amazonas e Amapá, com 57% (cinquenta e sete por cento) cada.

O grupo representado pela terceira modularidade também apresenta um dado importante porque esses foram os Estados os quais, em meio a um cálculo que leva em consideração a proporção interna dos Estados e a forma como eles contribuíram na modularidade com base na proporção da própria modularidade, produziram um grafo com uma modularidade que incorpora Estados como Alagoas, com apenas 34% (trinta e quatro por cento) da sua população de deputados que aderiram à crítica, mas que se encontra, não obstante, na modularidade.

O dado levantado no terceiro grupo é relevante porque traz questionamentos acerca da potência dos governadores para com os acordos com as próprias bancadas, tendo em vista que o Estado do Piauí e Maranhão, por exemplo, eram governados por partidos do centro do governo. Além desse questionamento, há também o fato de que houve uma imobilidade de respostas por parte do governo para construir uma frente de defesa. É alarmante constatar que um governo que tinha na sua base cerca de 15 governadores eleitos em 2014 tenha levado pouco mais de 26% (vinte e seis por cento) do seu capital para se reestruturar diante de

uma crise, tendo no voto de crítica à DCR apenas quatro Estados aderindo com mais de 50% (cinquenta por cento) de suas bancadas.

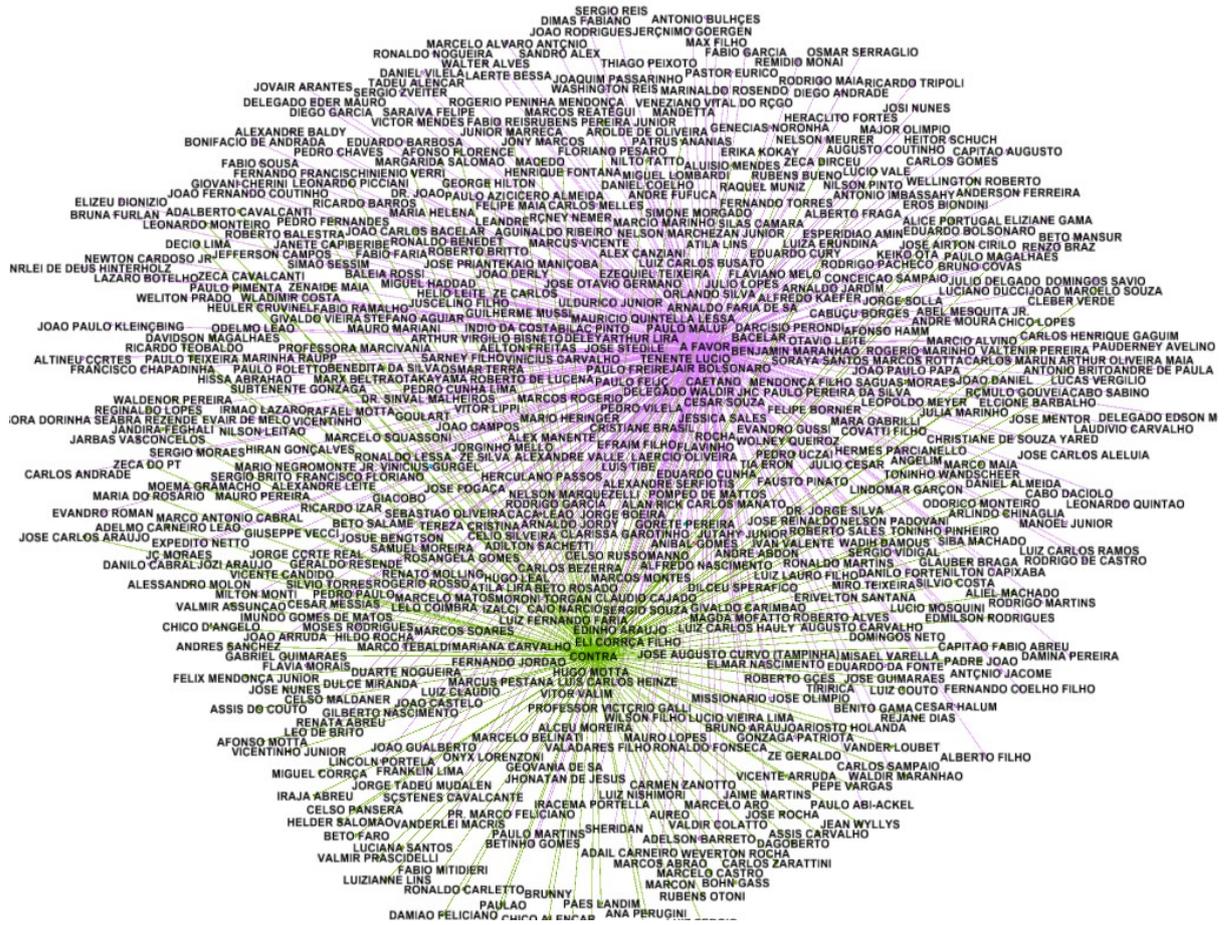
Os Estados apresentaram um grafo com alta densidade, porque quase todos eles estão envolvidos nas duas modularidades apresentadas, exceto Rondônia. É possível perceber que dentro da modularidade de crítica estão apenas Bahia, Ceará e Maranhão com maior centralidade de proximidade.

Os demais Estados mais orientados ao voto no módulo da crítica à DCR apresentam pouco peso na modularidade e um certo grau de indefinição entre as duas propostas, na medida em que estão com a mesma distância entre as duas propostas. Contudo, a expressão por parte dos três Estados citados acontece porque são eles os maiores dentro da modularidade, o que significa dizer que foram os que mais somaram votos; por outro lado, não afirma que estavam mais tendenciosos ao voto de crítica, como é o caso do Maranhão, que está na centralidade de proximidade, totalizando oito votos e representando apenas 44% (quarenta e quatro por cento) do total dos próprios votos na modularidade contra.

Desta forma, a leitura dos grupos do grafo não seguem a mesma perspectiva de interpretação de coesão e não coesão, mas foca na interpretação das proporções internas dos partidos no empenho da modularidade, isto é, os clusters serão organizados com base na porção de adesão do partido e não de acordo com o montante da modularidade, como acontece no cálculo para criação da centralidade de proximidade, sabendo que este cálculo evidencia os Estados com maior população.

## 5.2.4 Grafo da votação por parlamentar

Figura 21: Relação dos parlamentares no voto acerca do Impeachment



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do site da Câmara dos Deputados (Brasil, 2019). Os vértices estão representados pelos parlamentares e as conexões pela forma como votaram. Nós graduados por Modularity Class, distribuição por Force Atlas. Os nós verdes são dos parlamentares contra o projeto, os róseos são a favor.

**Figura 21** – Grafo da posição dos parlamentares em relação a votação do Impeachment ocorrido em 2016.

O último grafo, que corresponde a posição nominal dos parlamentares acerca do *impeachment* da ex-presidente Dilma, apresenta a reprodução de muitas posições que foram exploradas no tópico anterior. A imagem acima traz algumas confirmações a respeito das inferências realizadas ao longo dos capítulos, bem como demonstra o último de um arranjo de forças e práticas que foram produzidas no ano de 2015.

Nesse conjunto de forças elencadas ao longo da pesquisa houve confluências de muitas das lideranças dos partidos nanicos organizados no centrão; de importantes lideranças que mobilizavam as ações da oposição e na mesma composição, em grande medida, da majoritária de partidos unidos sob o nome de Blocão: PSC, PP, PDT, PROS, PMDB, PP, PR e SD, que começaram a se reunir levando a resposta de descontentamento dos parlamentares para com o governo Dilma, ainda em 2014, segundo Schreiber (2015).

Além das lideranças citadas, há outro fenômeno que perpassa a pesquisa: a presença do baixo clero. Os parlamentares do baixo clero estão distribuídos em diversos partidos, desde os nanicos até partidos médios componentes do “Blocão”. Eles foram influentes na construção do fazer político de Eduardo Cunha na condição de aliados importantes, votando na contramão, muitas vezes, da posição das lideranças e dos partidos. A respeito do baixo clero, Álvaro Moisés salienta:

“O baixo clero é formado por deputados sem grande presença parlamentar, mas numericamente é expressivo. Quando tem um líder que os agrega, acabam desempenhando um papel importante.” (José Álvaro Moisés apud Mariana Schreiber, 2015).

Cunha soube manejar os quadros membros do baixo clero os tornando fonte de expressividade do Congresso. Obviamente Eduardo Cunha, ao lado do baixo clero apenas, não teria realizado tantos empreendimentos políticos ao longo do ano como presidente da Câmara. Isto se deu também em função de uma atuação aproximada de membros de elites parlamentares dos partidos, bem como de ações que tolhiam as posturas de coesões dos partidos membros do governo, como aconteceu com o próprio PT.

Como se pode ver do último desenho, as reações do governo para com estes blocos paulatinamente formados foram sendo empenhadas, desmobilizando lideranças como Leonardo Picciani, do entorno de Cunha, para barrar o avanço desse conjunto de grupos. A resposta do Governo não chegou a tempo de impedir que os vários interesses e demandas reunidas se rearranjassem na condição de oposição.

Dentre os quadros citados continuamente nesta pesquisa, membros de

partidos nanicos organizados como centrão, líderes dos partidos de oposição e outras lideranças de partidos ex-aliados, como PP e PSD, tiveram em seus quadros a reprodução da mesma postura, como Aguinaldo Ribeiro, Fernando Giacobbo, Beto Mansur, Felipe Bornier (este, no íterim de 2015 à 2016 migrou do PSD para o PROS), Arthur Lira, André Moura, Mendonça Filho, Imbassahy, Carlos Sampaio, Marcelo Aro do PHS de Minas Gerais e Fernando Coelho, do PSB de Pernambuco.

Outros quadros pertencentes ao centrão e membros da mesa diretora, que, ao longo do ano 2015, se mostraram próximos à política praticada por Cunha, tomaram posições diferentes das que apresentavam ao longo das seis últimas pautas, a saber: Leonardo Picciani, Waldir Maranhão, Aelton Freitas, Domingos Neto e Júnior Marreca. Alguns destes se posicionaram inclusive contra a posição pública do partido.

Pode-se verificar nos dois grafos deste tópico que cerca de oito partidos tomaram posição coesa na construção do *impeachment*, além de uma profunda atuação por parte dos Estados governados por partidos de oposição. Outro fato relevante foi a posição declarada de partidos que se posicionavam ao lado do Governo, como PP, PMDB e PSD.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das relações sociais nesta pesquisa gerou abertura para entender como alguns conceitos teóricos foram manejados na prática. Eduardo Cunha tinha, desde eleito, um número significativo de deputados ao seu entorno, sobretudo por uma profunda relação com *lobby* e financiamento de campanha que o mesmo promoveu, como se pode verificar através das inúmeras denúncias nas quais foi indiciado. No entanto, grupo citado nas denúncias, apesar de grande, não era suficiente para alcançar tantos resultados como conseguiu.

De um ponto de vista egocentrado em Eduardo Cunha, como metáfora de sua própria rede, podemos notar que este mobilizou com destreza vários recursos do seu capital social. O recurso de centralidades de intermediação foi efetivo em sua práxis, dado que os capitais sociais individuais de cada membro de sua rede foram utilizados além dos limites partidários, chegando as bancadas setoriais e blocos, até envolver interesses estaduais e regionais.

Contudo, os conceitos de graus de intermediação, centralidade de autovetor, densidade, entre outros, formaram um meio adjacente para compreender quais elementos construíram a rede e como esta mobilizou eventos conjuntura nacional. Com isso, os conceitos da ARS completam o escopo da pesquisa como apêndice, não aproveitando as várias possibilidades que essas ferramentas possibilitam, como entender, por exemplo, os trânsitos de informações e as transferências de capitais.

A compreensão das redes de relações é importante que seja concatenada com explicações acerca de laços frágeis e fortes. Ambos os laços contribuem com seus próprios capitais sociais dentro das redes nas quais fazem parte. Nesta rede, analisada através de 07 (sete) pautas com uma amostra não probabilística, encontram-se 03 (três) variáveis que geram diversos caminhos para chegar aos pontos em comum.

Temos, na rede, cerca de 09 (nove) partidos com representação na Câmara Federal que interagiram, em larga escala, com as propostas fomentadas por Eduardo Cunha. Para chegar a essa inferência, entendemos que os partidos que mais repetiram posições ao lado de Cunha compuseram como laços importantes na

rede que incorpora essas sete pautas.

Dentre eles se encontram alguns partidos ditos “nanicos” e do baixo clero, além de outros com grande representação, que, na maioria das vezes, não se puseram de forma coesa ao lado da rede, mas se manteve com grande peso e como chave para aprovação da pauta.

Entre os partidos com maior adequação na soma de todas as pautas e com coesão em ambas estava o PRP; ao lado, mas não com completa coesão ficaram: DEM, PSDB, PSD e o PMDB (que, dentro do cálculo, foi o partido com menor representação); os demais que compõem a conta dos nove partidos foram: PP, PHS, PSC e SD, todos com um nome menor de adesão se comparado aos cinco primeiros.

É relevante apontar que este cálculo cria uma aproximação acerca das relações de Cunha, mas não se traduz na totalidade de práticas que ele empreendeu no Câmara. Serve, portanto, como fonte para diagnosticar que o seu grupo não corresponde tão somente ao PMDB ou partidos no baixo clero. Tal informação nos diz que a prática empreendida por Cunha transpassou uma diversidade de partidos, inclusive de oposição, embora nem todos os partidos, parlamentares e Estados estivessem ligados a Cunha como inspiração de liderança.

O universo de parlamentares participantes da 55ª Legislatura teve, pelo menos em alguma pauta, mais de 2/3 (dois terços) alinhados a práticas empreendidas por Cunha e isto aponta que a rede de relações deste era bem conectada em si, mas também nutria boas relações com diversos setores da Câmara. Somado a isso, aponta-se que as variáveis “partido”, “Estado” e “bancada setorial”, entre outras, são componentes importantes para determinação do voto de um parlamentar e não somente dos interesses de oposição/governo, partidos e orientação ideológica.

A pesquisa também aponta para o fato de que a tecelagem que construiu o conjunto de eventos do ano de 2015 tem, ao lado das variáveis apontadas no parágrafo anterior, um agenciamento de interesses os mais diversos, desde aqueles dos *lobbys* das bancadas até as bandeiras defendidas por parte da opinião pública. Logo, ao tratarmos de sete pautas da Câmara, elencadas na pesquisa, tocamos aspectos importantes dos eventos políticos no Brasil no ano de 2015 e 2016. Mesmo que não venha a refletir necessariamente o cenário político em sua inteireza, devido

ao tempo exíguo para a conclusão da pesquisa, este consegue alcançar questões de todo relevantes.

Sabíamos, de antemão, da provisoriedade do conhecimento na produção da pesquisa, bem como da sua parcialidade. Também entendíamos que os recursos da teoria da análise racional, alinhados à análise de rede social, provocam uma busca por delimitação do campo e de aspectos da pesquisa de tal forma que, para chegar a questões elementares, faz-se necessário deixar alguns assuntos importantes pelo caminho. Por isso, reafirmamos reiteradamente que a objetividade e rigor metodológico são metas para as quais se caminha. Todavia, tais elementos não se antepõem ao horizonte de buscas sob a forma de parcialidade.

Isso posto, diante das escolhas metodológicas realizadas, percebemos que, no conjunto de elementos mobilizados e fomentados por Cunha e seus aliados, alguns tiveram prioridade, enquanto outros foram preteridos na prática. Por exemplo, a rapidez nas votações das pautas do *lobby* (anunciadas nesta pesquisa) são perceptíveis quando comparadas à mobilização no entorno do Projeto de criação do Estatuto da Família.

A comparação reafirma a inferência de que houve um processo de instrumentalização do discurso conservador rente a práticas que se voltavam aos interesses dos financiadores de campanha e a questões mais objetivas da política. Essa instrumentalização, no entanto, não passou ao largo dos eventos: foi importante para que o discurso e a prática conservadores ganhassem cada vez mais espaço nas discussões públicas.

Ao lado de uma agenda de pautas conservadoras e pautas-bombas, estava um dos grandes empreendimentos para qual Cunha e seus aliados por ele financiados foram eleitos: as pautas do *lobby*. Entre estas, figuravam também a PEC do refrigerante, o *lobby* das Telecoms, através da crítica ao Marco Civil da internet, que, entre outros efeitos, produziu um redesenho no mapa de influências de Cunha, que lastreava chegando até o porte de lideranças petistas tradicionais.

Com isso, Cunha, mesmo não sendo o autor da maioria das pautas, torna-se um canal epicentral que realoca um grande número de forças ao seu entorno, assim como une elementos de práticas do presidencialismo de coalizão e de delegação, por seu canal estreito com algumas frentes parlamentares e bancadas setoriais. O

que se pode notar nos grafos organizados por parlamentares, cujos nomes, em sua maioria, estão ligados às FPE e à FSP e/ou bancadas rurais e empresariais.

Limongi (1998) distingue os conceitos de coesão partidária e disciplina partidária, apontando que a primeira se refere ao norte de ação dos parlamentares em conjunto, isto é, o grau de coesão só é grande quando os parlamentares tendem a manter graus de semelhança acentuados e votam em conjunto. Já a disciplina partidária diz respeito à capacidade do partido de impor a todos as decisões deliberadas, sob a condicionante de imposição de sanções em caso de desobediência ou dissidência

Limongi (1998) acrescenta que as elites parlamentares, citadas no segundo capítulo, têm poder de influenciar a disciplina partidária. Desta forma, ele desmonta os argumentos “caricaturais”, como chama, de que o presidencialismo de coalizão seria o próprio cerco de interesses individuais em conflito. Ainda nessa mesma ocasião, ele pontifica: “Vale recordar que parlamentares tem pequena influência sobre agenda de trabalho”. Essa inferência está baseada numa compreensão profunda de que elementos da disciplina partidária possibilitam a coesão partidária. Verificamos ao longo das sete pautas estudadas que muitos partidos apresentam um grau de coesão relevante. Há outras variáveis, contudo, principalmente as bancadas setoriais, que operam uma política programática dentro do Congresso.

Para além dessa dedução, é importante apontar outro acerto quanto à influência do parlamentar no todo. Constatou-se ao longo dos anos 90, 2000 e parte dos anos 2010, uma capacidade relativamente alta de centralização dos parlamentares por parte dos partidos e do governo. No entanto, este fato não se reproduziu ao longo de 2015 e 2016, e ele revela o que há de mais fundamental na ruptura do diálogo entre o Legislativo e o Executivo vividas no ano de presidência do Cunha.

Esse evento de crise foi fabricado sob as bases de uma rede de relações em que confluíam as mais diversas figuras, entre elas os políticos já ligados a Cunha por meio de financiamento de campanhas; a programática, de interesses de bancadas setoriais, como a ruralista, evangélica e as frentes de segurança pública e evangélica; havia ainda o intuito de endurecer as ações da oposição; a barganha por parte de políticos fisiologistas; os interesses ideológicos de setores também

representados pelas frentes. Eduardo Cunha aproveitou os discursos e demandas de uma parte considerável da opinião pública e aliou aos interesses aí identificados, produzindo uma impossibilidade de ações do governo para frear a crise e restaurar os padrões apontados por Limongi.

Esse movimento sociopolítico, aliado àquele orquestrado pelas empresas e o grande *lobby* promovido junto à Câmara, contribuiu para com um outro estado de práticas dentro do presidencialismo de coalizão, porque o debate sobre pautas conservadoras, em junção com pautas de interesses empresariais, possibilitaram uma adesão às pautas conservadoras de uma forma tal que não houve necessidade de se legislar sobre a família, a fim de que a ideia de família nuclear fosse acirradamente defendida por diversos setores da sociedade civil, enquanto uma atuação rápida e eficiente se desenrolava com vistas à efetivação de interesses empresariais, uma vez que PECs nesse sentido foram criadas e votadas no mesmo ano.

Ou seja, as discussões acerca das pautas conservadoras alcançaram efetividade direta ou indiretamente porque tiveram potência no debate público e permearam o campo da ação coletiva. Os interesses de determinado segmento de empresas privadas foram tomados como prioridade nas votações, e, de forma silenciosa, essa rede de relações também se agenciou em virtude de interesses pouco coletivos.

O rearranjo de forças no Legislativo, citado no último capítulo, aconteceu de tal maneira que resultados consolidados ao longo da Nova República viraram matéria de história, como a posição consolidada do PSDB e PMDB, enquanto membros da tríade de partidos expressivos ao lado do PT. Essa tríade, que se reproduziu desde as eleições de 1989 até a de 2014, deu lugar ao PP, PSD e PSL (partido com expressão nânica de sua fundação até 2018). Apenas o PT sobrou dentre as forças consolidadas na primeira eleição pós-redemocratização.

A produção desse rearranjo foi realizada através de uma mobilização de inúmeras variáveis que funcionaram através de mobilizações de demandas das bancadas setoriais, que, com respaldo de parte da opinião pública e de interesse de uma parcela significativa da população, conseguiu agitar pautas que foram adormecidas por décadas, como, por exemplo, a PEC da maioria penal.

Entre outras variáveis estavam as ações praticadas por Cunha para minar as proposições do governo. As pautas-bombas cumpriram a função de diminuir uma ação orgânica do governo para barrar a crise política e econômica já anunciada em 2014. Elas estavam voltadas ao estorvo das tentativas de contingenciamento das contas públicas por parte do Executivo; do mesmo modo, havia igualmente ações para impedir que a crise entre os três poderes fosse sanada. Esse bloco de pautas reuniu cerca de 19 (dezenove) propostas e projetos ao longo de 2015 e capitalizou lideranças e partidos da oposição para essa rede.

Para consolidação do momento vivido em 2016, oriundo de inúmeros esforços de Eduardo Cunha, notamos que este compreendeu o papel fundamental que o capital social exerce na política e que também se investiu em ações que abriam canais de diálogo e intermediação com vários setores da política. Ele mobilizou as mais diversas ações racionais voltadas a fins e as tensionou, ao lado de seus aliados, ao ponto de que algumas pautas ganharam autonomia na vida pública: um dos exemplos mais evidentes foi a crescente ascensão da onda conservadora a partir do ano de 2015.

De um lado, as pautas conservadoras conquistaram espaço por meio da adesão de uma parte significativa da população; do outro, o Estado efetivava medidas tomadas para contribuir com os desígnios empresariais, fazendo com que a política promovida por Eduardo Cunha instrumentalizasse as adesões ao seu discurso.

É no ponto citado acima onde se encontra o jogo dialético entre a instrumentalização que Cunha promoveu ao se vincular à igreja protestante e às suas demandas e, com este respaldo popular em parte, galgou rumo a interesses menos públicos. Cunha não empregou a mesma vitalidade em diversas pautas nas quais se empenhou.

A Câmara apresentou vigor, a partir das pautas estudadas, para com as PECs e PLs voltadas ao interesse do *lobby*. A produção e reprodução de demandas morais conseguiu mobilizar uma série de defesas das mesmas, na medida em que se tornavam mais publicizadas.

A compreensão do governo Bolsonaro, atualmente à frente do Executivo, de que as frentes parlamentares e as bancadas setoriais têm alguns indicativos de

sustentação quando os temas apresentam robustez ideológica, relação com as bandeiras das bancadas setoriais ou muita influência da opinião pública. Contudo, a hipótese do governo soa simplista, visto que pensar o presidencialismo de delegação como substituto para a centralidade dos partidos é desconsiderar o outro universo de pautas de interesse do governo, que dependem das votações no Congresso e, por consequência, da organização interna dos partidos.

A Folha de S. Paulo (2018) produziu uma pesquisa que aborda a coesão de ações dos deputados de acordo com os partidos e com as bancadas setoriais em comparativo; constatou que cerca de dez partidos mantêm uma postura de coesão maior do que nas bancadas setoriais mais poderosas. Tais dados levam em conta o total de votações realizados nos quatro anos do 55º mandato.

Limongi (1998) afirma que a leitura de um presidencialismo de coalizão caricaturalmente baseado apenas em trocas de favores compromete a compreensão a respeito da democracia e da atuação do Legislativo, pois, nessa perspectiva, as regras do jogo na democracia não são seguidas. Ler a política desta forma corrobora a afirmação mais ou menos esdrúxula de que não vivemos em uma democracia.

Percebe-se que, desde a constituinte até o ano de 2015, a relação entre o Executivo e Legislativo não sofreu grandes abalos, e o presidencialismo de coalizão conseguiu ser aplicado por acordo entre governos e partidos. É o que sobressai das pesquisas realizadas por Sérgio Abranches (1988), Fernando Limongi (1998) e Leonardo Avritzer (2015).

Com base nas afirmações feitas acerca do presidencialismo de coalizão ao longo da Nova República e nas inferências impressas nesta pesquisa, compreendemos que a fragilização das regras da democracia por meio de “jabutis” e manobras no Congresso, compondo lateralmente novos elementos do presidencialismo delegativo,<sup>24</sup> proporcionaram grandes rupturas em uma democracia de média intensidade.

A política brasileira operada ao longo do ano estudado passou, portanto, a funcionar com uma baixa intensidade democrática. A relação conflituosa entre o

---

<sup>24</sup> Segundo Limongi (2018), o presidencialismo delegativo é aquele no qual as relações entre o executivo e legislativo não são dadas por negociações entre partidos, mas se realiza por outras congregações, entre elas as frentes parlamentares e bancadas setoriais. O tipo delegativo é praticado pelo governo Bolsonaro.

Legislativo e Governo levou, assim, em menos de um ano do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, a uma situação política inoperável, tendo como uma das maiores consequências o golpe jurídico-parlamentar por ela sofrido.

O golpe teve o seguinte pano de fundo: um arranjo de forças do Legislativo e de parte da opinião pública poderia julgar o “conjunto da obra”<sup>25</sup>, referindo-se à crise política e econômica vivenciadas no referido segundo mandato de Dilma. Tal argumento, aliado às denúncias de crime de responsabilidade, assentaram a primeira camada do fenômeno *impeachment*.

É possível perceber que houve uma engenharia paulatinamente organizada para fabricação de uma crise<sup>26</sup>, ao tempo em que vão sendo descortinados na pesquisa, camada por camada. Vale ressaltar que a fabricação do conflito teve importantes contribuições dos grupos coesos ao Governo que, de forma lateral, contribuiu para ascensão de setores ao centro e à direita, além de, ainda no primeiro mandato, apresentar uma capacidade estreita de pensamento estratégico. Contudo, essa engenharia, associada ao conjunto de fatos citados, formou os componentes fundamentais do grande fenômeno político traduzidos em uma reunião de episódios ao longo do ano de 2015.

O fenômeno descrito e suas consequências desdobraram em diversos eventos da política brasileira, aprofundando os elementos de uma democracia de baixa intensidade e propiciando um conjunto de situações que põem em contradição a aplicação das regras do jogo democrático e as noções que construíram a Nova República.

Cunha, na comunhão dos seus laços frágeis e fortes, produziu uma conjuntura de interregno que impossibilita uma visão acerca das fronteiras que dividem um estado dito democrático de direito e um estado de exceção que conjuga forças diferentes no seu interior. É prematuro dizer que os elementos fundamentais do jogo democrático foram todos desfeitos ao longo de um quadriênio. É também

---

25 A frase “o conjunto da obra” foi usada repetidas vezes para justificar o impedimento através dos veículos midiáticos, nos portais dos movimentos sociais de direita, como MBL e em discursos como o do ex-presidente Fernando Collor e do ex-senador Cristovão Buarque durante a votação de impeachment no Senado.

26 O conteúdo que preenche a ideia de uma fabricação de crise está fundamentado no conceito intitulado “profecia autorrealizável”. O conceito foi cunhado pelo sociólogo Robert Merton, que para ele é: “Uma definição falsa da situação, que suscita um novo comportamento e assim faz com que a concepção originalmente falsa se torne verdadeira.”

insuficiente, entretanto, argumentar que alguns poucos elementos de uma democracia de baixa intensidade sustentam um regime democrático.

Neste interregno, os pactos firmados dentro do tecido social brasileiro estão sendo desfeitos ou aprofundados nas fissuras já comentadas anteriormente. O conservadorismo, elemento adjacente do golpe, galgou espaço central na política no pós-golpe. Ele perdeu o próprio carácter reativo que teve tradicionalmente ao longo da história do Brasil e passou a operar e decidir, enquanto agenda, de forma proativa, como se comprovou no caso da proposta de uma “escola sem partido”.

Há diversos fenômenos aliados a essa nova agenda propositiva. Desponta-se na política um movimento militante conservador: nos Estados Unidos da América, com Trump; na Espanha, com o partido Vox; na Alemanha, com o partido Alternativa para a Alemanha; na França, com a Frente Nacional; além do *Party Brexit* e de uma série de organizações que assomam mundo afora.

Os fomentadores do conservadorismo recorrem a argumentos típicos do senso comum, pertencentes a posturas tradicionalistas,<sup>27</sup> para alcançar arguição e incorporar espontaneamente uma parcela da população ao próprio movimento. Assim sendo, as ideias voltadas para o conservadorismo precedem ao movimento organizado, tendo fácil adesão quando adentram o debate público.

É relevante observar que o pensamento conservador se fortaleceu, em certa medida, através dos processos de ruptura dentro dos marcos da modernidade, sobretudo com rompimentos nos conceitos compreendidos em indivíduo/coletivo e público/privado<sup>28</sup>. A vida pública é, na presença de novas configurações, superdimensionada em relação à vida privada. Parte das concepções modernas sobre os assuntos do que é público e privado é suprimida. O universo privado é aberto ao público e, ao mesmo tempo, tornam-se de interesse público os assuntos privados. Temas como família, sexualidade, orientação ideológica etc. ganham primazia no debate público, em vez de temas como desemprego, desigualdade, fome, entre outros.

A ascensão do conservadorismo no Brasil é herdeira desse processo de

---

<sup>27</sup> Entende-se por tradicionalismo a compreensão apontada por Karl Mannheim (1987), na qual o “tradicionalismo é essencialmente uma dessas inclinações ocultas que cada indivíduo”.

<sup>28</sup> Essa hipótese será melhor abordada no referencial teórico, mas diante não diz respeito aos conceitos abordados por Richard Sennett no livro: “O declínio do homem público”, no qual trata sobre os aspectos da vida pública moderna.

convulsão de crises vivenciadas em meados da década de 2010. Em certa medida, os eventos ocorridos em 2015, como a publicização de pautas conservadoras, contribuíram diretamente para o crescimento da onda conservadora. Entretanto, é importante apontar que tal onda é sustentada pelo caráter de reação que se deve ao crescimento das demandas progressistas e de identidades, as quais, ao lado dos elementos autônomos e proativos da agenda conservadora, fizeram a sua composição.

Entender questões que envolvem o trato da onda conservadora nesta pesquisa se fez necessário porque ela foi obviamente um importante desdobramento dos fenômenos ocorridos ao redor da rede da relação do Cunha; e não aparece apenas como elemento conjuntural de uma eleição. Demandam-se, contudo, estudos exaustivos que abordem esta temática atrelada à atuação do poder público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANGHES, Sergio. **"O presidencialismo de coalizão"**. Dados. Revista de Ciências Sociais, v.31, n.1, 1988.

ABREU, Luiz Eduardo. **A troca das palavras e a troca das coisas. Política e linguagem no Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: SciELO, 2005.

AB'SÁBER, Tales A.M. **Cultura moderna e campo conservador no Brasil**. São Paulo: Unifesp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo, Editora HEDRA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Michel Temer e o fascismo comum**. São Paulo: Editora HEDRA, 2018.

ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

ADORNO, Theodor. W. **Ensaio de psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. **O Brasil de Bolsonaro**. Londres: London Review Books, 2019.

ALCÁNTARA, Manuel; FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: cono sur**. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

\_\_\_\_\_. **Partidos Políticos en América Latina: Precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros**. CIDOB edicions, 2004.

ALMEIDA, João Marques. **Os neo-conservadores e a pax americana**. Disponível em Acesso em: 18 set. 2005.

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

AQUINO, Jakson Alves de. **As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu.** Revista Humanidades e Ciências Sociais, 2000.

ARENDT, Hanna. **O que é Política?** São Paulo, SP: Bertand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **A dignidade da política.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

AVRITZER, **Leonardo.** **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2016.

BASTOS, M. T; RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. **Encontro e desencontros entre TAR e ARS: o laço fraco entre teoria e método.** Contemporanea (UFBA Online), 2014.

BARROS. A. Texeira. **O fio do tempo na tessitura do poder simbólico: passado, presente e futuro na efeméride dos 190 anos do Parlamento brasileiro** Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, 2014

BENEVIDES, Maria Victória. **Ai que saudade do MDB!** Lua Nova. v.3 no. 1 São Paulo, SP. 1986.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das "bases"**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1999.

BODART; C. Das Neves. **Teoria da Escolha Racional e Capital Social: aproximações produtivas na compreensão de dilemas da ação coletiva?** São Paulo, SP: Alabastro, 2014.

BORDIN, Andréa; gonçalves, Alexandre Leopoldo; TODESCO, José Leomar. **Análise da colaboração científica departamental através de redes de coautoria.** Belo Horizonte, MG: Perspectiva em Ciência da Informação, 2014.

BORGES NETO, J.M. **Um governo contraditório.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da religião**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Durée et simultanée. Paris: Quadrige/PUF, 1998.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Futuro da Democracia: uma defesa das regras do Jogo**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz Terra, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, 1989.

BORGES NETO, J.M. **Um governo contraditório**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 7 Letras, ano 6, n. 12.

BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao Poder?** São Paulo, SP: Editora UNICAMP, 2016.

CAMPOS, Mariane; CARDOSO, Viviane. **Impeachment: uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo**. Rio de Janeiro, RJ: Intercom, 2017.

COLEMAN, James. **Social Capital and the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology, 1988.

\_\_\_\_\_. **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. In: Conferência do mês do IEA-USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Editora Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sobre o populismo no Brasil**. CADERNOS DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA (USP), v. 1, p. 54-74, 2018.

CORTEZ, R. D. P.. **“Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário Eleitoral Brasileiro (1989-2006)”**. Tese de Doutorado, USP, 2009.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. São Paulo, SP: Zahar, 1980.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos** - Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Azul, 2012.

FAUSTO, Sergio. **“A que ponto chegamos: Da Constituição de 1988 à eleição de Jair Bolsonaro”**. Rio de Janeiro, RJ: Piauí, 2019.

FEREJOHN, John; PASQUINO. **A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL NA CIÊNCIA POLÍTICA: Conceitos de racionalidade em teoria política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2001.

FERES JÚNIOR, João. **Em defesa das valências: uma réplica**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19, 2016.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão de voto**. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1991.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, SP: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_; BECK, Ulrich; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **A arte de manipular a impressão**. In: **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno** - Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1988.

IERRUCI, Antonio Flávio. **“As bases da nova direita”**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 1987.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. São Paulo: UNESP, 2014.

HIGGINS, Silvio Segundo Salej; Silveira, Mariana Costa. **PERSPECTIVAS ANALÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA SOBRE A COOPERAÇÃO SOCIAL**. Belo Horizonte, MG: Psicologia Social, 2015

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil** - Companhia das Letras, 1995.

HOWARD; S. Becker (2008). **Outsiders**, Editora: Zahar, 2008.

KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo, SP: Boitempo, 2016

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

LIMONGI, F., CORTEZ, R.. **“As Eleições de 2010 e o quadro partidário”**. Novos Estudos: São Paulo, SP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. São Paulo, SP: CEBRAP, 2006.

\_\_\_\_\_. FIGUEIREDO, Argelina. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. São Paulo, SP: Lua Nova, 1998.

\_\_\_\_\_. **Apoio partidário no presidencialismo**. Rio de Janeiro, RJ: Monitor público, 1996.

LINS, A. E. **Evolução do cerimonial público brasileiro**. Brasília: Comunigraf, 2002.

LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. *erv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Revolta e Melancolia. O Romantismo na Contracorrente da Modernidade** - Coleção Marxismo e Literatura. Boitempo, 2015.

MEDEIROS, D.B., FREITAS, A.M., IZUMI, M.Y. **Coalizões e Comportamento Legislativo No Brasil (1988-2010)**. São Paulo, SP: USP, 2013.

MELO, Iran, **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Ano 05 n.11, 2009.

MELO, C. R., CÂMARA, R. **Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil**. Dados, 2012.

MELO, Paulo. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel**. Belo Horizonte, 2013.

MESSEMBERG, Débora. **A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural**. *Rev. Sociol. Polit.*, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ELITE PARLAMENTAR BRASILEIRA (1989-2004)**. ANPOCS, 2007.

MARIANO, Ricardo. **Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte, v. 43, p. 11-36, 2011.

MONTERO, Paula. **“Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil”**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e Resistência**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Mito e discurso político**. Campinas, Editora Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da política moderna: de Maquiavel a Hobbes**. Brasília, Editora UnB, 2015.

\_\_\_\_\_; BIROLI, Flávia. **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre, Zouk, 2017.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOACIR, Palmeira; BARREIRA, Cesar (org.). **Política no Brasil: visão de antropólogos** - Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumara, 2004.

MORAES, Filomeno. **Executivo e Legislativo no Brasil pós-constituente** - São Paulo, SP: São Paulo Perspec, 2001.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO Edgard de Assis (Org.). **Educação e complexidade: os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (1999), **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

MOTTA, R. P. S. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: EDUFOP, 1997.

MOURA, C. R. **O instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo sobre carreira e socialização**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

OSTERNE, M. do Socorro; BRASIL, M. Glauciria; ALMEIDA, Oliveira de Rosemary. **A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriade da realidade material e simbólica.** São Paulo: SciELO, 2013

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partidos: organização e poder nos partidos políticos** - Madri: Alianza Editorial, 1995.

PINHEIRO, Armando Castelar (org.). **Reforma do Judiciário - Problemas, desafios, perspectivas.** 2003.

POWER, T. J., ZUCCO, C. **“Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990- 2005: A research communication”**. Latin America Research Review, vol.44, n.1.

POWER, T. J.. **“Optimism, Pessimism, and Coalitional Presidentialism: Debating the Institutional Design of Brazilian Democracy”**. Bulletin of Latin American Research, Vol. 29, 2010.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio, FILHO, W. RAMOS (org). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru, SP: Canal 6, 2016

RANCIÉRE, Jacques. **O Ódio à Democracia.** Boitempo, 2014.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes para Mídia Social.** Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2015.

\_\_\_\_\_. **A conversação em rede.** Porto Alegre, RS: Sulina, 2012.

SADEK, Maria Tereza. **Judiciário: mudanças e reformas,** 2004.

SADER, Emir. **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma –** São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

SADER, Emir. **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** – São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

SAFATLE, Claudia; BORGES, João; OLIVEIRA, Ribamar. **Anatomia de um desastre**. Companhia das letras, 2016

SANTOS; Boaventura de Souza. **Reinventar a Democracia**, edição: Gradiva, abril de 1998.

SANTOS, F. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte,: Ed. UFMG, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro, FGV, 2017.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: Ed. UNB, 1976.

\_\_\_\_\_. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo, SP: Ática, 1994.

SCHWARSCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, J. **Social network analysis: a handbook**. London: SAGE Publications, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem cordial: As tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das Letra, 2013.

\_\_\_\_\_. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?** São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

TADVALD, Marcelo. **A REINVENÇÃO DO CONSERVADORISMO: OS EVANGÉLICOS E AS ELEIÇÕES FEDERAIS DE 2014**. Disponível em: Acesso em 15 de jan de 2019.

TATAGIBA, Luciana. **“Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2012-2016)”**.

WEBER, Max. **“Considerações intermediárias: rejeições religiosas do mundo e suas direções”**. In: Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**, v.1. Brasília, DF: Editora UnB, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia** - Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1971.

\_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Sociais** - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1992. 2v.

WEIL, Pierre; D'AMBROSIO, Ubiratan; CREMA, Roberto. **Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

BBC, Brasil. Do auge ao processo de cassação: a trajetória de poder de Cunha em 5 capítulos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36668191>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018.

BRITO, Adriano. Como o PMDB virou o partido mais poderoso do país. Disponível

em: <[http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160512\\_ascensao\\_pmdb\\_ab](http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160512_ascensao_pmdb_ab)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CÂMARA, Deputados dos. Proposta de Emenda Constitucional de n.º 443/2009. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=723563&filename=PEC+443/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=723563&filename=PEC+443/2009)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Proposta de Emenda Constitucional de n.º 171/1993. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Proposta de Emenda Constitucional de n.º 457/2005 . Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=298878>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Proposta de Medida Provisória 668/2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=944494>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Proposta de Emenda Constitucional de PL 6583/2013  
. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Proposta de Emenda Constitucional de n.º 4148/2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=412728>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Denúncia de Crime de Responsabilidade de n.º 1/2015. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória aumenta PIS e Cofins sobre importação. Disponível em: <<https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/165196801/medida-provisoria-aumenta-pis-e>>

[cofins-sobre-importacao](#) > Acesso em 28 de julho de 2019.

CALAZANS, Ricardo. Ascensão e queda de Eduardo Cunha, um dos políticos mais poderosos do país. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37347866>> Acesso em 17 de junho de 2018.

CARDOSO, Clarisse. Quando a misoginia pauta as críticas ao governo Dilma. 2016. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pautas-criticas-ao-governo-dilma>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CARTA CAPITAL. Governo Dilma é ruim ou péssimo para 69% dos brasileiros, diz Ibope. 2016. Disponível em: Acesso em: 07 jun. 2016 . Os protestos de 15 de março pelo Brasil. 2016. Disponível em: Acesso em: 08 jun. 2018.

CHAUÍ, Marilena. A zona cinza do conservadorismo. Portal do jornal GGN. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/cultura/clone-de-a-zona-cinza-do-conservadorismo/>>. Acesso 10 de setembro de 2019.

DUARTE, Fernando. Crise política derruba Brasil para sua pior posição em ranking de qualidade democrática. 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120\\_ranking\\_democracia\\_brasil\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_ranking_democracia_brasil_fd)> Acesso em: 07 jun. 2019.

EBC. PEC da AGU. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/pec-da-agu>> Acesso em 21 de maio de 2019.

NEGÓCIOS, Época. Deputados rejeitam mudanças no texto da MP 668. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/amp/Informacao/Acao/noticia/2015/05/deputados-rejeitam-mudancas-no-texto-da-mp-668.html>> Acesso em 03 de outubro de 2018.

INFOMONEY. Banco foi beneficiado com “jabutis” de Jucá e Cunha em Medidas Provisórias. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/banco-foi-beneficiado-com-jabutisde-juca-e-cunha-em-medidas-provisorias-diz-g1/>> Acesso em 13 de julho de 2019.

GONÇALVES, J. B. Amostragem: conceitos básicos. 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAVCsAA/amostragem>> Acesso em: 20 maio 2018.

JOSENIO, Parente. Eduardo Cunha e o espectro do Impeachment da Dilma. Disponível em: <<http://segundaopinio.jor.br/eduardo-cunha-e-o-espectro-do-impeachment-de-dilma/>> Acesso em 10 dez. 2017.

JOSENIO, Parente. Os partidos políticos estão no olho do furacão. Disponível em: <<http://segundaopinio.jor.br/os-partidos-politicos-estao-no-olho-do-furacao/>> Acesso em 12 dez. 2017.

JOSENIO, Parente. O PMDB e a governabilidade no presidencialismo de coalizão. <<http://segundaopinio.jor.br/o-pmdb-e-a-governabilidade-no-presidencialismo-de-coalizao-por-josenio-parente/>> Acesso em 13 dez. 2017

Justiça Eleitoral. Divulgação dos resultados das eleições. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/votacao-totalizacao-e-divulgacao-das-eleicoes/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes>> acesso: junho e junho de 2017.

LIMONGI, Fernando. Nasce o presidencialismo de Coalizão. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/congresso/nasce-o-presidencialismo-de-delegacao-por-fernando-limongi/>> acesso: 12 novembro de 2019.

MAGALHÃES, J. L. Quadros. O Estado Plurinacional e o novo constitucionalismo latino americano. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41254/o-estado-plurinacional-e-o-novo-constitucionalismo-latino-americano>> Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

MENDONÇA, Renata; PUFF, Jerferson. Duas visões: juristas contra e a favor avaliam pedido de impeachment. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_impeachment\\_2visoes\\_juristas\\_jp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_impeachment_2visoes_juristas_jp)> Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. UMA DEMOCRACIA ESQUÁLIDA: a teoria de Anthony Downs (2002). Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6496/19869>> Acesso em 05 de janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo do Brasil com o FMI, 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MOREIRA, Rafael. O PMDB e a crise política. Disponível em: <<https://ogusmao.com/2016/04/11/o-pmdb-e-a-crise-politica/>> acesso: 23 de maio de 2017.

NASSIF, Luis. Para entender o fenômeno Eduardo Cunha, 2015. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/coluna-economica/para-entender-o-fenomeno-eduardo-cunha/>> Acesso: 12 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Xadrez de como Bolsonaro herdou a rede neopentecostal de Eduardo Cunha. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-da-logica-economica-e-politica-dos-neopentecostais-por-luis-nassif/>> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Cunha admite ter financiado 60 deputados antes de presidir Câmara e derrubar Dilma. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/cunha-admite-ter-financiado-60-deputados-antes-de-presidir-camara-e-derrubar-dilma/>> Acesso em 17 de janeiro de 2020

\_\_\_\_\_. A marcha da insensatez da mídia com Eduardo Cunha. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/luis-nassif-marcha-da-insensatez-da-midia-com-eduardo-cunha.html>> acesso: 11 de maio 2017

\_\_\_\_\_. O fim da vergonha era Eduardo Cunha. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/coluna-economica/o-fim-da-vergonhosa-era-eduardo-cunha/>> acesso: 11 de maio 2017

PMDB, História do PMDB. Disponível em: <[www.pmdb.org.br/institucional/historia](http://www.pmdb.org.br/institucional/historia)> acesso: 11 de maio 2016.

SCHREIBER, Mariana. Quem são os líderes da ‘tropa de choque’ que blinda Cunha na Câmara. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209\\_tropa\\_choque\\_cunha\\_ms\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_tropa_choque_cunha_ms_rb)> Acesso em 22 de dezembro de 2019.

SCHREIBER, Mariana. O que é o poderoso centrão, que pode definir o sucessor de Cunha. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36771079>> Acesso em: 13 de outubro de 2019.

SINGER, Andre. Um novo regime? Disponível em: <Folha de São Paulo, <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2017/08/1913262-um-novo-regime.shtml>> 26 de ago 2017.

TORTATO, Mari. PARTIDO RACHADO. Garotinho e governadores aprovam moção contra o senador Reunião do PMDB vira ato anti-Renan. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0310200521.htm>> acesso: 16 de jun de 2016

VALOR. PMDB e PT são os partidos com maior número de filiados, diz TSE Por Valor,. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3527814/pmdb-e-pt-sao-os-partidos-com-maior-numero-de-filiados-diz-tse>> acesso: 21 de junho de 2016.

VENCELAU, Pedro. Deputado Michel Temer, presidente nacional do PMDB: “O PMDB será a segunda e a terceira via em 2006”. Disponível em: <[www.Portalimpresa.com.br/ultimas\\_noticias](http://www.Portalimpresa.com.br/ultimas_noticias)> acesso: 2 de junho de 2016.

VILLAVERDE, João. Era Dilma: a visão de um desenvolvimentista. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/joao-villaverde/governo-dilma-a-visao-de-um-desenvolvimentista/>> acesso: 5 de junho de 2016.

## **RELATÓRIOS E DEMAIS DOCUMENTOS MENCIONADOS**

Anais do Senado

Anais da Câmara dos Deputados

Notas taquigráficas da Câmara dos Deputados

Relatorias da Câmara dos Deputados

Inteiro Teor de PEC da Câmara dos Deputados

Inteiro Teor de PL da Câmara dos Deputados

Inteiro Teor de MP da Câmara dos Deputados

Inteiro Teor de DCR da Câmara dos Deputados

Datafolha, 2019

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2014 e 2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014 e 2018

Instituto Brasileiro da Opinião Pública (IBOPE), 2018

Transparência Internacional (Índice de Percepção da Corrupção), 2017

# ANEXOS

Figura 22 – Relação dos parlamentares com a PEC da Bengala (Figura completa)

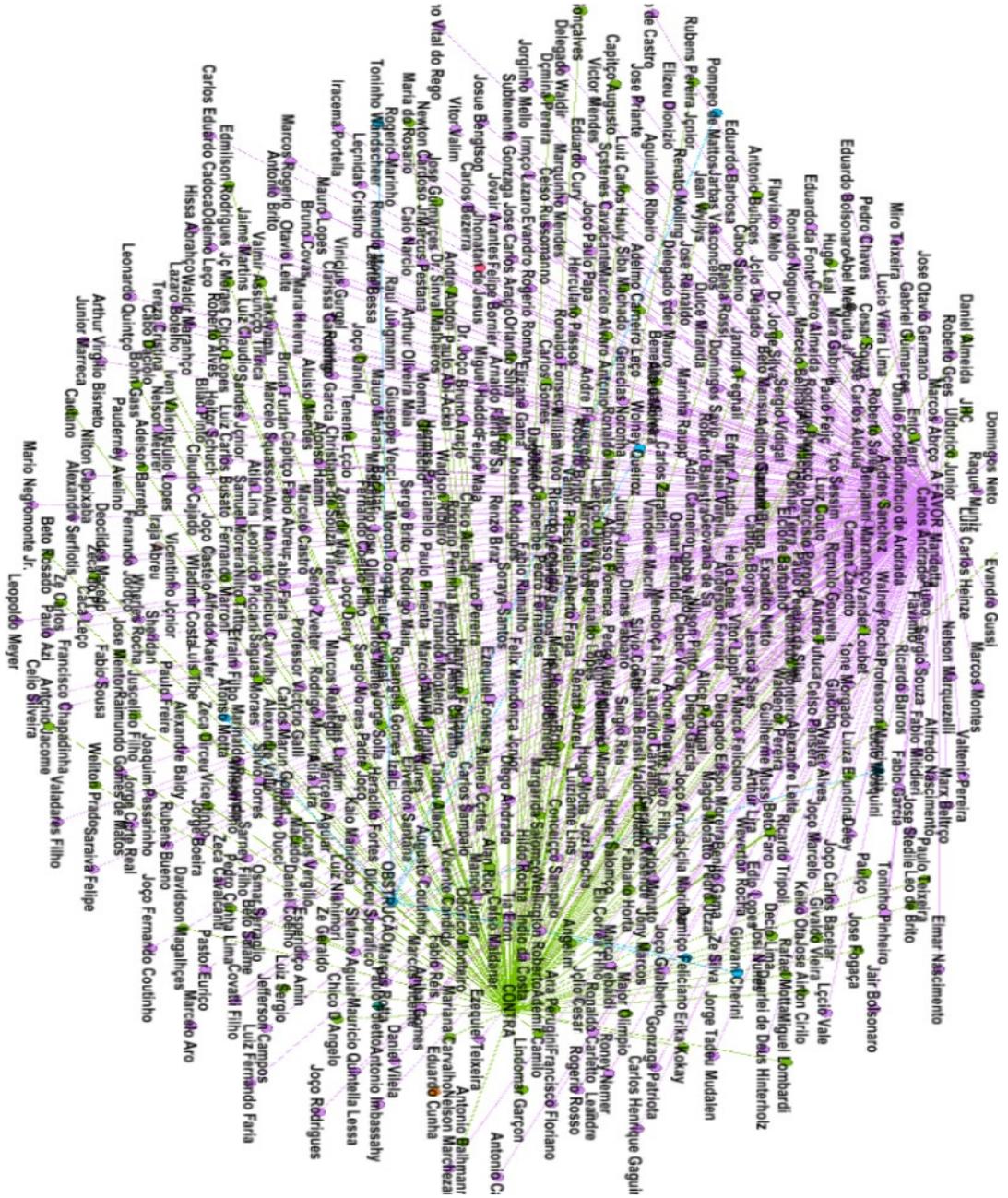
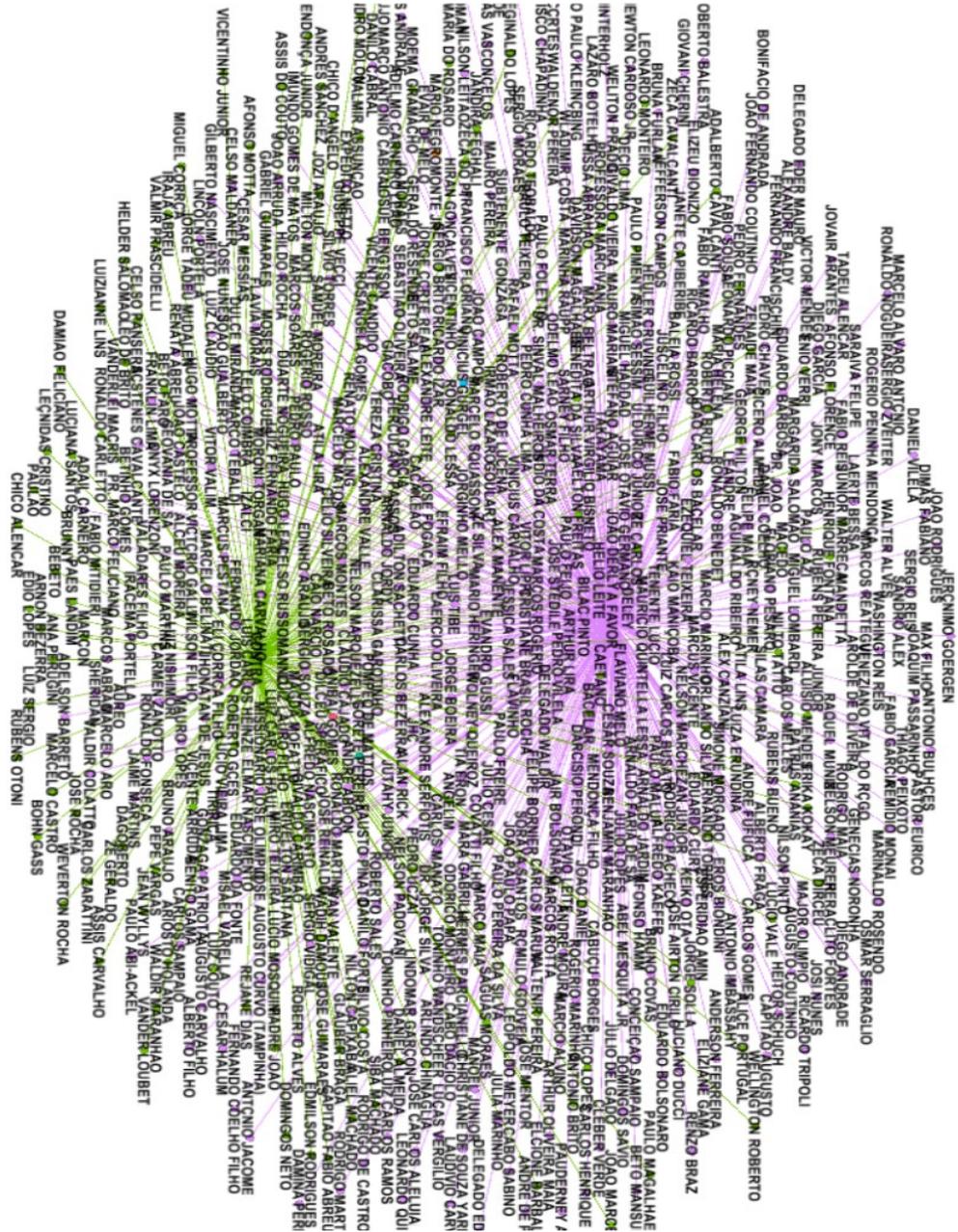




Figura 24 – Relação dos parlamentares com o *Impeachment* (completo)



- i Errata da pesquisa: Por problemas com o manuseio das planilhas dentro do programa GEPHI os vértices que representam o PV e PSB estão na cor preta, mas deveriam estar representados na cor verde que é a modularidade na qual fazem parte. Os vértices do PSDB, PT e PMN sofreram os mesmos problemas de alteração na planilha dentro do GEPHI e ficaram com a cor da modularidade contrária.